

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO





FICHA INSTITUCIONAL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Marina da Silva

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Mauro Oliveira Pires

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO GERAL
Chefe de Gabinete
Carla Michelle Lessa

Coordenador de Governança e Gestão Estratégica
Marcelo Rodrigues Kinouchi

EDIÇÃO
Divisão de Gestão Estratégica

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Fernando C. P. Tatagiba
Tayná Amancio Facchinetti
Luisa Pacheco Andrade

REVISÃO DO TEXTO
Bruna Eduarda - Coordenação de Comunicação Social

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Mariana Oliveira - Coordenação de Comunicação Social

FOTO DA CAPA
Leonardo Milano
Carolina Bezamat
Luciano Candisani
Bruno Bimbato
Acervo Rebio União
Cristian Dimitrius
Fernando Tatagiba
Marcelo Braga Pessanha
Lucas Godoy
Ricardo Machado
Henrique Santian

Aurelice Vasconcelos
Marcos Rosa



SUMÁRIO

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	9
SOBRE RELATÓRIO.....	11
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	13
1.1. CONHEÇA O ICMBio.....	17
1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	20
1.3. CADEIA DE VALOR.....	20
1.4. AMBIENTE EXTERNO.....	22
1.5. TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL E RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	22
2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	30
2.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO	31
2.2. GESTÃO DE INTEGRIDADE – PROGRAMA INTEGRAL +.....	31
3. ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA	33
3.1. ESTRATÉGIA	34
3.2. GOVERNANÇA	37
3.3. COMISSÃO DE ÉTICA	38
3.4. ATUAÇÃO CORRECIONAL	39
3.5. CONTROLES INTERNOS E ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	43
4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO.....	44
4.1. RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO	45
4.2. GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS	83
4.3. GESTÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E PATRIMÔNIO	92
4.4. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	94
4.5. GESTÃO DE RECURSOS EXTERNOS	98
5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	105
5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ICMBio	106
5.2. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	106

2

3

4

5



Apresentação

No contexto das profundas transformações que a administração pública passou por ocasião do início do novo governo, em 2023, a área ambiental foi contemplada com modificações que refletem novas prioridades e atuais necessidades. No Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), alterações na atuação do órgão e nas equipes se iniciaram já nas primeiras semanas, e se intensificaram após a posse do novo presidente, em maio, escolhido mediante processo de seleção por comitê de busca. A alta direção do Instituto passou a ser formada integralmente por servidores do próprio órgão, assim como a maioria das coordenações de cada diretoria, das gerências e coordenações regionais e das chefias das unidades ou núcleos de gestão integrada.

A partir da posse da nova diretoria, a atuação do Instituto foi pautada por diretrizes e prioridades no combate ao desmatamento, na retomada da criação de novas unidades de conservação, na volta das parcerias com instituições da sociedade civil, no fortalecimento da participação e do controle social, bem como na valorização do quadro dos servidores e de todos os agentes públicos do Instituto.

Na sequência das mudanças implementadas, resultados importantes começaram a aparecer.

No que concerne à proteção das unidades de conservação na Amazônia, obteve-se a queda de 58% das taxas de desmatamento, em comparação com o período anterior. O manejo integrado do fogo foi realizado em quase 305 mil hectares, enquanto o monitoramento dos incêndios, que se realizava em 92 unidades de conservação, em 2022, passou para 139, em 2023, um acréscimo de 50%, que levou à redução de 25% das áreas afetadas por incêndios.

Nesse ano, foi retomado o processo de criação e de estudos para a criação de novas áreas protegidas, que havia sido paralisado nos quatro anos anteriores. Foram criados o primeiro parque nacional do estado da Paraíba, o Parna Serra do Teixeira, e a Floresta Nacional do Parima, em Roraima. Neste mesmo estado, foram ampliadas a Estação Ecológica de Maracá e o Parque Nacional do Viruá. No Pará, foi ampliada a Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso e foram retomados os processos de criação das Reservas Extrativistas Viriandeua e Filhos do Mangue. Foram também criadas 12 novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação acrescentaram-se, assim, 294 mil hectares de áreas protegidas. No período, foram publicados 20 planos de manejo (11 novos e 9 revisões), de modo que, hoje, 70% (236) das unidades de conservação contam com esse instrumento fundamental de gestão.

A consolidação territorial, que inclui a regularização da situação fundiária e a consolidação dos limites das unidades de conservação federais, condições essenciais para implantação, planejamento e execução das ações de gestão desses espaços territorialmente protegidos, também apresentou avanços. Em 2023, foram desapropriados, pela via administrativa, mais de 10 mil hectares, ao custo de R\$ 58 milhões, com recursos provenientes da compensação ambiental, mecanismo que visa compensar a sociedade e o meio ambiente pelo uso autorizado de recursos naturais por empreendimento de significativo impacto ambiental. Foi intensificada a atividade de consolidação dos limites das unidades de conservação, incluindo a demarcação de perímetros, a verificação e o refinamento de limites, num total de 30 unidades de conservação.

A visitação nas unidades de conservação administradas pelo ICMBio continuou a crescer, após o período pandêmico. O número de visitantes nos Parques Nacionais brasileiros saltou de 10,4 milhões em 2022 para 11,8 milhões de visitas em 2023. Ainda, a visitação em todas as categorias de unidades de conservação atingiu a marca de 23,7 milhões de visitas em 2023, um aumento real de 11% em relação ao ano anterior. Além dos parques nacionais, a política de uso público tem sido planejada e executada para outras categorias de áreas protegidas, como foi o caso da Reserva Extrativista do Unini, da Estação Ecológica do Taim e do Monumento Natural Cagarras. Incentivar a visitação e o turismo sustentável, abrir novas trilhas e tornar acessíveis os atrativos naturais, promovendo os múltiplos usos, pela sociedade, das unidades de conservação administradas pelo Instituto, constitui uma das principais prioridades assumidas neste novo ciclo de gestão. Estudos conduzidos pelo ICMBio demonstram o potencial de ganhos econômicos e sociais das áreas protegidas, de forma que elas sejam não apenas instrumentos de proteção ambiental, mas, também, de desenvolvimento econômico e de inclusão social.



Nessa perspectiva, ao longo de 2023, recebeu mais atenção a atividade do turismo de base comunitária (TBC), realizada por moradores das unidades e do entorno, por meio de oficinas de capacitação sobre segurança e de condução de visitantes, bem como cursos de planejamento e manejo de trilhas. O TBC é uma modalidade de turismo com altíssimo potencial de crescimento, particularmente pelo seu caráter de inclusão social, cabendo ao Instituto apoiar a sua implementação pelas comunidades, de modo que o impacto social seja positivo.

Também foram publicados 23 editais de delegação de serviços de apoio à visitação, dos quais dois se referem à concessão de serviços (um no Parque Nacional de Jericoacoara e o outro no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães) e 21 editais de autorização para prestação de serviços como condução de visitantes, transporte terrestre, etc. Somando-se aos anos anteriores, a emissão de autorizações alcança mais de 5.000 casos, abrangendo 48 unidades de conservação.

As concessões de serviço, vale reforçar, não constituem privatização das áreas protegidas, mas mecanismos que favorecem uma melhor experiência aos visitantes, melhorando a infraestrutura de visitação. O ICMBio não renuncia a seu papel legalmente estabelecido de gestor das unidades de conservação, garantindo que as áreas continuem como bens e patrimônio públicos. Importante dizer que a preocupação de tornar acessível à entrada de diferentes estratos da sociedade brasileira aos parques nacionais com serviços de visitação concessionados ensejou, em 2023, ajustes nos editais publicados. Para além disso, o Instituto tem procurado constituir uma cesta de possibilidades de parcerias que atendam as características da visitação de cada UC e deem oportunidades para diferentes perfis de empreendedores.

Em 2023, o Governo Brasileiro, a partir de trabalho realizado pelo Instituto Chico Mendes, apresentou à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a candidatura do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses para ser reconhecido como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade. Esse reconhecimento poderá afetar positivamente a unidade, seu ambiente, as populações locais e as interações entre eles, atuando como uma força motriz fundamental para o desenvolvimento sustentável. Ainda em 2023, foi finalizado o estudo para apresentação da candidatura do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, apresentada à Unesco em 2024.

No período, em relação ao conjunto de ações para a conservação da biodiversidade, foram elaborados 9 Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção (PAN), avaliado o risco de extinção de 14.952 espécies e subespécies da fauna brasileira. Também foi lançada a interface pública do Sistema SALVE, desenvolvido para o armazenamento e a organização de dados e informações sobre o risco de extinção das espécies da fauna. Foram ainda autorizados seis novos projetos de manejo de espécies exóticas invasoras em unidades de conservação, abrangendo os casos de capins, mamíferos (javali), peixes (peixe-leão) e invertebrados (caramujo-gigante-africano). A pesquisa e a gestão da informação também apresentaram números consideráveis: o Sistema de Autorização e Informação sobre Biodiversidade (Sisbio) expediu 2.762 autorizações e houve o atendimento a 4.399 pesquisadores.

Em 2023, houve a retomada e a revitalização dos conselhos gestores das unidades de conservação. Os conselhos gestores são foros com ampla representatividade criados para promover o diálogo permanente com a sociedade e construir com as comunidades e demais atores locais a solução para os desafios a serem enfrentados pela gestão das unidades de conservação. Dois casos se destacaram e receberam especial atenção em decorrência dos conflitos territoriais, desmatamento e outras práticas ilegais: a Resex Chico Mendes (AC) e a Resex Verde para Sempre (PA), que tiveram seus conselhos gestores renovados, além da renovação dos perfis dos beneficiários, medida necessária para a definição do status das famílias que habitam as unidades. 298 unidades de conservação contam hoje com conselhos gestores instituídos, o que representa 88,7% do total das unidades geridas pelo ICMBio.

No que concerne ao apoio ao uso sustentável das unidades de conservação que se constituem como territórios coletivos, principalmente as reservas extrativistas, o esforço institucional recebeu enfoque especial. Neste período, foi elaborado amplo diagnóstico sobre as atividades produtivas em 100 unidades de conservação com a presença de comunidades ribeirinhas e extrativistas da Amazônia, Cerrado e Caatinga, medida importante

que permitiu a elaboração de um plano de ação para a estruturação e o desenvolvimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade. No caso da pesca, também houve a elaboração das diretrizes para a estruturação da cadeia produtiva da pesca para cinco reservas extrativistas marinhas. Os planos de manejo florestal comunitário passaram por criteriosa análise. Os da Resex Verde para Sempre foram auditados tecnicamente visando evitar desvios de finalidade e robustecer as iniciativas em bases que reforcem o empoderamento das comunidades para que, por meio de suas associações e cooperativas, agreguem valor, gerem renda e evitem o uso predatório da floresta.

A atualização do cadastro de famílias em territórios tradicionais constitui medida administrativa necessária para a ampliação do acesso a políticas de inclusão socioprodutiva. Das 65 mil famílias residentes em unidades de conservação de uso sustentável constantes na base de dados do Instituto, houve a indicação de cerca de 25 mil famílias, em 24 unidades de conservação, para serem contempladas pelo Programa Bolsa Verde, um programa de transferência de renda com condicionalidades socioambientais, que foi recentemente retomado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Esse programa ampliou seu escopo: antes era exclusivo para famílias na faixa da extrema pobreza e agora passou a abranger todas as famílias incluídas no CadÚnico, atendendo à reivindicação dos gestores das unidades de conservação. Além disso, o valor do benefício passou de R\$ 300 para R\$ 600 mensais.

A gestão de conflitos territoriais em áreas de sobreposição com territórios tradicionais tem como premissa a compatibilização de direitos e a conjugação da conservação da biodiversidade com a valorização da diversidade cultural. O Termo de Compromisso (TC) é o instrumento para pactuar responsabilidades entre o ICMBio e as populações tradicionais cujos territórios coincidem com UC de proteção integral. Atualmente, o ICMBio conta com 28 TC vigentes, abrangendo 19 unidades de conservação e envolvendo dezenas de comunidades tradicionais em diferentes localidades do território nacional.

Um exemplo é o TC assinado entre ICMBio e a comunidade Pataxó, em face da sobreposição territorial entre o Parque Nacional do Descobrimento e o Território Indígena Comexatibá. Inicialmente assinado como provisório, o novo termo sedimentou o reconhecimento do caráter permanente da sobreposição e o entendimento de que tanto o ICMBio quanto a comunidade indígena devem zelar pela conservação da biodiversidade aliada à manutenção do modo de vida tradicional. Este entendimento foi recepcionado em seguida no Plano de Manejo da UC. No vizinho Parque Nacional Histórico do Monte Pascoal, o diálogo com as comunidades indígenas tem igualmente possibilitado a construção de agendas comuns e cooperação para a elaboração do plano de manejo da UC.

O Instituto Chico Mendes avançou também na internalização da Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No segundo semestre, realizou-se seminário com público interno e externo, dedicado a discutir a minuta de política de internalização desse instrumento na atuação do Instituto. Esse documento foi elaborado por grupo de trabalho que se dedicou ao tema por mais de um ano.

O ano de 2023 foi profícuo também na resolução de conflitos instalados há décadas em UC. Casos emblemáticos merecem alusão especial. Nas Florestas Nacionais de Canela e São Francisco de Paula (RS), em que os grupos indígenas Kaingang e Xoglang reivindicam essas áreas protegidas como parte de seus territórios ancestrais, buscou-se trilhar o caminho da negociação mediado pelo Poder Judiciário no âmbito do Sistema de Conciliação, com a presença do Ministério Público Federal, da Funai, das lideranças indígenas, de grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do próprio ICMBio. Superando o ambiente hostil e de desconfiança, foi possível elaborar acordos emergenciais e transitórios, a fim de superar, de um lado, o elevado grau de vulnerabilidade social dos grupos indígenas e, de outro, as fragilidades institucionais do ICMBio. Nas reservas extrativistas Chico Mendes e Verde para Sempre, já mencionadas, os conflitos não se limitavam a desmatamento e venda de lotes, mas, também, envolvem a presença do crime organizado, tráfico, ameaças de morte de lideranças comunitárias e constrangimento à atuação dos próprios servidores do Instituto. Nesses lugares, com o engajamento de praticamente todas as áreas do Instituto, foi possível recuperar a gestão, fortalecer as instâncias de governança, em particular os conselhos gestores das unidades, e retomar as parcerias com organizações sociais e com outros órgãos públicos, em particular o INCRA.



Os resultados alcançados em 2023 evidenciam a capacidade de resiliência do ICMBio. Essa capacidade se deve, essencialmente, à qualidade e ao comprometimento de um qualificado quadro de servidores. O cumprimento da missão institucional do ICMBio requer, portanto, a contínua valorização do trabalho dessas pessoas. Com isso em mente, a direção do Instituto atuou para que a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima encaminhasse ao Ministério de Gestão e Inovação em Serviço Público (MGI) proposta elaborada pelos servidores visando a reestruturação da carreira e melhoria salarial. Ainda como medida de valorização dos servidores e em consonância com as diretrizes emanadas pelo MMA, cerca de 88% de todos os cargos de chefia do ICMBio foram preenchidos por servidores de carreira, em particular com aqueles do próprio quadro do Instituto.

Houve ainda a convocação de todo o cadastro de reserva do concurso realizado em 2021, bem como foi encaminhada ao MGI a solicitação de novo concurso para 848 vagas em aberto. Verificou-se, também, aumento de 21%, em comparação com o ano anterior, do número de Agentes Temporários Ambientais (ATAs). De igual forma, foi instituída a política de adicional de periculosidade, considerando não apenas as atividades tradicionalmente reconhecidas de risco, como a fiscalização e o combate a incêndios, mas todas as outras em que a situação imponha algum tipo de risco ao servidor, como a gestão de conflitos, a realização de reuniões de conselhos em situações conflituosas, cadastramento de famílias, realização de pesquisa em campo, etc.

Os resultados obtidos pelo Instituto Chico Mendes em 2023 refletem o inequívoco compromisso do Instituto em cumprir com suas obrigações legais, o que se traduz em seu fortalecimento como órgão de estado, menos permeável a eventuais desmandos. A criação do ICMBio, há 16 anos, representou grande salto conceitual e institucional para a implementação das políticas públicas ambientais e colocou o Brasil em sintonia com as melhores práticas internacionais de gestão de áreas protegidas. É necessário esforço contínuo para que esse caminho seja percorrido. Apesar dos grandes desafios enfrentados pelo País, seja na área fiscal, seja na resistência de setores da sociedade a políticas ambientais que sejam ambientalmente justas e socialmente inclusivas, o Instituto segue firme. Sua missão de assegurar que a conservação da biodiversidade ocorra de forma permanente deve ser compartilhada com a sociedade brasileira, em toda sua diversidade, em benefício de todos os cidadãos. Somente assim será possível que cada brasileiro possa conhecer e reconhecer o papel das áreas protegidas na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para o País, gerando engajamento e orgulho do nosso riquíssimo e inigualável patrimônio natural.

Mauro Oliveira Pires

Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade





SOBRE O RELATÓRIO

O Relatório de Gestão Integrada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade apresenta os destaques da sua atuação em 2023 e pretende mostrar à sociedade os principais resultados obtidos a partir da implementação da estratégia e da governança estabelecidas e como elas geraram valor público.

Este Relatório foi elaborado em conformidade com as diretrizes do modelo de Relato Integrado, e continua a atender às orientações da [Instrução Normativa n.º 84, de 22 e abril de 2020](#), e da [Decisão Normativa n.º 198, de 23 de março de 2022](#), ambas do Tribunal de Contas da União – TCU, que tratam sobre a prestação de contas anual dos administradores e responsáveis da administração pública federal.

A construção deste Relatório resulta do constante aprendizado e aprimoramento das práticas e dos processos institucionais implementados para o alcance da missão do ICMBio.

As informações publicadas refletem os resultados estratégicos da agenda ambiental, conforme as prioridades estabelecidas na [Portaria Conjunta n.º 266, de 17 de junho de 2020](#), que institui o Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas 2020-2023.



João Marcos Rosa



1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



1.1. CONHEÇA O ICMBio

O ICMBio é uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, e tem por missão proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental, tendo sido criado pela [Lei n.º 11.516, de 28 de agosto de 2007](#), com a finalidade de:

I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

II - executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

III - fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV - exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e

V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.

Até 2023, 336 UCs encontravam-se sob gestão do Instituto, distribuídas em todos os biomas brasileiros, abarcando aproximadamente 78,9 milhões de hectares terrestres (aproximadamente 9,1% do território brasileiro) e de 92,5 milhões de hectares marinhos (distribuídos nas faixas de mar territorial, zona contínua e zona econômica exclusiva).



Onde Estamos

Segundo a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

As UCs têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Elas ainda asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais e propiciam às comunidades vizinhas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Essas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais.

Com a responsabilidade de prover suporte e apoio em nível regional às Unidades de Conservação (UCs) e aos Centros de Pesquisa, as Gerências Regionais (Figura 2) estão distribuídas em diferentes regiões geopolíticas do Brasil, da seguinte forma:

Gerência Regional 1 (Norte - GR 1):

Gerente: Tatiane Maria Vieira Leite

Coordenação Regional - Manaus: Coordenador Wilzer Cristiane Lopes Gonçalves

Coordenação Regional - Belém: Coordenador Willian Ricardo da Silva Fernandes

Coordenação Regional - Oeste do Pará: Coordenador Bruno Rafael Miranda Matos

Coordenação Regional - Porto Velho: Coordenador Samuel dos Santos Nienow

Gerência Regional 2 (Nordeste - GR 2):

Gerente: Rafael Camilo Laia

Coordenação Regional - Parnaíba: Coordenadora Deise Aragão Mattei

Gerência Regional 3 (Centro-Oeste - GR 3):

Gerente: Sandro Flávio de Carvalho

Gerência Regional 4 (Sudeste - GR 4):

Gerente: Breno Herrera da Silva Coelho

Coordenação Regional - Lagoa Santa: Coordenador Frederico Drumond Martins

Gerência Regional 5 (Sul - GR 5):

Gerente: Walter Steenbock

Essas Gerências Regionais desempenham um papel crucial na gestão e conservação das áreas protegidas em suas respectivas regiões.

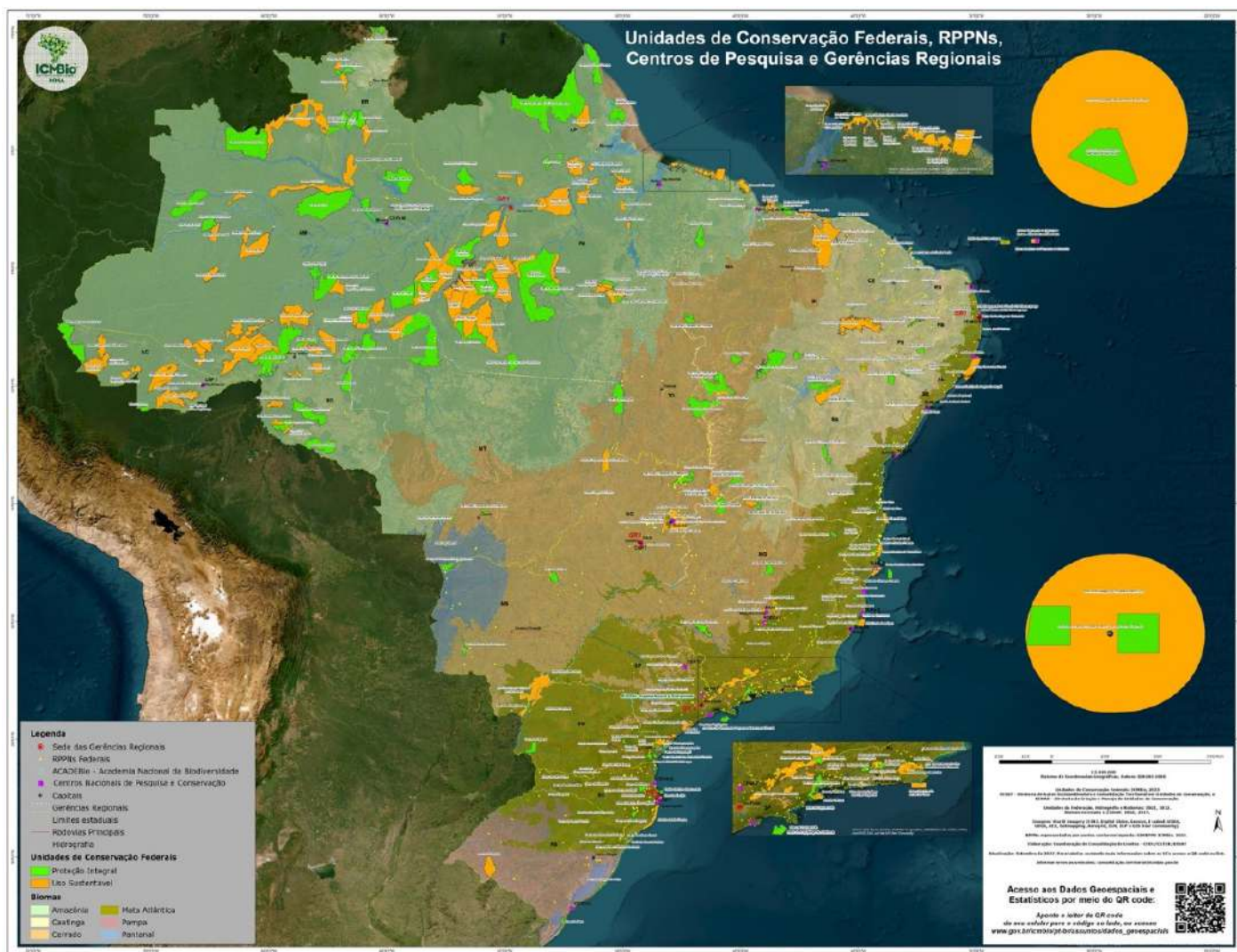


Figura 1 - Limites de Unidades de Conservação Federais, exceto Reservas Particulares Federais - Atualizados em 26/12/2023

Missão: Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

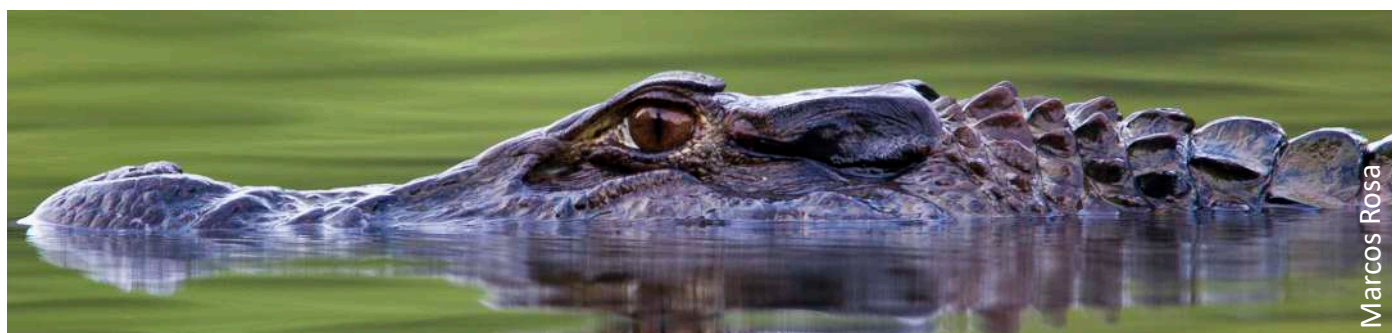
Visão de Futuro MMA

“Um país modelo de sustentabilidade, com uma economia de baixo carbono e justa climática, que valorize e promova suas diversidades social e ambiental, onde todas as pessoas sejam incluídas em um novo e perene ciclo de prosperidade”

Visão de Futuro PPA 2024-2027

“Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”

A formulação da Visão de Futuro do ICMBio, para os próximos anos, a ser concluída no primeiro semestre de 2024, estará alinhada à Dimensão Estratégica do PPA 2024-2027 e à Visão de Futuro estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente, que sinalizam a transformação pretendida para o Brasil, conforme enunciado.



1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da Autarquia, definida pelo [Decreto n.º 11.193, de 8 de setembro de 2022](#), foi detalhada na [Portaria ICMBio n.º 1.269, de 29 de dezembro de 2022](#), que aprovou o seu Regimento Interno.

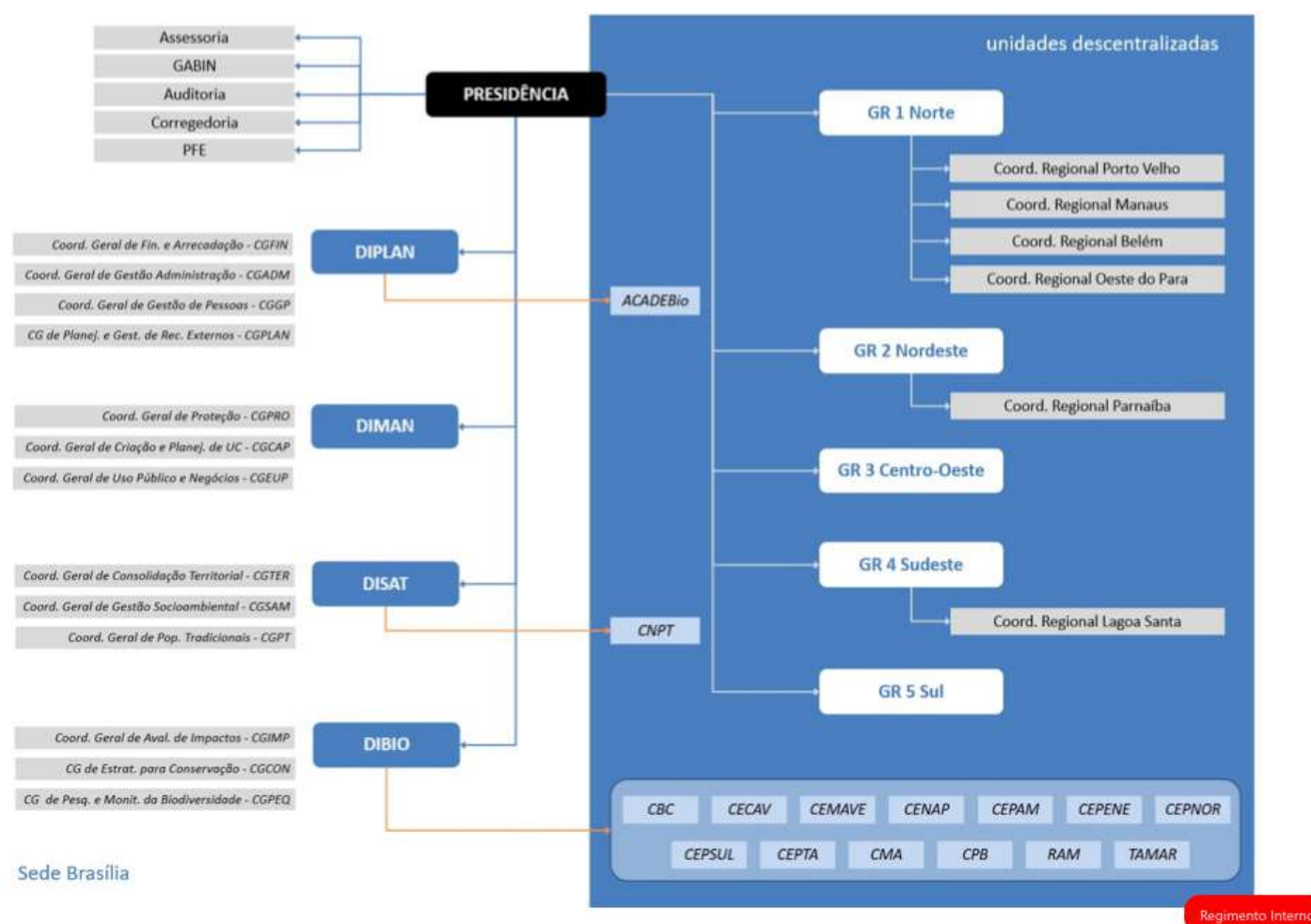


Figura 02 – Estrutura organizacional do ICMBio

1.3. CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor é uma ferramenta de diagnóstico e gestão que permite representar uma organização como um conjunto de subsistemas (atividades), com entradas (insumos), processos de transformação e saídas (resultados e produtos). A forma como as atividades da cadeia de valor são organizadas e executadas determina os custos e afeta os resultados da organização.

A decomposição da cadeia de valor em atividades permite analisar suas forças e fraquezas, fontes de custo, indicadores e o potencial de diferenciação dos macroprocessos de negócio. Permite também identificar sobreposições, lacunas e deficiências nas atividades da organização, criando oportunidades para integrar, coordenar e melhorar processos e sistemas.

Já a diferenciação entre as atividades primárias (macroprocessos finalísticos) e de suporte (macroprocessos de governança e gestão) permite estabelecer relações de causa e efeito mais precisas entre os processos executados cotidianamente na organização e os objetivos definidos em seu mapa estratégico.

A Cadeia de Valor do ICMBio está alinhada ao Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas, com horizonte temporal de 2020 a 2023. É composta por 5 cadeias temáticas finalísticas e 3 cadeias de gestão e suporte. As 5 cadeias temáticas são: implementação de ações para melhoria da qualidade ambiental; ampliação e estruturação do uso público em UC; conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade; promoção do desenvolvimento sustentável e proteção dos biomas brasileiros, em especial da Amazônia; e aprimoramento dos instrumentos de controle, fiscalização e promoção do licenciamento ambiental.

uso público em UC; conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade; promoção do desenvolvimento sustentável e proteção dos biomas brasileiros, em especial da Amazônia; e aprimoramento dos instrumentos de controle, fiscalização e promoção do licenciamento ambiental.



Figura 03 – Cadeia de valor integrada MMA e vinculadas

Considerando o encerramento do Plano Estratégico 2020-2023, a direção do ICMBio iniciou novo ciclo de planejamento, com vistas ao Planejamento Estratégico 2024-2027, que resultará na modelagem de nova cadeia de valor e definição de novos objetivos estratégicos, capazes de orientar, alinhar e conduzir o Instituto rumo à realização de sua missão, alcance de sua visão de futuro e geração de valor público para a sociedade.

1.4. AMBIENTE EXTERNO

Oportunidades

O ICMBio conta para apoio nas suas atividades com 136 parcerias em execução. Destas, 58 foram iniciadas no ano de 2023. Entre elas, podemos destacar:

- Oito projetos com captação internacional, sendo sete em execução (ARPA, GEF-MAR, GEF Terrestre, Gestão Florestal, Paisagens Sustentáveis, GEF Pró-Espécies, Doações POP) e um encerrado este ano (PNUD BRA08). Estes projetos beneficiam 148 UCs e contaram com execução em 2023 (jan.-dez) de aproximadamente R\$ 45,4 milhões, destacando a compra de dezesseis caminhonetes 4X4 e a entrega da construção da sede da GR 1, localizada em Santarém, pelo Gestão Florestal.
- Três projetos decorrentes de acordos judiciais (TAJ Litoral do Paraná, TAC Frade e TAC Aslub) que beneficiam 20 UCs nos Estados do Paraná e Rio de Janeiro.
- Seis projetos com Fundações de Apoio credenciadas junto ao ICMBio (cinco convênios e um Acordo de Cooperação) nas áreas temáticas de apoio ao monitoramento ambiental, pesquisa da biodiversidade, gestão socioambiental e cadeias produtivas, que somam aproximadamente R\$ 70 milhões.
- Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre Ministério do Turismo (MTur), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), ICMBio e Embratur, especificamente para o desenvolvimento do turismo sustentável em Unidades de Conservação e nos seus entornos. A assinatura aconteceu durante a 7ª edição do Salão Nacional do Turismo, em dezembro de 2023. Além de desenvolver, promover e apoiar a comercialização do ecoturismo, o ACT possibilita diversificar e melhorar as atividades oferecidas, gerar mais renda, com a geração de empregos diretos e indiretos e promover a conservação do patrimônio ambiental. O trabalho envolve a capacitação de atores locais visando a atração de investimentos, a ampliação do número de visitantes e a conservação da sociobiodiversidade.
- O Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Ceará foi assinado em dezembro de 2023 e tem como objetivo a cooperação mútua para a implementação de ações voltadas ao desenvolvimento turístico e social/sociocultural e promoção da gestão ambiental integrada da região de Jericoacoara, com foco na criação e implementação do Mosaico de Unidades de Conservação de Jericoacoara.

1.5. TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL E RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O Instituto Chico Mendes reconhece a importância de comunicar o resultado do seu trabalho e de levar informações sobre as suas ações de forma clara e acessível para o cidadão. Reafirmando o seu compromisso com os preceitos trazidos pela [Lei de Acesso à informação – LAI](#), e entendendo a necessidade de disponibilizar informações relevantes por seus canais de comunicação, o ICMBio lançou o [“ICMBio em Números”](#).

ICMBio em Números é um painel dinâmico de informações de uso simples e intuitivo, que possibilita aos cidadãos, pesquisadores, gestores públicos e veículos de imprensa o acesso fácil e transparente aos principais dados do Instituto.

Estão disponíveis detalhes sobre a estrutura do ICMBio, ocupação de cargos, bem como informações sobre unidades de conservação federais, planos de manejo, forças de trabalho, voluntariado, desmatamento, planos de ação para conservação de espécies ameaçadas e populações tradicionais.

O painel possui páginas temáticas, onde são apresentadas informações consolidadas, as quais, sempre que possível, são apresentadas com recorte temporal, a fim de proporcionar uma análise evolutiva de desempenho das ações realizadas pelo ICMBio.

Pelas páginas temáticas, é possível observar as informações de maneira mais detalhada, com diferentes perspectivas e recortes complexos. Além disso, a plataforma oferece acesso às páginas dos 14 Centros de Pesquisa e Conservação do ICMBio por meio de um link que redireciona o interessado ao site escolhido.

Assim, o ICMBio em Números é uma ferramenta institucional em permanente expansão, ampliando e intensificando o seu conteúdo à medida que novas bases de dados e informações são desenvolvidas e aprimoradas no âmbito do instituto.



Foto 1: Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre Ministério do Turismo (MTur), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), ICMBio e Embratur - dezembro 2023



Foto 2: Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Ceará - Dezembro 2023



Figura 04 – Capa do painel ICMBio em números

Resultados dos Serviços da Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, órgão integrante do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, é a instância pública de participação e controle social, responsável por acolher as demandas dos usuários internos e externos do órgão (pessoa física ou jurídica), receber suas manifestações visando aprimorar a gestão pública, melhorar os serviços oferecidos e garantir os procedimentos de simplificação desses serviços, sempre pautados na ética, transparência e cidadania em respeito ao processo democrático.

Por meio dela, o cidadão pode apresentar, com sigilo e segurança, denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações de providências e pedidos de simplificação de serviços públicos relacionados às áreas de atuação do Instituto, bem como pedir Informações públicas que estejam sob a guarda do ICMBio.

Conforme estabelecido pelo Decreto n.º 11.193/2022, a Auditoria Interna (Audit) é a unidade responsável pela condução das atividades de ouvidoria na instituição. A execução dessas atividades se dá por meio da Divisão de Informações ao Cidadão – DIC/AUDIT.

No âmbito dos serviços prestados pela Ouvidoria, encontram-se duas temáticas: i) manifestações de ouvidoria, sendo as demandas tipificadas como denúncias, comunicações de irregularidade, elogios, reclamações, sugestões, solicitações e simplifique, e ii) pedidos de acesso à informação, que são as solicitações baseadas na Lei de Acesso à Informação – LAI.



Acesse o QR Code ou

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-dinamicos-do-icmbio>

Objetivo Estratégico 17: Aprimorar os canais de comunicação com o cidadão, buscando maior agilidade, publicidade e transparência, fortalecendo a imagem institucional.

Indicador Estratégico: Evolução da participação social.

Meta 2023

Previsto

Realizado

1.100

952

Manifestações de ouvidoria

Em 2023, a Ouvidoria do ICMBio recebeu e tratou um total de 952 manifestações, representando uma pequena oscilação negativa de 7% em relação ao período anterior, como evidenciado na figura abaixo. Destaca-se que, como essas manifestações são realizadas por cidadãos, este quantitativo oscila proveniente de fatores externos à ouvidoria.

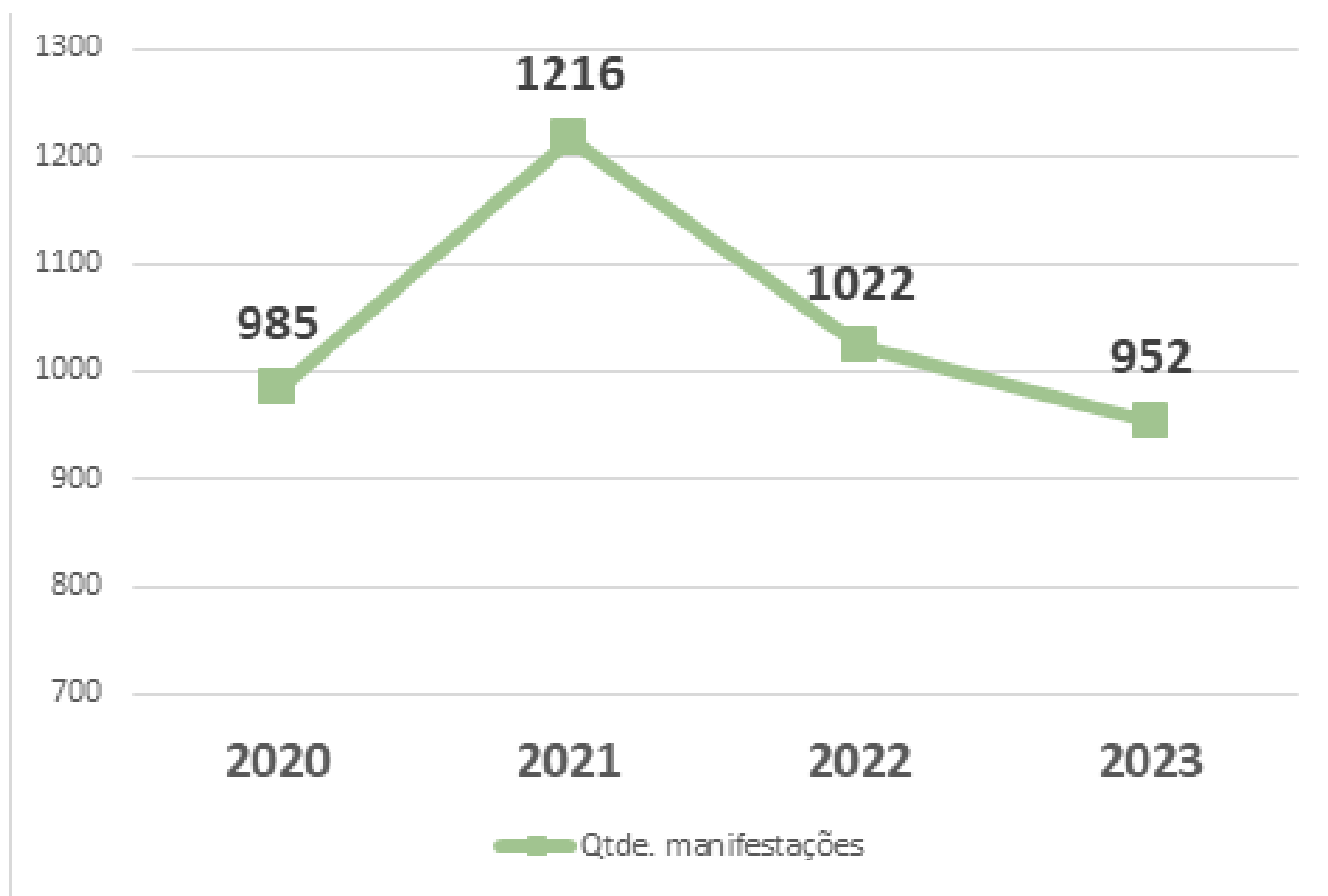


Figura 05 - Quantidade de Manifestações da ouvidoria por anos.

Fonte: Elaborado pela Audit, com base nos dados do Painel Resolveu em 22/01/2024

Das manifestações recebidas durante o período de 2023, as tipologias com maior demanda nas manifestações foram solicitação (39,2%), comunicação (33,4%) e reclamação (18,2%). Em contrapartida, não houve registros de manifestações do tipo Simplifique.

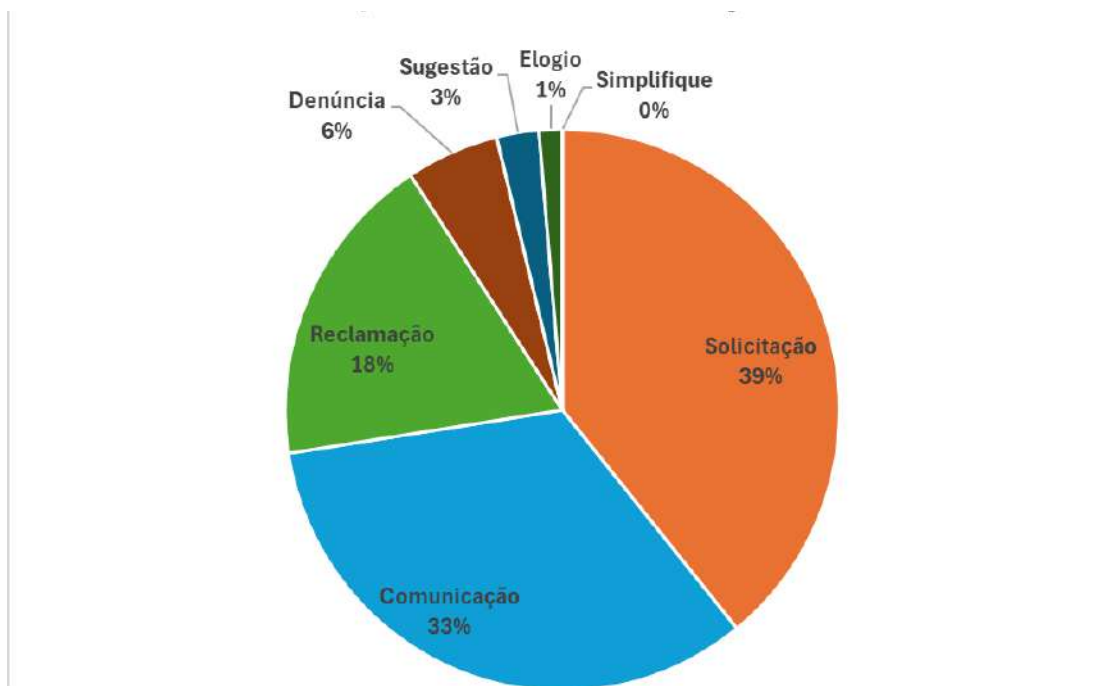


Figura 06 - Tipos de manifestação

Fonte: Elaborado em 22/01/2024 pela Auditoria, com base nos dados do Painel Resolveu.

Vale destacar que 100% das manifestações recebidas foram respondidas dentro do prazo legal (30 dias, prorrogáveis por mais 30). O tempo médio de resposta em 2023 foi de 28 dias. Este desempenho representa uma redução significativa de 22% no tempo de resposta em comparação com o exercício anterior, que foi de 36 dias, o que reflete um aprimoramento no gerenciamento das demandas e maior agilidade no processo de atendimento da Ouvidoria do ICMBio.

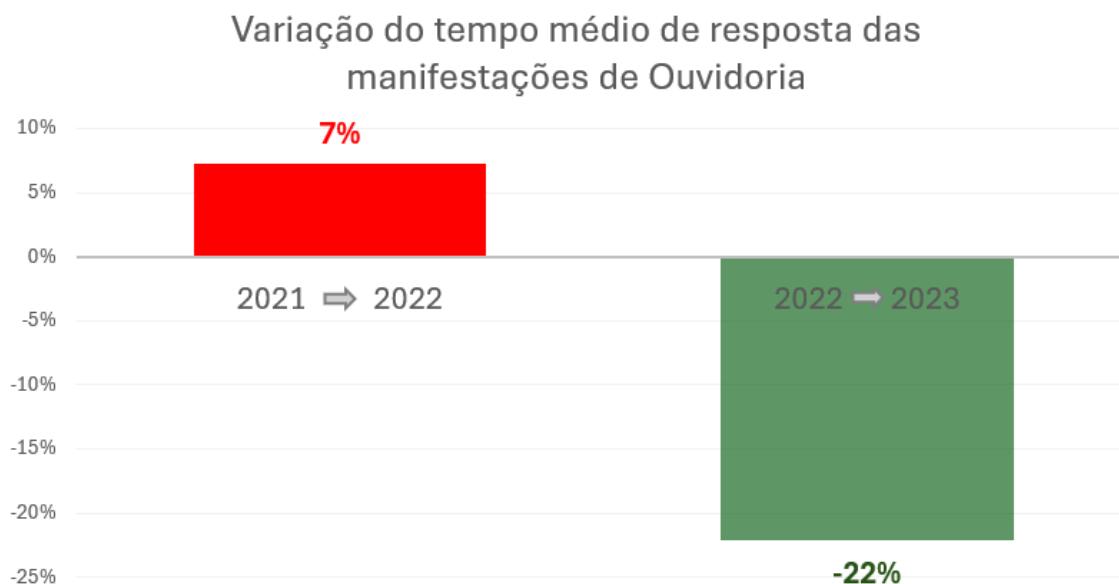


Figura 07- Manifestação do tempo médio de resposta das manifestações da Ouvidoria

Fonte: Elaborado em 22/01/2024 pela Auditoria, com base nos dados do Painel Resolveu.

Pedidos de Acesso à Informação

A Lei 12.527/2011, conhecida como a Lei de Acesso à Informação-LAI, desempenha um papel crucial na regulamentação do acesso a informações de interesse público, conforme os princípios constitucionais. No contexto operacional do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) do ICMBio, a resposta aos pedidos de acesso

à informação segue o mesmo procedimento adotado para as manifestações na ouvidoria. No entanto, com os prazos distintos, conforme os regimentos da LAI. Tal resposta é realizada por intermédio da Plataforma Fala.BR, respeitando um prazo de até 20 dias, com a possibilidade de extensão por mais 10 dias mediante apresentação de justificativa expressa.

Essa abordagem unificada e integrada não apenas facilita o atendimento aos pedidos de acesso à informação, mas também assegura uma estrutura consistente para o gerenciamento das manifestações na ouvidoria. Esse processo comum contribui para promover transparência e acessibilidade, fortalecendo o acesso do público às informações públicas.

Em 2023, a Ouvidoria recebeu 784 pedidos de acesso à informação. Comparando-se com os anos precedentes, conforme gráfico a seguir, verifica-se que houve um aumento significativo no quantitativo de demandas, representando acréscimo de 87,6% em relação ao exercício anterior.

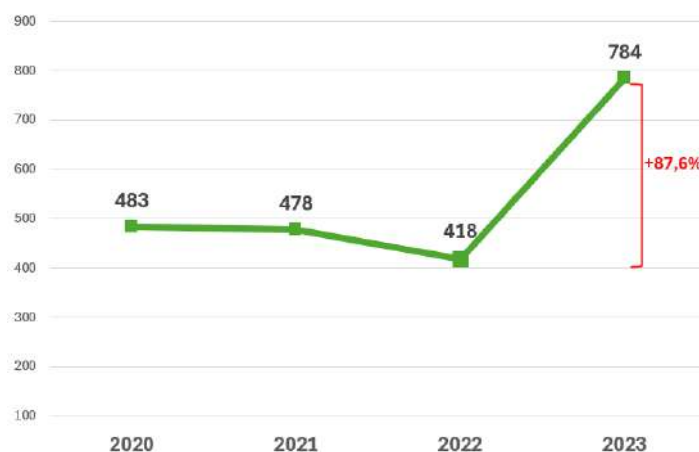


Figura 08 - Quantidade de pedidos de LAI

Fonte: Elaborado em 22/01/2024 pela Auditoria, com base nos dados do Painel Resolveu.

Dos 784 pedidos recebidos pela Ouvidoria do ICMBio, 99% desses pedidos foram atendidos dentro do prazo legal. Em adição, 0,7% estavam tramitando na data em que o relatório do Painel da LAI foi consultado e apenas 0,12% dos pedidos haviam sido respondidos fora do prazo legal.

Por outro lado, em 2023 foi verificado um aumento no tempo médio de resposta aos pedidos da LAI. Quando comparado ao ano anterior, nota-se que houve um acréscimo de 2 dias no tempo médio de resposta, saindo de 15 dias em 2022 para 17 dias no ano de 2023. Avalia-se que esta situação é devida principalmente ao considerável aumento na demanda dos pedidos ocorrido em 2023, o qual implicou em uma sobrecarga de trabalho, tanto da unidade de Ouvidoria quanto das áreas técnicas do Instituto demandadas.

O gráfico a seguir ilustra a situação, ao comparar o quantitativo de pedidos de LAI recebidos com o tempo médio de resposta para estes pedidos.

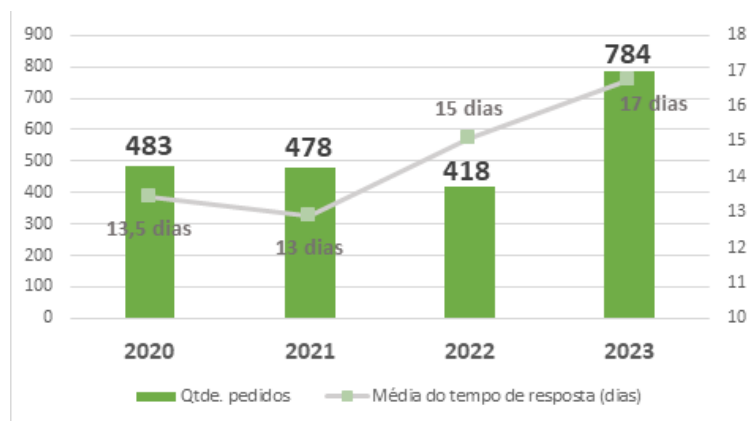


Figura 09 - Quantidade de pedidos de LAI x Tempo médio de respostas (em dias)

Fonte: Elaborado em 22/01/2024 pela Auditoria, com base nos dados do Painel Resolveu.

No âmbito do tratamento dos pedidos, dos 784 registros no Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) do ICMBio, verificou-se que 91% dessas demandas foram satisfeitas com a concessão de acesso (sendo 90% com a disponibilização integral das informações solicitadas e 1% com acesso parcial). Adicionalmente, 2% dos

requerimentos foram indeferidos, enquanto os 6,5% remanescentes abrangeram solicitações relacionadas a informações inexistentes, consultas fora da esfera de competência do Instituto, ou incluíram questionamentos duplicados, ou repetidos. Esses dados estão apresentados de forma gráfica no diagrama abaixo.

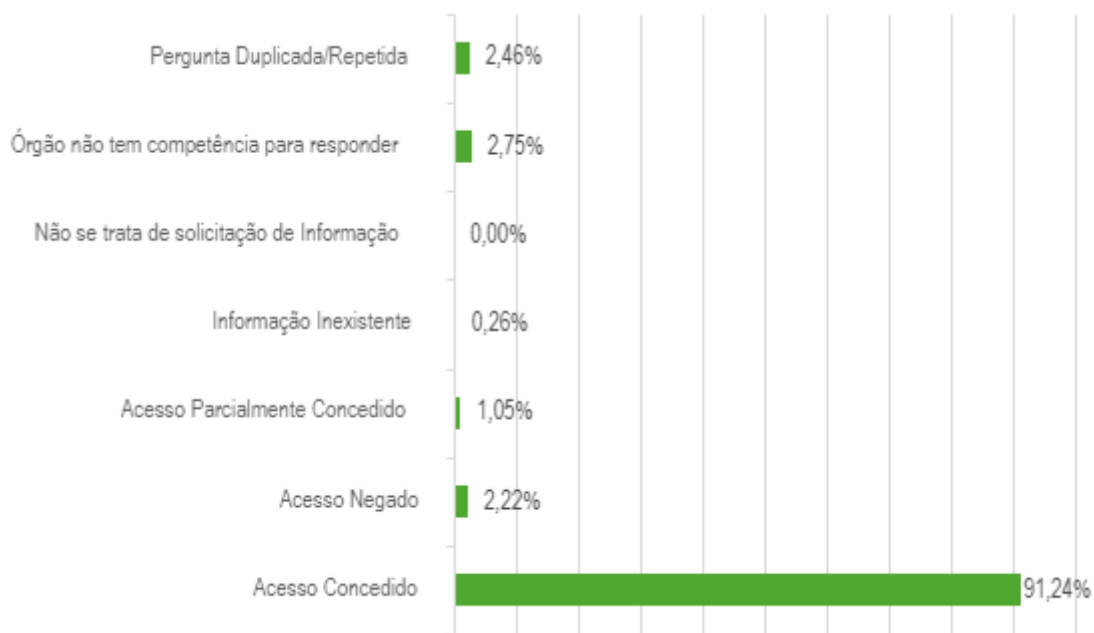


Figura 10- Tipo de resposta aos pedidos

Fonte: Painel Resolveu em 08/01/2024

Por fim, em relação à submissão de recursos, quando o pedido de acesso é recusado, o indivíduo tem o direito de interpor recurso após ser informado da negativa ou do pedido incompleto. O recurso deve ser encaminhado à autoridade hierarquicamente superior do responsável pela resposta inicial e precisa ser avaliado em até 5 dias. Esse procedimento busca oferecer ao solicitante uma oportunidade de revisão diante das decisões de negação de acesso às informações solicitadas.

Em 2023, houve o encaminhamento de um total de 95 pedidos de recursos à Ouvidoria do Instituto Chico Mendes. Este número representa 12% de todos os pedidos de LAI recebidos pelo órgão.

Comparando-se com os anos anteriores, verifica-se que este percentual está na média dos últimos três anos, que foi de 13%, conforme abaixo:

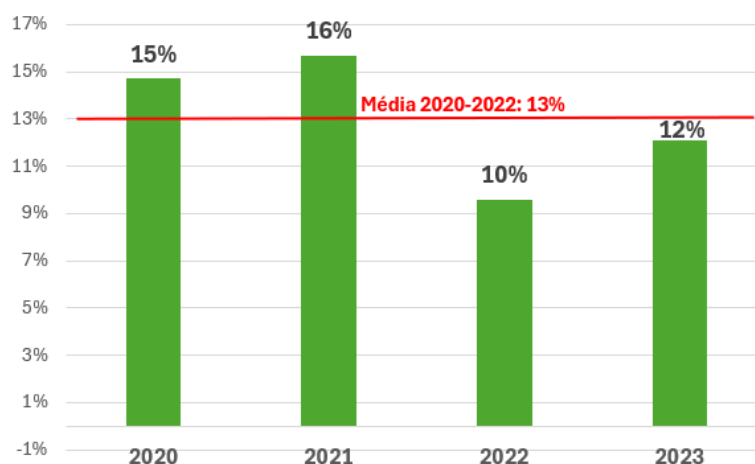


Figura 11 - Percentual de recursos interpostos sobre o total de pedidos

Melhorias e providências adotadas pela Ouvidoria em 2023

- Aprimoramento do layout da página da Ouvidoria e atualização de diversas informações;
- Início do processo de elaboração de normativos para regulamentar os procedimentos relacionados aos pedidos de acesso à informação, bem como para denúncias e comunicações de irregularidades no âmbito do ICMBio;
- Reorganização das atividades e da equipe da Ouvidoria, com o objetivo de atender à significativa demanda de manifestações e solicitações recebidas em 2023;
- Produção mensal de relatório gerencial que identifica os temas mais relevantes abordados no período em análise;
- Revisão, aprimoramento e padronização dos formulários e documentos gerados pela Ouvidoria, os quais são encaminhados às áreas técnicas;
- Efetivação da incorporação da tabela de indexadores do ICMBio na Plataforma Fala.Br, resultando em aprimoramento da qualidade e facilidade na busca de informações no sistema;
- Contribuição para o fortalecimento da responsabilidade e transparência nas agendas dos agentes públicos obrigatórios (Presidente, Diretores e PFE), conforme estabelecido pelo Decreto n. 10.889/2021;
- Elaboração do Mural de Elogios do ICMBio, campanha em comemoração do dia do servidor, com o objetivo de incentivar o reconhecimento de boas práticas, aprimorar o clima organizacional e reforçar a cultura do elogio;
- Migração do fluxo processual dos encaminhamentos para as áreas técnicas por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, que anteriormente era realizado pelo e-mail.

MÍDIAS SOCIAIS

O ICMBio gerenciou contas nas seguintes redes sociais: Instagram, Facebook, Youtube, LinkedIn e X (anteriormente conhecido como Twitter), além das novas plataformas que surgiram em 2023, Threads e Canal WhatsApp.

O perfil do ICMBio no Threads foi criado em 6 de julho de 2023, e o canal do Instituto no WhatsApp foi criado em 18 de setembro de 2023.



781,1 mil
seguidores nas redes sociais

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2



Henrique Santian

2. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

2.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

O Instituto possui uma metodologia própria para a implementação da gestão de riscos, aprovada pela Portaria ICMBio n.º 975, de 10 de dezembro de 2021, que define e detalha as fases, os procedimentos e os instrumentos relativos ao processo de gestão de riscos no âmbito do ICMBio, conforme previsto na Política de Gestão de Riscos e Integridade, instituída por meio da Portaria n.º 255, de 01 de abril de 2020.

Ela foi elaborada a partir da realização de benchmarking (comparações entre as políticas já existentes) para estudar as lições aprendidas (positivas e negativas) de órgãos e entidades da administração pública federal, como o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região – TRT10, a Controladoria-Geral da União – CGU, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, dentre outros. É importante frisar a integração que a Metodologia de Gestão de Riscos do ICMBio promove entre a Política de Gestão de Riscos e Integridade do ICMBio e a Política de Gestão Estratégica do ICMBio, instituída em 2020, conforme listado abaixo:

- como critério de seleção dos processos organizacionais para gestão de riscos, inicialmente serão priorizados os que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos;
- necessidade de mapeamento do processo como condição prévia às etapas de gerenciamento de riscos para trabalhar a gestão de riscos incorporada à gestão por processos; e
- avaliação das medidas de tratamento relacionadas ao Plano de Gestão de Riscos do ICMBio e ao Plano de Integridade do ICMBio serão realizadas pela alta administração, no âmbito da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE.

2.2. GESTÃO DE INTEGRIDADE - PROGRAMA INTEGRA +

O Programa de Integridade do Instituto Chico Mendes (Integra+) foi instituído pela [Portaria ICMBio n.º 923, de 8 de setembro de 2020](#), em conformidade com as diretrizes do [Decreto n.º 9.203, de 22 novembro de 2017](#) e da [Portaria CGU n.º 57, de 4 de janeiro de 2019](#).

A revisão do referido Programa ocorreu em 2022, conforme disposto na [Portaria n.º 1257, de 27 de dezembro de 2022](#).



Figura 12 – Logo Programa de Integridade do ICMBio

Como instrumento de governança, e alinhado ao Planejamento Estratégico Integrado do MMA e vinculadas, o Integra+ foi criado com o objetivo de promover medidas institucionais destinadas à prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, abuso de poder, nepotismo, conflito de interesses, uso indevido de informação sigilosa e práticas antiéticas, bem como fomentar a disseminação da cultura de integridade na autarquia.

Por meio da [Portaria n.º 4007, de 29 de novembro de 2023](#), foi instituído o Comitê Técnico de Governança de Riscos, Integridade e Controles – CTGRIC, para atuar como responsável pelo suporte e assessoramento ao Comitê Gestor do ICMBio na avaliação, orientação e monitoramento da governança institucional, nas áreas de gestão de riscos, integridade e controles internos, com a seguinte composição:

- I – Chefia de Gabinete – GABIN;
- II - Corregedoria - CORREG;
- III - Auditoria - AUDIT;
- IV - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP;

V - Coordenação de Governança e Gestão Estratégica - CGOV;

VI - Coordenação de Comunicação Social - CCOM;

VII - Presidência da Comissão de Ética;

VIII - Chefia do Núcleo de Estudos e Formação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos Pessoais e Interpessoais – MEDIARE;

IX - Responsável pelo Sistema de Informação ao Cidadão - SIC/ICMBIO.

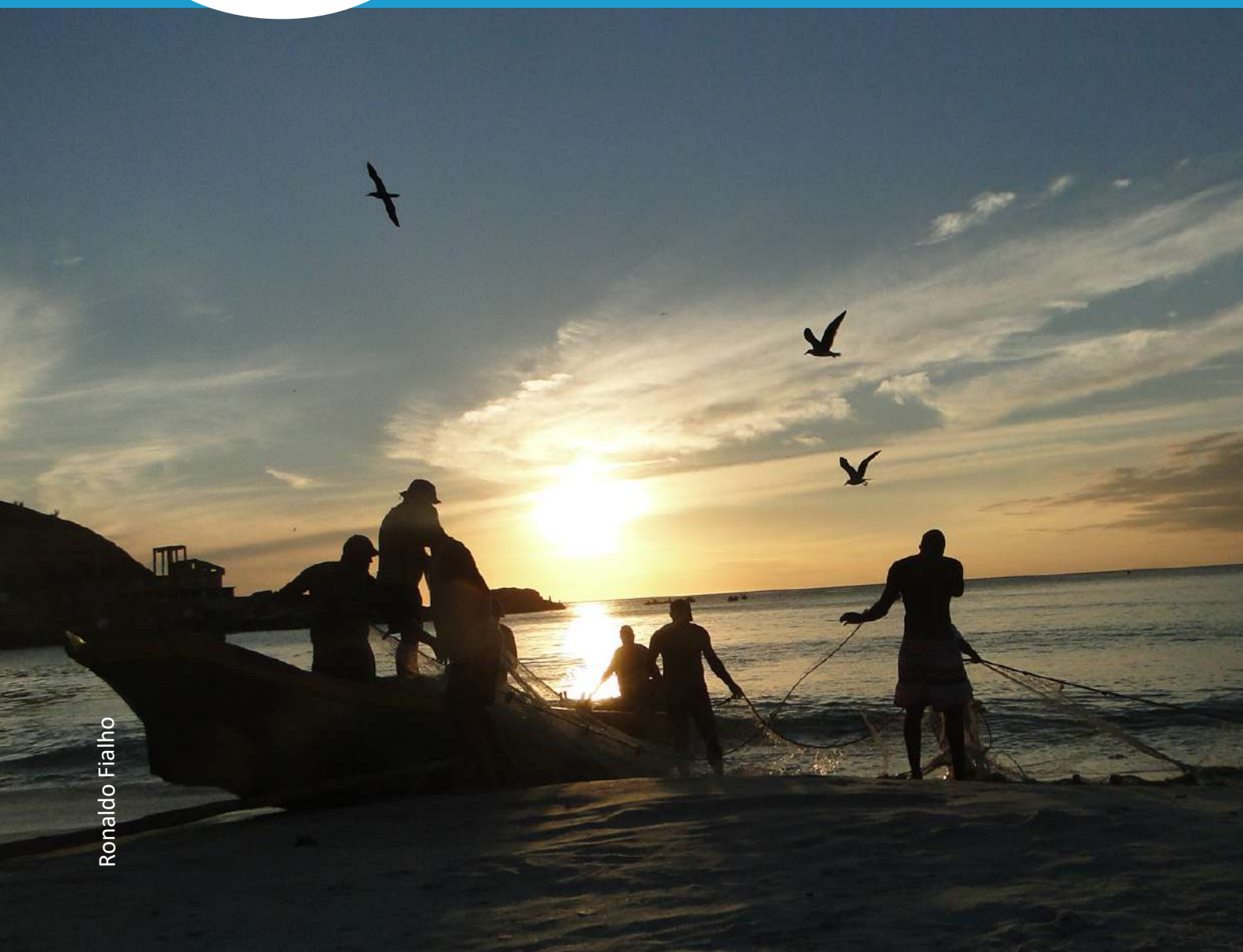
O Plano de Integridade do ICMBio, para o biênio 2022-2023, foi instituído por meio da Portaria n.º 1010, de 05 de outubro de 2022. O CTGRIC tem conduzido análises para subsidiar a formulação do novo Plano de Integridade para o biênio 2024-2025.



Kennedy Borges

3

ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA



3. ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

3.1 ESTRATÉGIA

O Instituto Chico Mendes faz parte do Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas 2020-2023 e segue como diretriz interna a Política de Gestão Estratégica – PGE/ICMBio. Nesse contexto, apresenta resultados em 14 dos 21 objetivos estratégicos, demonstrados no Mapa Estratégico Integrado abaixo.

O ano de 2023 foi marcado pelo fechamento do ciclo do Planejamento Estratégico Integrado do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas 2020-2023 e, por consequência, pelo início dos trabalhos para a elaboração do Planejamento Estratégico 2024-2027.

Em relação aos indicadores estratégicos, ao final de 2023 o Instituto alcançou bons resultados na execução geral das metas propostas. Os resultados da execução da estratégia serão detalhados ao longo deste Relatório de Gestão, descrevendo os resultados das principais áreas e desempenho da gestão, respectivamente.

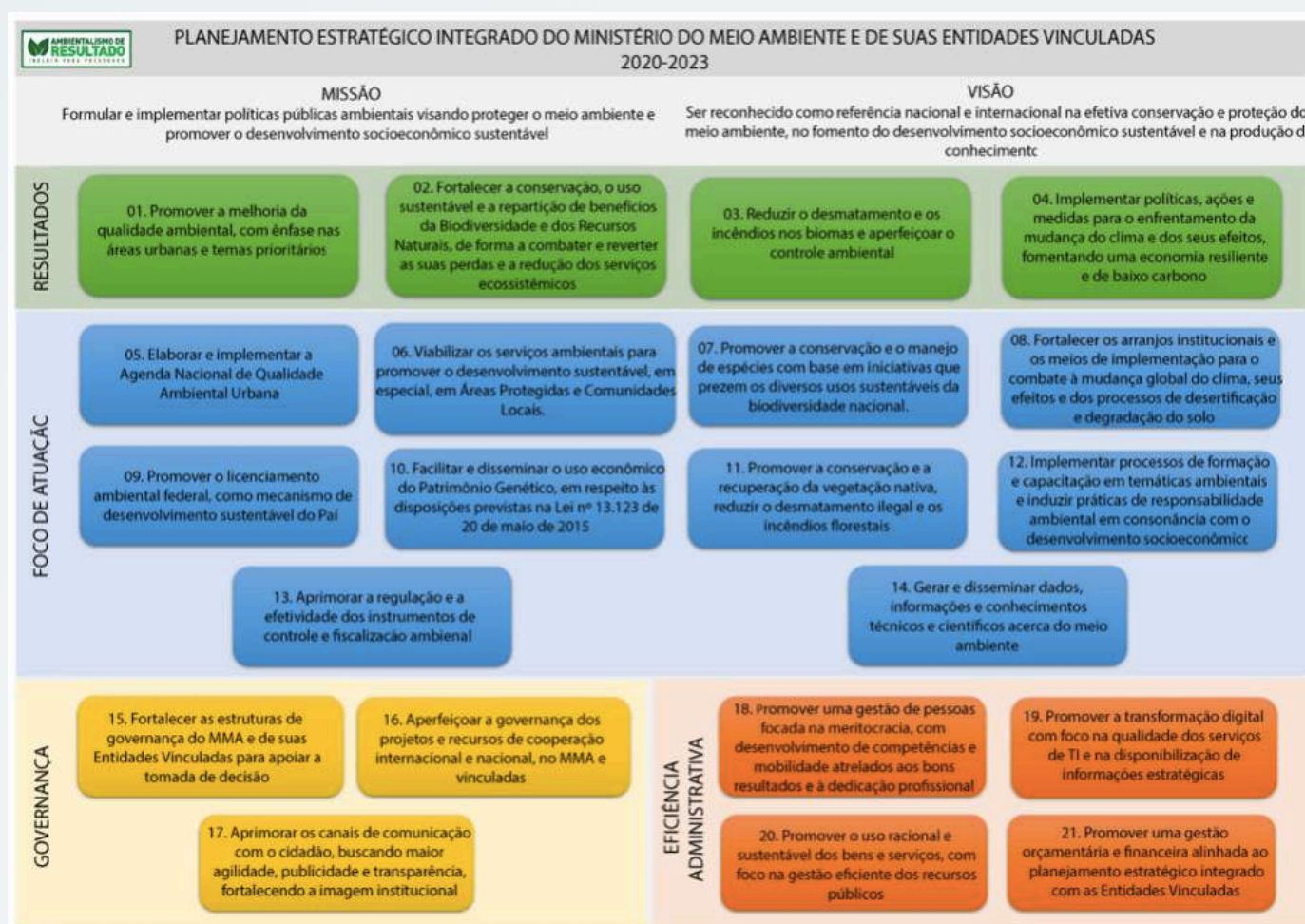


Figura 13 - Mapa Estratégico do Ministério do Meio Ambiente e de suas Entidades Vinculadas 2020-2023

Oficina de Planejamento Estratégico 2024-2027

O projeto de elaboração do Planejamento Estratégico 2024-2027 do ICMBio, foi desenhado pela equipe da Coordenação de Governança e Gestão Estratégica – CGOV/ICMBio, com o apoio do Programa de Gestão para Resultados – PGR/ICMBio e tem como principal objetivo prover até 30 de junho de 2024 o novo instrumento gerencial de direcionamento estratégico, para melhoria da gestão, de forma alinhada com os objetivos de Estado e de Governo.

O projeto foi elaborado para ser executado em 4 fases, com a descrição de atividades que buscam fornecer uma visão abrangente e clara de todas as tarefas envolvidas, permitindo o acompanhamento e controle adequados do progresso da iniciativa.



Figura 14 - Representação esquemática das fases do projeto e suas atividades principais

No ano de 2023, foi concluída a 1ª fase do projeto de elaboração do Planejamento Estratégico 2024-2027, que contou com a realização de oficina participativa de Planejamento Estratégico, ocorrida em Brasília, nos dias 02 e 03 de outubro com a presença dos Diretores, Coordenadores Gerais e dos 5 Gerentes Regionais.

A necessidade de realização da oficina de trabalho surgiu como consequência das iniciativas emergentes, em termos de planejamento, tanto externas (Ministério do Meio Ambiente – MMA) como internas (Diretorias e processo de revisão do Planejamento Estratégico) e a necessidade de realinhamento institucional para melhoria da eficácia das ações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos durante a oficina, foram gerados dois produtos: Plano de contribuição (entregas) do ICMBio para o alcance dos resultados propostos pelo MMA e entregas do ICMBio à sociedade e aos usuários.



Figura 15 – Participantes da oficina de Planejamento Estratégico

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)



Figura 16 – Logo do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

Em 2023, o ICMBio foi convidado a participar da elaboração da 5ª fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Criado em 2004 com o objetivo de reduzir o desmatamento e possibilitar a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal, o PPCDAm é estruturado em 4 eixos temáticos i) atividades produtivas sustentáveis; ii) monitoramento e controle ambiental; iii) ordenamento fundiário e territorial; e iv) instrumentos normativos e econômicos, dirigidos à redução do desmatamento e à concretização das ações abrangidas pelos demais eixos.

Nesta 5ª fase do PPCDAm, que estabelece objetivos estratégicos, metas e indicadores a serem implementados de 2023 a 2027, o ICMBio investirá esforços com metas nos 4 eixos temáticos, com metas em 8 dos 12 objetivos estipulados pelo plano.

Durante os trabalhos de elaboração do plano, foram identificadas áreas e unidades de conservação prioritárias, que sofreram com desmatamento e atividades ilegais dentro de seus territórios e, por consequência, tiveram redução da governança.

Com intuito de reverter esse cenário, o ICMBio instituiu, por meio da Portaria n.º 4.298, de 20 de dezembro de 2023, grupo de trabalho para apoiar a gestão da Reserva Extrativista Chico Mendes, uma das unidades prioritárias que mais foram afetadas pela ação humana.

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado PPCerrado



Figura 17 – Logo do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento do Cerrado

O ICMBio também acompanhou o processo de elaboração da 4ª Fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado – PPCerrado, que culminou em ações estruturadas conforme as orientações do [Decreto n.º 11.367/2023](#).

A 4ª fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado) representa um avanço significativo na conservação desse ecossistema crucial no Brasil.

Esta fase é marcada por uma abordagem multifacetada, que combina esforços de monitoramento, fiscalização e incentivos para práticas sustentáveis. Um dos principais focos é a intensificação das ações de fiscalização em áreas críticas, visando coibir o desmatamento ilegal e as queimadas, além de promover a recuperação de áreas degradadas.

O PPCerrado possui quatro eixos temáticos principais que orientam suas ações e estratégias de conservação e controle:

1. atividades produtivas sustentáveis;
2. monitoramento e controle ambiental;
3. ordenamento fundiário e territorial;
4. instrumentos normativos e econômicos, dirigidos à redução do desmatamento e à concretização das ações abrangidas pelos demais eixos.

O ICMBio participará como ator-chave ou parceiro com metas e indicadores presentes nos 13 objetivos estratégicos pactuados no plano, dos quais destacamos as que visam a restauração de áreas atingidas por incêndios, a disseminação das boas práticas sobre o manejo integrado do fogo, ampliação dos serviços de turismo em UCS, especialmente em parques nacionais e RPPNs, dentre outras.

Objetivo Estratégico 15: Fortalecer as estruturas de governança do Ministério do Meio Ambiente e de suas entidades vinculadas, para apoiar a tomada de decisão.

Indicador Estratégico: Número de unidades organizacionais do ICMBio com painel de contribuição estratégico elaborados (acumulado).

Meta 2023	
Previsto	Realizado
8	6

Conforme explicitado anteriormente, em 2023, o ICMBio concentrou seus esforços na formulação de projeto de elaboração do Planejamento Estratégico 2024-2027, e por consequência, a formulação de um novo mapa estratégico que terá caráter participativo, e priorizará consultas aos servidores e setores da sociedade civil organizada.

Paralelamente à fase de elaboração do mapa estratégico, o ICMBio está implementando a nova política de governança institucional, o que impossibilitou a implementação de novos painéis de contribuição em unidades organizacionais.

No entanto, os novos painéis serão disponibilizados em 2024, após a aprovação do mapa estratégico, prevista para o primeiro semestre do mesmo ano.

3.2. GOVERNANÇA

Segundo o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, governança pública é definida como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Neste espírito, em 2023 foi conduzido um processo de reformulação da Política de Governança Institucional do ICMBio, resultado na Portaria ICMBio nº 4.101 de 13 de dezembro de 2023, (processo administrativo nº 02070.011811/2023-32).

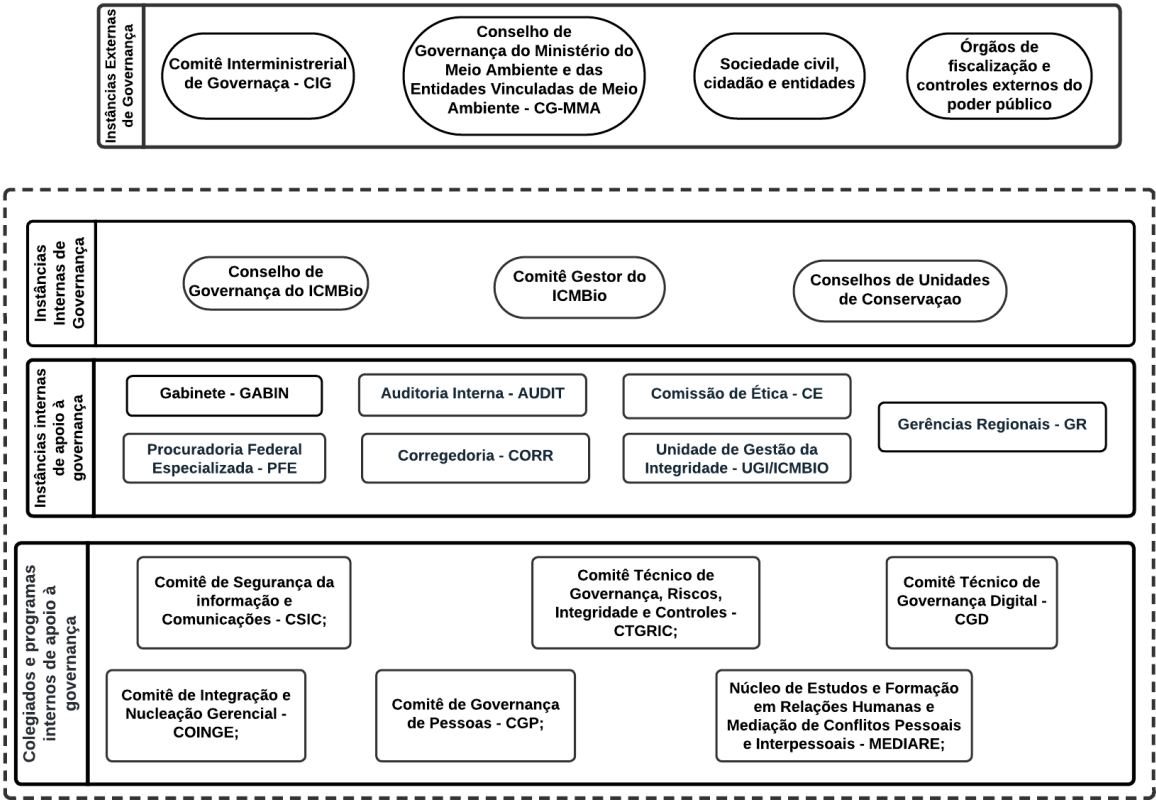


Figura 18 - Sistema de Governança Institucional do ICMBio



Figura 19 – Logo Transformagov

No final de 2020, o ICMBio aderiu ao Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – TransformaGov, em parceria com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, implementando 27 ações de transformação institucional que buscaram soluções para que a autarquia otimizasse a execução de políticas públicas e tornasse a gestão mais eficiente.

Das quatro (04) ações repactuadas no ano de 2023, o ICMBio implementou integralmente duas: a solução PagTeseuro para pagamento de taxas por débito online e o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS.

Com isso, o ICMBio encerrou o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado – TransformaGov com um total de 18 ações implementadas na autarquia.

3.3. COMISSÃO DE ÉTICA

Instituída pela Portaria ICMBio 295, de 4 de junho de 2009, publicada no Boletim de Serviço 06, de 5 de junho de 2009, a **Comissão de Ética do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - CE/ICMBio** tem como objetivo orientar e aconselhar sobre a ética profissional dos seus agentes públicos em relação ao tratamento com o público interno e externo e com o patrimônio público. Cabe também à Comissão apurar denúncias, apresentadas à Comissão ou de ofício, sobre supostos desvios éticos dos agentes públicos vinculados ao ICMBio, sendo garantido ao denunciado, conforme Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o direito ao contraditório e ampla defesa.

Agente público é, conforme definição do Código de Ética do ICMBio, “todo aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico ou administrativo, preste serviços ao ICMBio de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, mesmo sem remuneração ou ainda em gozo de licença ou afastamento”.

O [Decreto federal n.º 1.171/1994](#) criou o [Código de Ética](#) profissional do servidor público civil do governo federal e estabeleceu a obrigatoriedade de que fossem instituídas comissões de ética em todas as instituições federais.

O [Decreto federal n.º 6.029/2007](#) instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, integrado pela Comissão de Ética Pública - CEP da Presidência da República e pelas comissões setoriais de ética (como é o caso da CE/ICMBio). Este Decreto estabeleceu as competências, princípios e o funcionamento geral de uma comissão setorial, posteriormente pormenorizados pela [Resolução 10/2008 da CEP](#), onde consta, por exemplo, o rito processual de apuração de uma denúncia em tratamento pela CE/ICMBio.

A CE/ICMBio é composta por três servidores públicos que exercem a função de Membros Titulares e seus respectivos três Membros Suplentes. Os membros da CE/ICMBio devem pertencer à Carreira de Especialista em Meio Ambiente ou PECMA, com vinculação permanente ao ICMBio.

São princípios fundamentais no trabalho desenvolvido pelos membros da CE/ICMBio:

- preservar a honra e a imagem da pessoa investigada;
- proteger a identidade do denunciante;
- atuar de forma independente e imparcial;
- comparecer às reuniões da CE/ICMBio, justificando eventual ausência;
- em eventual ausência ou afastamento, instruir o seu substituto sobre os trabalhos em curso;
- declarar seu impedimento ou suspeição em processo de apuração de suposto desvio ético;
- eximir-se de atuar em procedimento no qual tenha sido identificado seu impedimento ou suspeição.

A atuação na CE/ICMBio é considerada prestação de relevante serviço público e não enseja qualquer remuneração, devendo ser registrada nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a).

O escopo de atuação da CE/ICMBio abrange todo agente público que está desenvolvendo seu trabalho no ICMBio, com exceção dos ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superiores – DAS, nos níveis seis e cinco, ou seja, o Presidente e Diretores do ICMBio, que estão vinculados à CEP conforme o [Código de Conduta da Alta Administração Federal](#).

A Secretaria Executiva da CE/ICMBio tem como finalidade contribuir para a elaboração e o cumprimento do plano de trabalho da gestão da ética e prover o apoio técnico necessário ao cumprimento das atribuições exercidas pelos membros titulares e suplentes.

A Portaria n.º 411, de 13 de maio de 2020, aprova o [Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade](#).

3.4. ATUAÇÃO CORREICIONAL

Atuação Correcional no ICMBio 2023 - Mudança de Paradigma

Estruturação da Prevenção e da Padronização de Procedimentos

A Corregedoria do ICMBio é um órgão seccional, introduzido na estrutura regimental da unidade pelo Decreto n.º 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, configurando uma das instâncias internas de Integridade, atuando na Atividade Correcional.

O Regimento Interno do ICMBio, aprovado pela Portaria n.º 1.270, de 29 de dezembro de 2022, estabeleceu a organização interna da Corregedoria em duas divisões: Divisão de Admissibilidade e Prevenção – DAPREV e Divisão de Atos e Procedimentos – DIAP.

Esta organização viabilizou em 2023, o aprimoramento da atividade correcional, com a especialização na realização do juízo de admissibilidade e fortalecimento da atuação preventiva da Corregedoria, além de investir na especialização da atuação dos servidores que atuam na condução dos processos correccionais instaurados.

Já a publicação da Portaria ICMBio n.º 14, de 21 de janeiro de 2022, possibilitou que em 2023 houvesse inovações para a condução da atividade correcional e a padronização da apuração, trazendo um capítulo para a atuação preventiva da Corregedoria.

Merecem destaque os seguintes objetivos da atuação preventiva da Corregedoria iniciados em 2023 e com perspectivas de ampliação em 2024/2025: reduzir a ocorrência de desvios de conduta e atos ilícitos, de modo a diminuir a instauração de processos administrativos disciplinares, com a consequente redução de custos para a Administração Pública; atuar de forma orientada, interagindo com servidores e gestores, fomentando uma cultura ética; incrementar a confiança dos cidadãos na instituição, implementando medidas de fortalecimento da integridade.

Neste contexto, entre julho e agosto de 2023, foram realizadas visitas técnicas a unidades de conservação da Gerência Regional 3 (GR-3), da Gerência Regional 4 (GR-4) e da Gerência Regional - 5 (GR5), especificamente nas seguintes Unidades de Conservação: Parque Nacional da Tijuca, NGI Paraty, RESEX Marinha Arraial do Cabo, NGI Brasília Contagem, PARNA de Veadeiros, Centro de Pesquisa de Anfíbios e Répteis, PARNA Itatiaia, NGI Poço das Antas, REBIO União, PARNA Foz do Iguaçu, NGI ICMBio Curitiba e NGI Florianópolis. As visitas objetivaram aprimorar a comunicação da Corregedoria com os servidores e gestores, disseminando informações sobre a atuação da Corregedoria, abordando temas que envolvem a correição, com foco na prevenção de irregularidades, além de possibilitar o entendimento, por parte da Corregedoria, sobre os aspectos gerenciais das unidades descentralizadas: atividades, estrutura e desafios.

Promoção da Cultura Organizacional de Correição e Prevenção

Em agosto de 2023, foi ministrada Aula Magna da terceira etapa da capacitação do Curso de Formação na ACADEBio dos novos servidores empossados.

Buscando fortalecer a Integridade Pública no âmbito do ICMBio, em parceria com a Controladoria-Geral da União – CGU, e demais Corregedorias parceiras, a Corregedoria promoveu atividades online, abordando os seguintes temas: Assédio Sexual, Assédio Moral, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD,

“Não existe saúde sem saúde mental” e “A felicidade é o caminho, não a chegada”. Representamos o ICMBio na XXI Reunião Plenária Anual da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de dinheiro - ENCCLA 2024, no Encontro Nacional de Corregedorias 2023, no Encontro Nacional de Corregedorias - 18 anos do SisCor, da Rede GIRC - Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos e da Conferência Internacional de Integridade Pública, promovida pela Controladoria-Geral da União – CGU.

Ademais, houve a participação de servidores e colaboradores que atuam na Corregedoria, em cursos de capacitação no uso de sistemas correcionais, bem como em cursos de atualização normativa e jurisprudencial na matéria Correcional, tais como: ePAD, Processo Administrativo Disciplinar - PAD, Processo Administrativo de Responsabilização de entes privados – PAR, Juízo de Admissibilidade e Técnicas de Investigação, dentre outros.

Ademais, promovemos a participação de servidores e colaboradores que atuam na Corregedoria, em cursos de capacitação no uso de sistemas correcionais, bem como em cursos de atualização normativa e jurisprudencial na matéria Correcional, tais como: ePAD, Processo Administrativo Disciplinar - PAD, Processo Administrativo de Responsabilização de entes privados – PAR, Juízo de Admissibilidade e Técnicas de Investigação, dentre outros.

Em 2023, a equipe da Corregedoria foi ampliada, recebendo de forma efetiva três Analistas Ambientais, com perfil de servidores com ampla experiência na área finalística, com visão estratégica, postura íntegra e colaborativos, características essenciais para a consolidação de uma Equipe de Corregedoria de credibilidade e voltada para entregas efetivas na prevenção e combate à corrupção e desvios de conduta.

Houve também articulação com as demais Corregedorias do Ministério do Meio Ambiente, fomentando a criação da Rede de Integridade do Ministério do Meio Ambiente - RIMMA e implementação do Comitê Técnico de Governança de Riscos, Integridade e Controles – CTGRIC.

Atividade Correcional

Em relação à atuação repressiva da Corregedoria, com vistas à apuração e responsabilização de servidores pela prática de ilícitos administrativos e Pessoa Jurídica pela prática de atos lesivos contra a administração pública, no ano de 2023, tramitaram na Corregedoria 143 (cento e quarenta e três) processos relacionados a denúncias e representações.

Dos cerca de 143 processos tramitados em 2023, 69 (sessenta e nove) foram arquivados, por exemplo: falta de autoria ou materialidade e prescrição da pretensão punitiva; 58 (cinquenta e oito) processos tiveram Nota de Juízo de Admissibilidade, e destes, em 38 (trinta e oito) estão sendo indicados para investigação preliminar.

No que tange aos procedimentos de natureza investigativa e acusatória, a Corregedoria conduziu 15 (quinze) processos de Investigação Preliminar Sumária – IPS e supervisionou 11 (onze) Processos Administrativos Disciplinares – PAD. Foi celebrado 01 (um) Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, havendo outros 02 (dois) em vias de formalização.

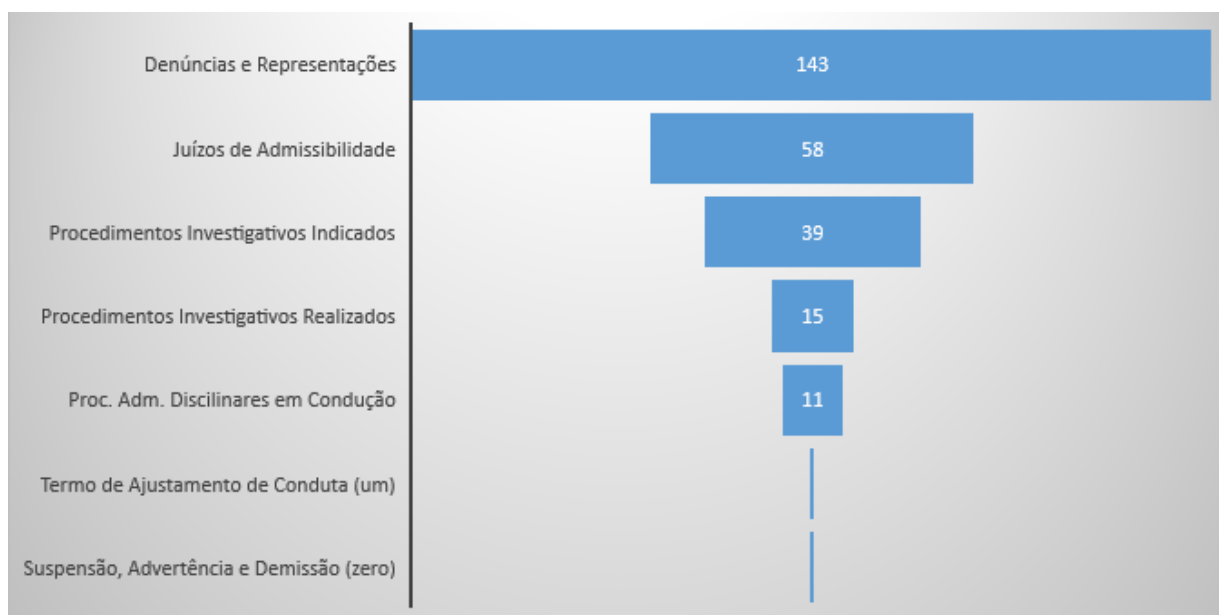


Figura 20 - Quantitativo de processos em trâmite em 2023

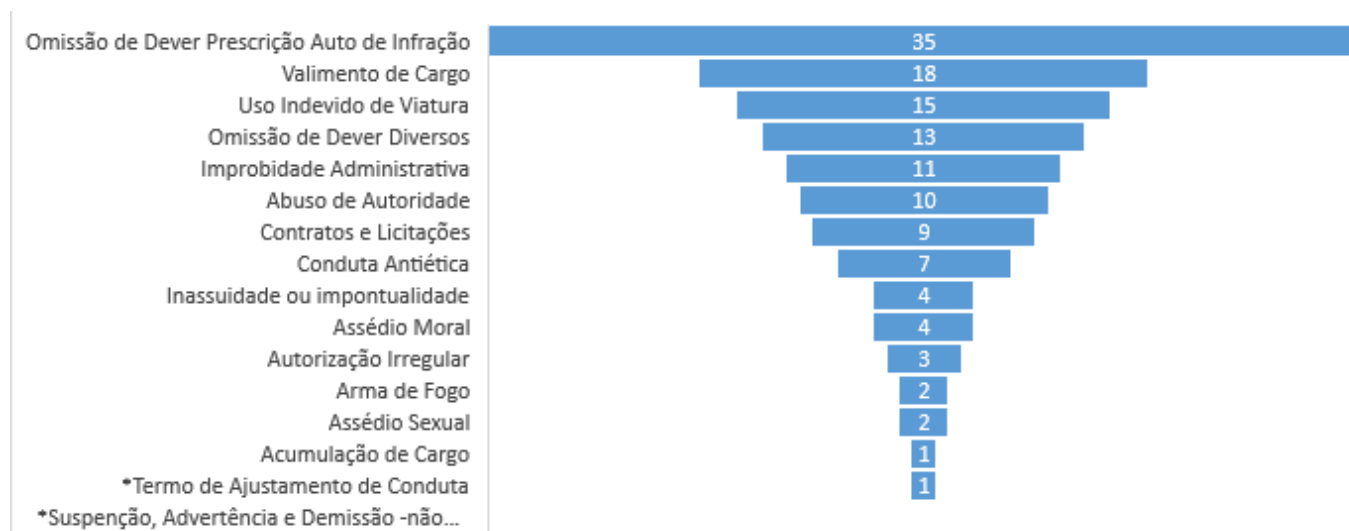


Figura 21 - Representações e denúncias tramitadas em 2023

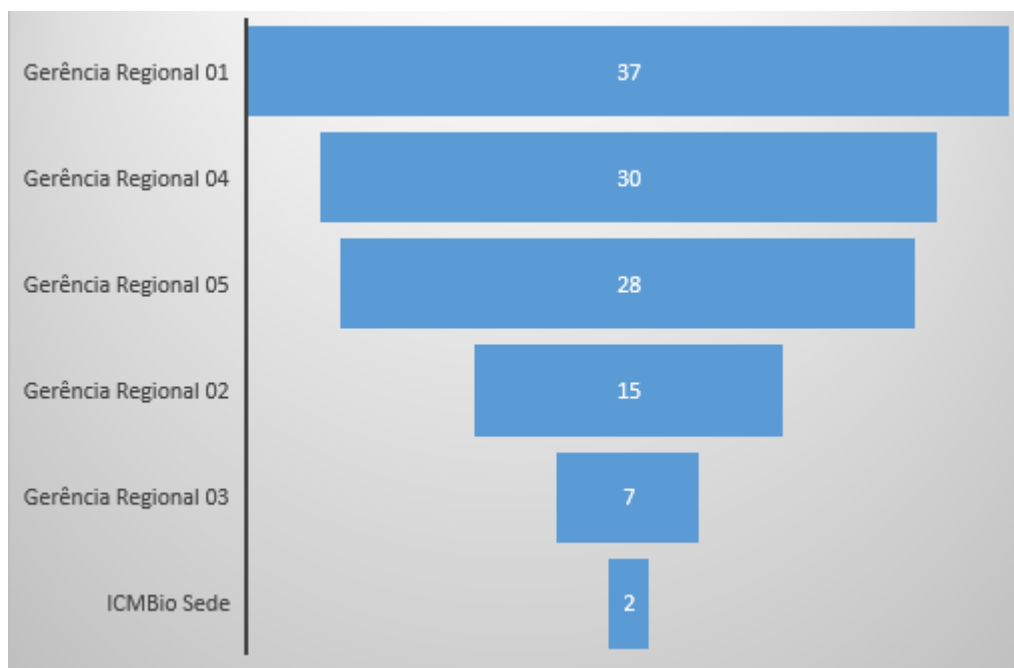


Figura 22 - Processos administrativos correccionais que tramitaram por Gerência Regional em 2023

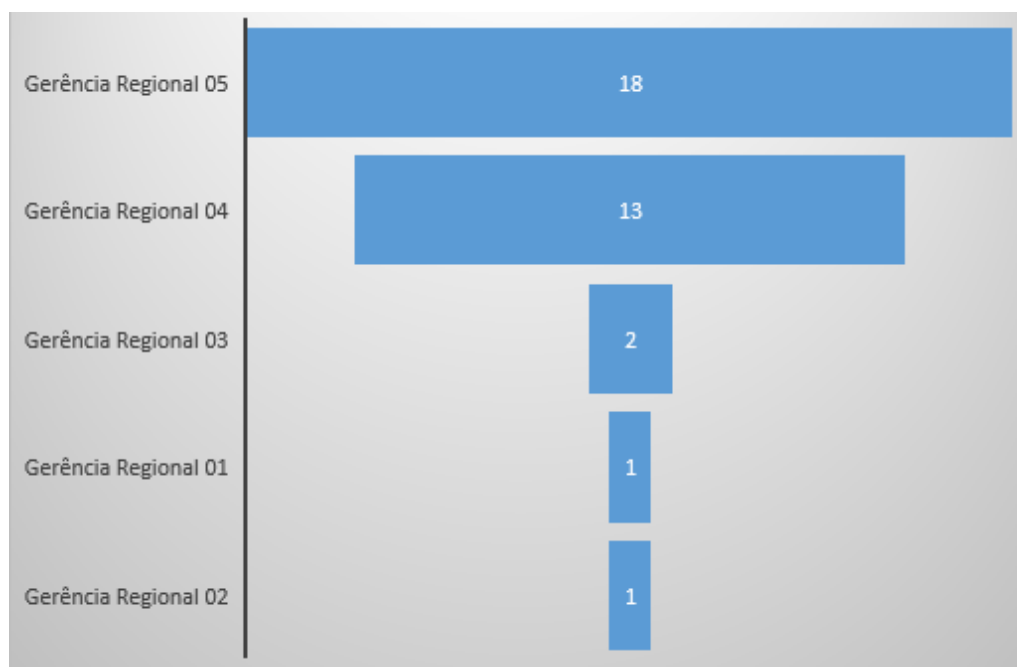


Figura 23 - Quantitativo de Processos Administrativos Correccionais de Prescrição de Auto de Infração por Gerência Regional/ 2023

3.5. CONTROLES INTERNOS E ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA ou CONTROLES INTERNOS E

Atuação dos órgãos de controle

Conforme estabelecido no Estatuto da Auditoria Interna do ICMBio (Portaria n.º 942, 14 de setembro de 2020), a auditoria interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria, contribuindo para o aperfeiçoamento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

No ICMBio, a unidade de Auditoria Interna (Audit) é órgão seccional vinculado diretamente à Presidência e está subordinada administrativamente ao Presidente e funcionalmente ao Comitê Gestor. Possui uma estrutura híbrida, incorporando, além das atividades tradicionais de auditoria interna, sob a alçada da Divisão de Processos de Auditoria (DPA), as atribuições concernentes à ouvidoria, gerenciadas pela Divisão de Informações ao Cidadão (DIC). Estas atividades incluem a recepção e tratamento de manifestações dos cidadãos, como denúncias, reclamações e elogios, bem como atendimento dos pedidos de informação, baseados na Lei de Acesso à Informação – LAI.

Trabalhos da Auditoria Interna e monitoramento das recomendações

Indicador Estratégico: Percentual de implementação das recomendações da Auditoria Interna do ICMBio.	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
50%	53%

Em 2023, a Auditoria Interna realizou quatro trabalhos de avaliação referentes aos Planos Anuais de Auditoria Interna - PAINT de 2022 e 2023: i) auditoria no processo de concessão de diárias e passagens a colaboradores eventuais; ii) auditoria na elaboração das informações contábeis e financeiras do ICMBio; iii) auditoria na gestão patrimonial de bens móveis do ICMBio e; iv) avaliação da gestão e governança de tecnologia da informação e comunicação.

Em relação às recomendações emitidas em seus trabalhos, foram monitoradas 90 recomendações pela Auditoria em 2023. O resultado do trabalho de monitoramento é evidenciado por meio do indicador estratégico *Percentual de implementação das recomendações da Auditoria Interna do ICMBio*. A meta estipulada para o indicador foi de 50%, sendo que o resultado apurado ao final do exercício de 2023 foi de 53%, superando, portanto, a meta estipulada.

Como resultado do atendimento às recomendações emitidas nos trabalhos de avaliação realizados pela Auditoria Interna, foram auferidos, em 2023, seis benefícios não financeiros em duas modalidades: medida de aperfeiçoamento ou incremento da transparência, ou da participação social; medida estruturante de aperfeiçoamento dos programas/processos. Cabe destacar ainda que, em função da atuação da Auditoria Interna, foram recuperados R\$ 78.848,01 decorrentes de valores pagos indevidamente.

Programa de melhoria da qualidade – Audit Agrega+

O Estatuto da Auditoria Interna do ICMBio prevê, em seu art. 15, que cabe à Auditoria Interna do ICMBio implementar e manter um Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade – PGMQ.

Assim, em 2021, foi instituído o PGMQ da Auditoria do ICMBio, o Audit Agrega+, em linha com os dispositivos legais, como a IN SFC/CGU n.º 03/2017 e o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (MOT). Ele adota como referência o International Professional Practices Framework (IPPF) do Instituto de Auditores Internos (IIA), e a metodologia Internal Audit Capability Model (IA-CM), conforme a Portaria CGU n.º 777/2019. Estes dispositivos orientam e estabelecem critérios para elaborar o PGMQ e fornecem modelos e orientações para apoiar a estruturação e a efetiva implementação do programa.

A edição 2023/2024 do Audit Agrega+ prevê a implementação de ações de melhoria contínua da AUDIT, estando agrupadas em cinco dimensões temáticas: conformidade normativa, qualificação dos auditores internos, accountability, desempenho e modernização.

Dentre as ações previstas, destacam-se as seguintes, concluídas em 2023:

a) Aprimorar o processo de avaliações de qualidade

Foi realizado um benchmarking nos documentos publicados no site do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade - PGMQ da Controladoria-Geral da União (CGU). Em sequência, houve a elaboração de check-list para verificar se as etapas previstas nos normativos estão sendo cumpridas pela Auditoria Interna do ICMBio, bem como para estruturar e direcionar uma atuação robusta e completa pela equipe de auditores do ICMBio.

b) Estruturar os trabalhos de consultoria

Foram elaborados e estruturados modelos de relatório, de análise preliminar do objeto e de termo de compromisso, além de um check-list dos principais pontos estabelecidos pelo Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal /MOT (CGU) e pelo manual de orientação prática: Serviço de Auditoria da CGU.

Este trabalho visa possibilitar a melhoria da qualidade das consultorias realizadas pela Auditoria Interna do ICMBio, bem como possibilitar um adequado desenvolvimento das atividades de consultoria baseadas nas diretrizes, orientações e modelo da Controladoria-Geral da União.

Acompanhamento dos trabalhos da CGU

No ano de 2023, a Controladoria-Geral da União – CGU iniciou 12 trabalhos de auditoria no Instituto, quais sejam:

- 7 (Sete) avaliações relativas aos contratos de concessão de serviços de visitação em Unidades de Conservação;
- Avaliação do projeto KFW;
- Avaliação Preventiva de Licitação Concorrência 02/2023 e Pregão Eletrônico 10/2023;
- Avaliação da legalidade da concessão e do correto pagamento de rubricas relacionadas ao benefício de adicional de qualificação e afins aos servidores federais, em especial a Retribuição de Titulação (RT) e de Reconhecimento de Saberes e Conhecimentos (RSC) e Incentivo à Qualificação (IQ);
- Auditoria com o objetivo de avaliar a implantação de pagamentos digitais pelos órgãos federais, com atenção especial para a solução de pagamentos de GRU - PagTeseuro, desenvolvida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Para mais informações sobre o PagTeseuro;
- Avaliação das redes de comunicação de dados do governo federal; Em relação às recomendações da CGU, é importante registrar que no ano de 2023 não foram emitidas novas recomendações. Atualmente, existem quatro recomendações da CGU em fase de monitoramento, todas aguardando a análise da CGU sobre as providências adotadas pelo ICMBio. Além disso, ao longo deste ano, quinze recomendações foram concluídas.

Acompanhamento dos trabalhos do TCU

Em 2023, o ICMBio foi parte em 75 acórdãos do TCU. A maioria, 58, refere-se a atos de pessoal, como concessão de pensões e aposentadorias; os 17 restantes são resultados de monitoramentos, representações, relatórios de acompanhamento e denúncias.

Dentre os 75 acórdãos, houve determinações e recomendações ao ICMBio em 6 deles, conforme o detalhamento a seguir:

• Acórdão de relação 10834/2023-SC (Processo n.º 021.083/2023-1)

Considerou ilegal ato de concessão de aposentadoria e determinou ao ICMBio que faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, emita novo ato livre de irregularidades e comunique ao interessado o teor da decisão.

• Acórdãos nº 1363/2023-PL, n.º 747/2023-PL e n.º 1726/2023 (Processo n.º 003.595/2023-4)

Representação a respeito de possíveis irregularidades em licitação de concessão no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Em suma, a Corte de contas determinou ao ICMBio a correção do edital de licitação e sua republicação, além de determinações procedimentais para licitações futuras. O processo foi concluído

pelo TCU por cumprimento de objetivo em 06/09/2023.

• **Acórdão n.º 764/2023-PL** (Processo n.º 014.536/2021-8)

Representação acerca de possíveis irregularidades em operação de fiscalização planejada pelo ICMBIO na REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo, no Estado do Pará. Em resumo, a Corte determinou a cientificação do Instituto sobre a obrigatoriedade de motivar prévia e adequadamente seus atos administrativos, de forma técnica e jurídica, inclusive no caso de mudança de foco de fiscalizações e de reprogramação de suas atividades finalísticas. O processo foi concluído pelo TCU por cumprimento de objetivo em 12/05/2023.

• **Acórdão de relação n.º 1177/2023-PL** (Processo n.º 043.945/2021-0)

Relatório de acompanhamento da fiscalização denominada “Dia D”, que buscou avaliar o uso integrado de informações na gestão de políticas públicas, identificando, mediante análise de dados oriundos de sistemas governamentais, indícios de irregularidade e ineficiências na execução das políticas, e que culminou na prolação do Acórdão n.º 2487/2022-TCU-Plenário. O acórdão n.º 1177/2023 corrigiu a redação do acórdão n.º 2487/2022 para determinar aos órgãos federais avaliados, ICMBio incluso, que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, encaminhem ao TCU as providências adotadas em relação aos alertas enviados via plataforma digital para comunicação de riscos. O acórdão encontra-se em monitoramento.

Nos acórdãos listados abaixo, o TCU realizou considerações acerca do cumprimento de recomendações e determinações expedidas em acórdãos anteriores.

O **Acórdão de relação n.º 1946/2023**, processo n.º 007.205/2022-8, considerou que o ICMBio não implementou a recomendação constante do subitem 9.1.7 do Acórdão 2789/2019-TCU-Plenário: *avaliem a conveniência e oportunidade de avaliar se a proporção entre os servidores de TI e os servidores totais está comprometendo a regular operação do setor de TI e o processo de transformação digital, adotando, em caso positivo, medidas para contornar essa situação, em alinhamento com o Decreto 7.579/2011, arts. 2º, IV, e 6º, I;*

O **Acórdão de relação n.º 55/2023-PL**, processo n.º 007.134/2022-3, considerou implementada a determinação direcionada ao ICMBio no Acórdão n.º 674/2022-PL, processo n.º 005.955/2021-1: *1.7.1. determinar ao ICMBio (...) que inclua, em 180 dias, no SIG-ICMBio (...) as despesas referentes aos contratos de abrangência nacional e as despesas de pessoal, de modo que o sistema consiga apresentar de forma plena a alocação de recursos para cada unidade de conservação.*

Por meio do **Acórdão de relação n.º 968/2023-PL**, processo n.º 043.397/2021-2, o TCU deu por concluídas todas as determinações do Acórdão n.º 1206/2015-PL, exceto a de n.º 9.2.2.1., que determinou ao ICMBio *estabelecer indicadores que informem a contribuição das unidades de conservação na proteção de espécies ameaçadas, a fim de aperfeiçoar a avaliação e comunicação dos resultados alcançados pelas áreas protegidas na conservação da biodiversidade.*

Acórdãos de anos anteriores ainda em monitoramento

Acórdão n.º 329/2022 – TCU – Segunda Câmara (Processo n.º 036.791/2021-0)

TCU considerou ilegal e negou registro a determinado ato de aposentadoria, e determinou que o ICMBio cesse pagamentos relativos ao ato e emita novo ato livre das irregularidades apontadas.

Acórdão n.º 2534/2022-PL (Processo n.º 010.212/2022-1)

Concessão de serviços de apoio à visitação, revitalização, modernização, operação e manutenção dos serviços turísticos no Parque Nacional de Jericoacoara-CE. A Corte expediu extensa lista de determinações ao ICMBio referente a aspectos específicos da licitação e do contrato do serviço de concessão.

Acórdão n.º 2147/2022 – PL (Processo n.º 012.956/2022-8)

Acompanhamento do processo de desestatização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. A Corte determinou ajustes no caderno de encargos de forma a prever prazos máximos de execução dos investimentos e disponibilização, aos interessados, da Nota Técnica APS/DEPS1 7/2022 e seus anexos, contendo esclarecimentos sobre as mudanças realizadas no Plano de Negócios do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães no âmbito do projeto de concessão dos serviços turísticos da unidade.

Acórdão n.º 1383/2021-PL (Processo n.º 023.646/2018-7)

Auditoria operacional realizada nas 334 unidades de conservação federais existentes nos biomas terrestres e marinhos brasileiros, sob a gestão do poder público, que deu sequência à auditoria realizada, em 2013, nas unidades de conservação federais e estaduais do bioma Amazônia e daquela realizada entre 2014 e 2015, quando foram avaliadas as unidades de conservação federais dos demais biomas brasileiros.

Em suma, a Corte determinou ao ICMBio que elabore plano para acelerar o processo de regularização fundiária nas unidades de conservação federais e aprimore e implemente mecanismos de monitoramento, acompanhamento e controle de visitas nas unidades de conservação federais consoante Instrução Normativa ICMBio 5/2018.

Acórdão n.º 1206/2015-PL (Processo n.º 006.762/2014-0 e n.º 043.397/2021-2)

Auditoria operacional realizada pelo TCU entre 2014 e 2015 com o objetivo de avaliar as ações governamentais responsáveis pela implementação das políticas de conservação da biodiversidade em nível federal, mais especificamente relacionadas à gestão das áreas protegidas, para avaliar se existiam as condições normativas, institucionais e operacionais necessárias para que as unidades de conservação alcançassem os objetivos para os quais foram criadas, identificando fragilidades e oportunidades de melhoria, bem como boas práticas que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão dessas unidades.

Por meio do acórdão n.º 968/2023, o TCU deu por concluídas todas as determinações, exceto a de n.º 9.2.2.1., que determina ao ICMBio *estabelecer indicadores que informem a contribuição das unidades de conservação na proteção de espécies ameaçadas, a fim de aperfeiçoar a avaliação e comunicação dos resultados alcançados pelas áreas protegidas na conservação da biodiversidade.*



Luciano Malanski



Acervo Parna Peruaçu

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

4



4.1. RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DA GESTÃO

Objetivo Estratégico 2: Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade e dos recursos naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos.

A criação e implementação de unidades de conservação estão entre as principais estratégias de proteção da natureza e conhecimentos tradicionais associados. A seguir, são apresentadas informações relativas às atividades de Criação de Unidades de Conservação referente ao ano de 2023:

Processo de Criação de Unidades de Conservação Públicas:

Tabela 01 - Unidades de Conservação criadas/Ampliadas

Nome	UF	Bioma	Área (ha)
Parque Nacional da Serra do Teixeira	PB	Caatinga	61.095
Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso (ampliação)	PA	Marinho/Costeiro	1.819 (área ampliada)
Parque Nacional do Viruá (ampliação)	RR	Amazônia	70.076 (área ampliada)
Estação Ecológica de Maracá (ampliação)	RR	Amazônia	50.811 (área ampliada)
Floresta Nacional do Parima	RR	Amazônia	109.484
Total			293.285

Processo de Criação de Unidades de Conservação encaminhados ao MMA

Tabela 02 - Processo de Criação de Unidades de Conservação encaminhados ao MMA

Nome	UF	Bioma	Área (ha)
Parque Nacional da Serra das Confusões (ampliação)	PI	Caatinga	94.342 (área ampliada)
Reserva Extrativista Viriandeua	PA	Marinho/Costeiro	34.191
Reserva Extrativista Filhos do Manguê	PA	Marinho/Costeiro	40.537

Consulta Pública para criação de novas unidades de conservação:

- Proposta de criação da Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio Doce/ES.
-Foram realizadas as consultas públicas nos municípios de Aracruz e Linhares, no estado do Espírito Santo, em maio.
- Foram realizadas, por solicitação das populações quilombolas e indígenas na área de influência da unidade proposta, as consultas prévias, livres e informadas, conforme define a Convenção 169 da OIT. Estas foram realizadas em outubro (comunidade quilombola) e dezembro (Terra Indígena Comboios).
- Proposta de criação do Monumento Natural Cavernas do Desidério.
-Realizada consulta pública no município de São Desidério, estado da Bahia, em novembro.

Reserva Particular do Patrimônio Natural

Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma unidade de conservação de domínio privado, gravada perpetuamente na matrícula do imóvel, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

As RPPN são importantes pois contribuem para a ampliação das áreas protegidas, apresentam índices altamente positivos para a conservação, possibilitam a participação da iniciativa privada na conservação do meio ambiente e contribuem para a proteção da biodiversidade dos biomas brasileiros.

No ano de 2023, os esforços para a criação de novas RPPN foram intensificados, o que possibilitou a criação de 12 RPPN, conforme demonstra tabela 03.

Tabela 03 - RPPNs criadas em 2023

Nome	UF	Bioma	Área (ha)
RPPN Reserva Ambiental Tamanduá	GO	Cerrado	4,02
RPPN Nascente	GO	Cerrado	206,88
RPPN Floresta Ombrófila Prof. Roque - Vale do Silpe	RS	Mata Atlântica	20,64
RPPN Degraus do Urucuia	MG	Cerrado	120,10
RPPN Nina Rosa	SP	Mata Atlântica	47,12
RPPN Reserva dos Bugres	SC	Mata Atlântica	8,74
RPPN Mangue do Umari	RN	Marinho/Costeiro	53,00
RPPN Parque Ecológica dos Butiás	SC	Mata Atlântica	14,25
RPPN Reserva Malhadinha	CE	Caatinga	104,98
RPPN Ipuçaba	CE	Caatinga	5,50
RPPN Serra Bonita VI	BA	Mata Atlântica	49,07
RPPN Serra Bonita VIII	BA	Mata Atlântica	25,99
Total			660,29

Indicador Estratégico: Número de planos de manejo publicados ou revisados em 2023.	
Meta 2022	
Previsto	Realizado
21	20

Segundo a Lei n.º 9.985, de 18 de junho de 2000 (SNUC), o Plano de Manejo de Unidade de Conservação é o documento técnico mais importante de uma unidade de conservação, no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Esta mesma Lei determina que todas as UCs devem dispor de um Plano de Manejo.

Em 2023, foram concluídos 20 planos de manejo de unidades de conservação, sendo 11 planos novos, para UCs que ainda não dispunham desse importante instrumento de gestão, e nove planos atualizados, seis deles por meio de revisão geral e três por meio de revisão pontual. O gráfico a seguir demonstra a distribuição dos

planos de manejo aprovados em 2023 conforme a categoria de manejo das UCs.

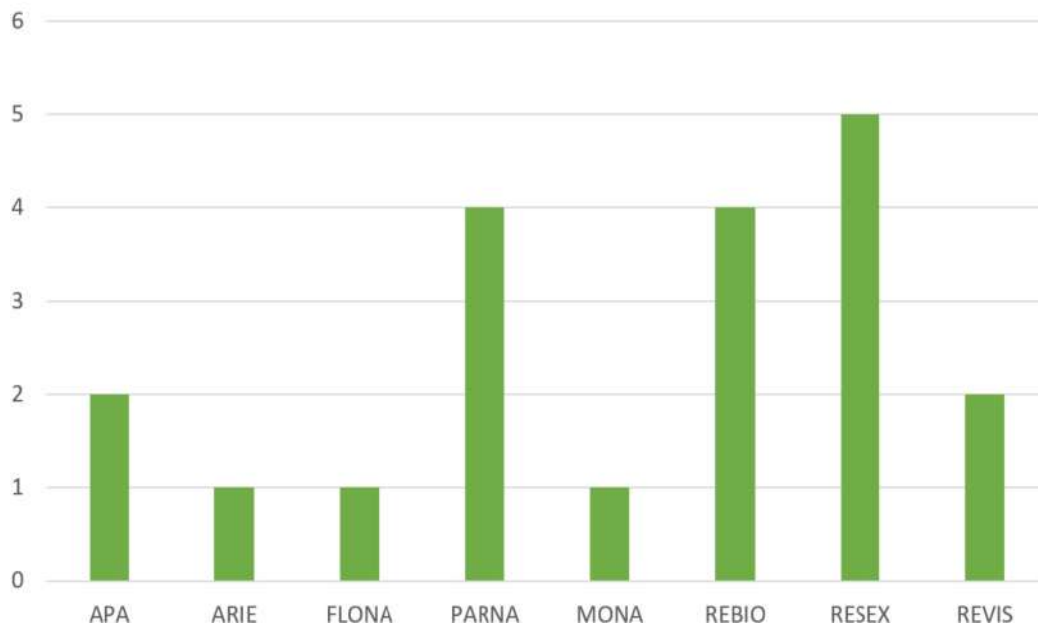


Figura 24 - Planos de Manejo aprovados em 2023 por categoria de manejo das UCs

Considerando os 11 novos planos de manejo publicados, atualmente 236 UCs (70%) possuem plano de manejo para orientar sua gestão, restando 100 UCs que aguardam a formalização deste instrumento.

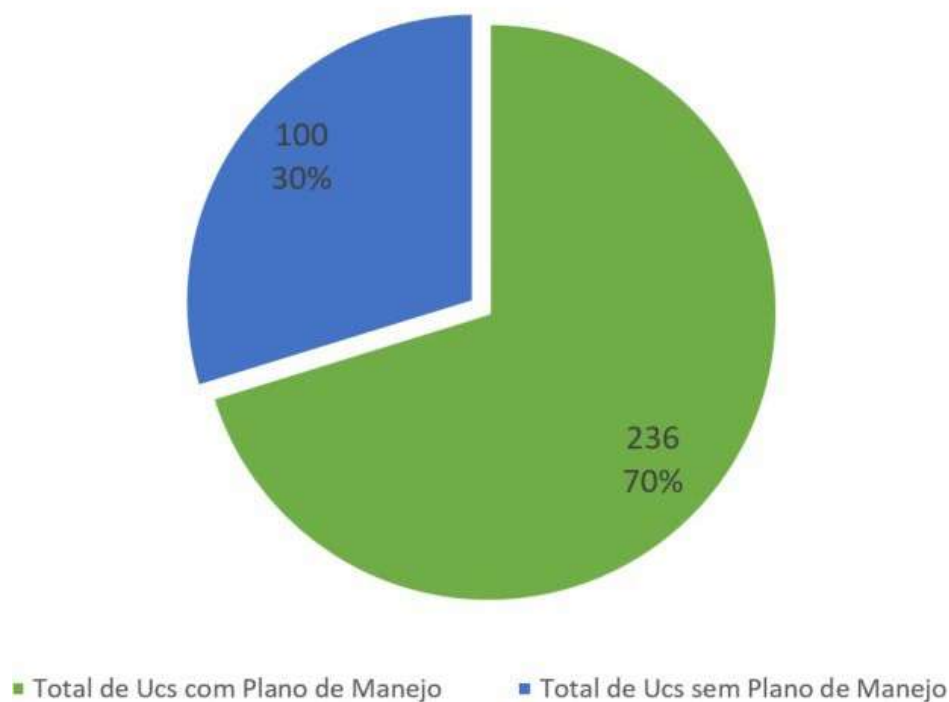


Figura 25 - UCs com Plano de Manejo

A meta prevista para o ano de 2023 era de 21 planos de manejo publicados, a qual não foi cumprida, resultado da diminuição da equipe da COMAN, revisão do fluxo de aprovação dos documentos, entre outros fatores. Contudo, o ano foi finalizado com outros 14 processos em fase de aprovação e houve um significativo aumento no número de planos de manejo publicados, passando de sete em 2022, seis deles novos, para 20 em 2023.



Figura 26 - Publicação de novos Planos de Manejo por ano

Indicador Estratégico: Número de Termos de Compromisso ou outros instrumentos de compatibilização de de direitos em Unidades de Conservação Federais, orientados à gestão de interfaces territoriais com povos e comunidades tradicionais elaborados e validados com os grupos sociais envolvidos.

Meta 2023	
Previsto	Realizado
2	25

O Termo de Compromisso é um instrumento de gestão destinado a pactuar responsabilidades entre o ICMBio e as populações tradicionais cujos territórios coincidem com Unidades de Conservação de proteção integral. A partir da caracterização socioambiental de determinado grupo social, procura-se estabelecer estratégias que propiciem um diálogo adequado entre as partes interessadas, reduzindo a polarização e ampliando as possibilidades na construção de soluções, tendo como principal objetivo a conservação da biodiversidade e o respeito às características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos.

Atualmente, o ICMBio conta com 23 Termos de Compromisso vigentes, abrangendo 19 unidades de conservação e envolvendo dezenas de comunidades tradicionais em diferentes localidades do território nacional. No ano de 2023, além de prorrogarmos seis desses Termos de Compromisso, dois novos instrumentos foram assinados: na Estação Ecológica de Tamoios/RJ, envolvendo pescadores artesanais, e no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses/MA, abrangendo duas comunidades tradicionais. Após a celebração desses instrumentos de gestão, iniciam-se as fases de implementação e monitoramento das normas e acordos pactuados.

Indicador Estratégico: Número de imóveis avaliados para fins de regularização fundiária em unidades de conservação.

Meta 2023	
Previsto	Realizado
100	84

A consolidação territorial constitui-se como um dos pressupostos fundamentais para a efetividade das unidades de conservação destinadas ao domínio público, compreendendo todas as ações voltadas à promoção da regularização fundiária, que pode ocorrer por meio de desapropriação, recebimento de áreas em doação como forma de compensação de reserva legal, outras formas não onerosas de aquisição de imóveis, e por meio do repasse das terras da União pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) ou Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como as ações de consolidação de limites, entre as quais, a demarcação e sinalização de limites.

No quadriênio de 2020 a 2023, o ICMBio adotou o “número de imóveis avaliados para fins de regularização fundiária em unidades de conservação” como indicador estratégico no âmbito das ações de consolidação territorial. O indicador reflete o quantitativo total de imóveis desapropriados, doados ou cedidos ao ICMBio.

Os procedimentos para a desapropriação estão definidos na Instrução Normativa ICMBio n.º 4 de 2020. Em 2023, essa ação foi executada predominantemente com recursos de compensação ambiental. Foram desapropriados, pela via administrativa, 10.141,71 hectares em unidades de conservação de domínio público, totalizando R\$ 58.068.177,15 de recursos empregados no pagamento de imóveis, incluindo terras e benfeitorias. Além dessas áreas, cuja desapropriação foi efetivamente concretizada no ano de 2023 mediante a transferência do registro imobiliário ao ICMBio e pagamento da indenização, restaram ainda 7 processos conclusos para pagamento ou encaminhamento para ajuizamento de ação de desapropriação, que correspondem a cerca de 1.828,69 hectares, e cujos valores de indenização totalizam R\$ 11.752.135,14.

No que se refere ao recebimento em doação de imóveis como forma de compensação de reserva legal, os procedimentos estão definidos na Instrução Normativa ICMBio n.º 05, de 2016. No ano de 2023, esse mecanismo viabilizou a regularização de 8.133,32 hectares em diferentes unidades de conservação. Ademais, outros 51 imóveis foram habilitados para compensação de reserva legal, perfazendo 23.782,04 hectares de áreas aptas a serem doadas. No total, o ICMBio já efetuou a habilitação para compensação de reserva legal de mais de mil imóveis, o que corresponde a aproximadamente 943 mil hectares. Destes, cerca de 118,34 mil hectares já foram recebidos em doação.

Área desapropriada e recebida em doação pelo ICMBio no ano de 2023

Tabela 3. Quantitativo de área desapropriada e de doação no ano de 2023.

Unidade de conservação	Área desapropriada (ha)	Área recebida em doação (ha)
ESEC Serra Geral do Tocantins	-	3.017,32
PARNA da Serra da Bodoquena	-	586,37
PARNA da Serra da Bodoquena	-	586,37
PARNA da Serra da Canastra	127,0432	293,52
PARNA de Ilha Grande	-	132,79
PARNA dos Lençóis Maranhenses	295,2736	-
PARNA Grande Sertão Veredas	-	2.146,46
REBIO da Mata Escura	-	1.956,86
REBIO de Pedra Talhada	5,16	-
REBIO Jaru	9.714,2374	-
Total	10.141,7142	8.133,32

Em relação aos procedimentos para a transferência de áreas públicas situadas em unidades de conservação federais, o ano 2023 foi marcado pelo restabelecimento da interlocução com a SPU, o INCRA e o MMA. A retomada das negociações permitiu a celebração com o Incra de contrato de concessão de 145.248,69 hectares na Reserva Extrativista de Cazumbá Iracema, no estado do Acre. Além disso, também foram iniciadas tratativas com a SPU para a entrega de cerca de 1,27 milhão de hectares de áreas públicas situadas em unidades de conservação no estado de Roraima.

O recebimento dessas áreas é um importante instrumento de consolidação territorial, viabilizando a plena gestão das unidades de conservação pelo ICMBio e garantindo a segurança jurídica na posse das populações tradicionais beneficiárias a quem o ICMBio outorga a concessão de direito real de uso, coletiva e gratuitamente, por meio das associações e cooperativas representativas das comunidades.

No contexto das ações de consolidação de limites, no exercício de 2023 o ICMBio concluiu a demarcação de 5 unidades de conservação, além de dar continuidade à demarcação de outras três. Além disso, realizou a verificação e/ou refinamento de limites de 22 unidades de conservação. Foram também analisados 14 projetos de sinalização.

Nessa mesma ação foram realizadas 265 análises de sobreposição em ações judiciais de desapropriação, usucapião e inquéritos civis que tratam de regularização fundiária; e, 1.087 análises da sobreposição em processos de desapropriação administrativa, compensação de reserva legal, doação, serviço de informações ao cidadão (SIC), consultas relacionadas à situação fundiária em processos de fiscalização, autorização para licenciamento e plano de manejo.

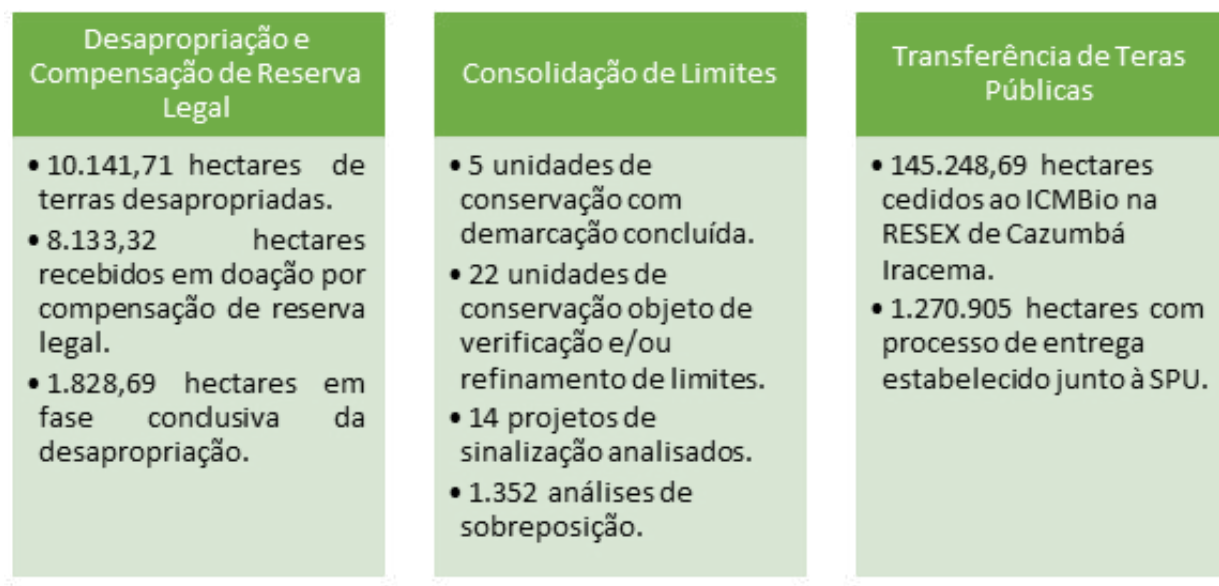


Figura 27 - Demonstrativo da quantidade de Desapropriação e Compensação de Reserva Legal, Consolidação de Limites e Transferência de Terras Públicas

Cumprir também as iniciativas orientadas para o aperfeiçoamento dos processos e procedimentos abrangidos pelas ações de consolidação territorial. Nesse aspecto, no mês de maio de 2023 foi realizada a Oficina de Avaliação e Aprimoramento das Estratégias do Macroprocesso de Regularização Fundiária, que envolveu diferentes setores do ICMBio. Além disso, em outubro de 2023 foi realizado o Seminário Desafios e Oportunidades em Regularização Fundiária de Unidades de Conservação, que contou com a presença de diversos órgãos e entidades públicas e organizações da sociedade civil. Entre as atividades empreendidas no ano de 2023, a elaboração de uma proposta de regulamentação para o procedimento de verificação de limites de unidade de conservação, além de propostas para revisão e aperfeiçoamento das Instruções Normativas ICMBio n.º 04, de 2020, e n.º 05, de 2016.

Indicador Estratégico: Número de instrumentos de ordenamento do uso de recursos naturais em unidades de conservação de uso sustentável viabilizados no ano.	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
23	16



Fernando Tatagiba

Em relação à meta para 2023, é importante destacar que foi impactada, em particular, pela necessidade de um grande esforço institucional para a retomada da legalidade em relação a iniciativas de manejo florestal comunitário então aprovadas para a Reserva Extrativista Verde para Sempre, em face de indícios de irregularidades que exigiram expressivo esforço de averiguação. Com efeito, após apuração e constatação de inconformidades, seguiu-se a necessidade de suspensão de quatro e cancelamento de cinco, Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário. Neste sentido, não houve viabilidade para que fossem emitidas nove autorizações de exploração.

Objetivando a inclusão social e produtiva de povos e comunidades tradicionais em unidades de conservação federais, o ICMBio envida, além disso, esforços para articulação de políticas públicas de diferentes tipos. Para a efetiva segurança institucional no acesso às políticas públicas e programas governamentais, um requisito importante é, contudo, saber quais ou quem são as famílias integrantes das comunidades locais, o que se dá de modo participativo, e conforme procedimentos administrativos definidos. Neste sentido, está em curso importante esforço de campo e gerencial para a atualização de cadastros de famílias em territórios tradicionais, que deverá ser complementado por procedimentos participativos de validação de relação de famílias aptas a serem contempladas por políticas públicas de inclusão socioprodutiva nas unidades de conservação. Trata-se de um grande esforço para a ampliação do acesso a direitos coletivos. O ano de 2023 foi, em grande parte, para a estruturação de um conjunto de ações necessárias para a atualização do levantamento de dados das famílias em âmbito nacional, a qual foi planejada para ocorrer em 2024. Nesses termos, e como iniciativa piloto ainda em 2023, foram cadastradas 1909 famílias de 3 (três) unidades de conservação, sendo duas reservas extrativistas no Maranhão e uma floresta nacional no estado do Amazonas. Para 2024 e 2025, estão previstas para a ação de cadastramento cerca de 80 Unidades de Conservação (RESEX, FLONA e RDS), com estimativa de 70 mil famílias a serem cadastradas.

Ademais, em sintonia com o disposto na Instrução Normativa ICMBio n.º 35/2013, destaca-se a publicação, no ano de 2023, de um novo perfil de família beneficiária; e a indicação, do ICMBio para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), de relações de famílias referentes a 24 unidades de conservação, totalizando 24.755 famílias para possível inserção no Programa de apoio à conservação ambiental – Programa Bolsa Verde, retomado pelo governo federal no ano de 2023.

É importante ressaltar que o grande esforço de atualização de cadastros de famílias em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável poderá contribuir tanto para a articulação de políticas públicas para os territórios tradicionais, como as de educação e de acesso à energia elétrica, assim colaborando para a melhoria das condições de vida de povos e comunidades tradicionais, quanto para facilitar ou simplificar o acesso destes grupos a diferentes benefícios e programas governamentais, como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do acesso a créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), entre outros.

Objetivo Estratégico 6: Viabilizar os serviços ambientais para promover o desenvolvimento sustentável, em especial em áreas protegidas e comunidades locais.

Além das ações diretamente relacionadas aos indicadores estratégicos e à iniciativa estratégica de uso público, como estratégia para qualificação da gestão relacionada aos serviços ambientais e ecossistêmicos, em setembro de 2022 o ICMBio criou a Divisão de Serviços Ambientais – DSAM, amparada pelo Decreto n.º 11.193, de 8 de setembro de 2022, publicado no Diário Oficial da União em 09/09/2022, que aprova a nova estrutura regimental do ICMBio.

Dentre as suas atribuições, a referida Divisão possui a competência de planejar e executar as ações relacionadas à gestão do pagamento por serviços ambientais nas unidades de conservação federais, além de prover mecanismos para quantificação e valoração dos referidos serviços.

Diante a novidade da temática e a definição dos papéis, em 2023 foi realizada a Oficina Preliminar de Regulamentação do artigo 47 da Lei 9.985/2000, cujo objetivo foi realizar um levantamento de informações preliminares necessárias para subsidiar a construção de norma com vistas à regulamentação do referido artigo, no que concerne às unidades de conservação federais. Foram consultadas algumas Unidades de Conservação com pontos de captação de água existentes em seu interior ou em regiões externas onde a água é proveniente da UC. Foram levantados questionamentos que foram posteriormente encaminhados à PFE. A consulta visa encontrar um caminho jurídico para que a regulamentação seja publicada dentro de duas possibilidades elencadas na oficina:

- (i) Publicação de Portaria assinada pelo Presidente do ICMBio;

Dentre as suas atribuições, a referida Divisão possui a competência de planejar e executar as ações relacionadas à gestão do pagamento por serviços ambientais nas unidades de conservação federais, além de prover mecanismos para quantificação e valoração dos referidos serviços.

Diante a novidade da temática e a definição dos papéis, em 2023 foi realizada a Oficina Preliminar de Regulamentação do artigo 47 da Lei 9.985/2000, cujo objetivo foi realizar um levantamento de informações preliminares necessárias para subsidiar a construção de norma com vistas à regulamentação do referido artigo, no que concerne às unidades de conservação federais. Foram consultadas algumas Unidades de Conservação com pontos de captação de água existentes em seu interior ou em regiões externas onde a água é proveniente da UC. Foram levantados questionamentos que foram posteriormente encaminhados à PFE. A consulta visa encontrar um caminho jurídico para que a regulamentação seja publicada dentro de duas possibilidades elencadas na oficina:

- (i) Publicação de Portaria assinada pelo Presidente do ICMBio;
- (ii) Publicação de Decreto Presidencial, via articulação com MMA e Casa Civil.

Indicador Estratégico: - Número de editais de delegação de serviços de uso público publicados (acumulado)	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
18	23

O número de editais de delegação de serviços publicados, em 2023, bateu a meta prevista e fechou o ano com 23 editais que autorizaram novos prestadores de serviços a operarem nas unidades de conservação federais de diversas categorias e de todas as regiões do Brasil, sendo 21 editais de Autorização para prestação de serviços para condução de visitantes, comercialização de alimentos, locação de equipamentos, transporte terrestre e aquaviário, e 02 editais para concessão de serviços de apoio à visitação dos Parques Nacionais da Chapada dos Guimarães e de Jericoacoara.

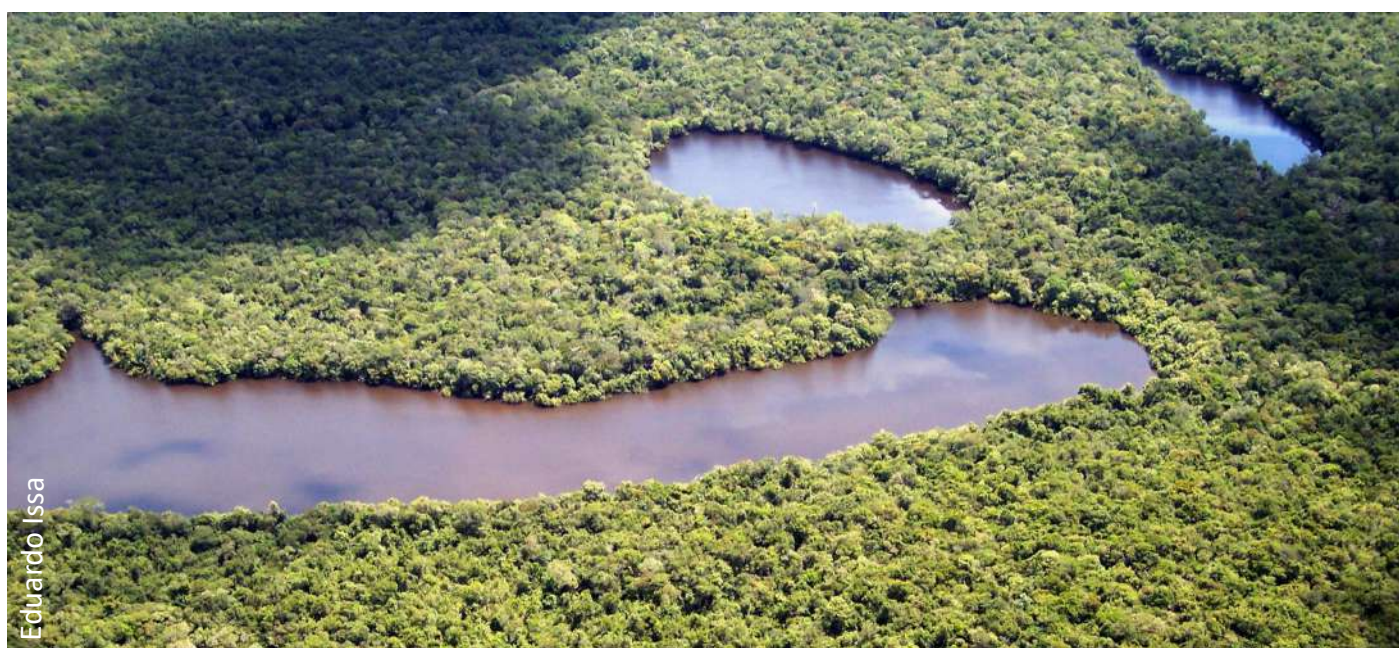


Tabela 04 - Editais de autorização para prestação de serviços publicados em 2023

Edital	UC	Serviço	Publicação	processo
1	PARNA de Jericoacoara	Locação de equipamentos	24/01/2022	02123.003791/2022-82
2	APA e ARIE do Mamanguape	Condução de visitantes e transporte aquaviário	10/03/2022	02124.000244/2023-16
3	PARNA da Serra da Canastra	Condução de visitantes	27/02/2022	02128.000237/2023-84
4	PARNA da Serra da Canastra	Transporte terrestre	27/02/2022	02128.000068/2023-82
5	FLONA de Ipanema	Comercialização de alimentos	09/03/2022	02072.000013/2023-65
6	PARNA Grande Sertão Veredas	Condução de visitantes	24/02/2022	02128.000064/2023-02
7	PARNA de Brasília	Comercialização de alimentos	31/05/2022	02128.001106/2023-14
8	PARNA de Ubajara	Comercialização de alimentos	02/06/2022	02123.001005/2023-93
9	PARNA Sete Cidades	Condução de visitantes	14/07/2022	02123.001036/2023-44
10	MONA do Arquipélago das Ilhas Cagarras	Condução de visitantes	27/06/2022	02126.000960/2022-01
11	PARNA do Pau Brasil	Condução de visitantes	29/06/2022	02125.000419/2023-85
12	PARNA Cavernas do Peruaçu	Condução de visitantes	02/08/2022	02128.000827/2021-45
13	PARNA de Jericoacoara	Transporte terrestre	14/08/2022	02123.001523/2023-15
14	PARNA do Pico da Neblina	Operação turística	25/09/2022	02120.000483/2023-14
15	PARNA de Itatiaia	Condução de visitantes	09/11/2022	02126.003256/2023-82
16	PARNA do Iguaçu	Transporte Aquaviário	17/11/2022	02127.002788/2023-92
17	FLONA Passa Quatro	Comercialização de alimentos	07/11/2022	02126.003387/2023-60
18	FLONA do Araripe-Apodi	Condução de visitantes	14/11/2022	02124.002610/2023-71
19	PARNA da Serra dos Órgãos	Comercialização de alimentos	22/12/2022	02126.003320/2023-25
20	FLONA de Brasília	Condução de visitantes	06/11/2022	02128.001489/2023-21
21	APA da Baleia Franca	Transporte Aquaviário e Condução de visitantes	06/07/2022	02127.001613/2023-68

Principais Atividades Realizadas:

- Realização do Workshop sobre Estruturação das Concessões de Serviços de Apoio à Visitação em Unidades de Conservação Federais, em Brasília, com apoio da WWF-Brasil e Instituto de Pesquisas Ecológicas. Ação realizada com a participação de um conjunto de especialistas no tema, visando apoiar a definição de uma visão compartilhada, assim como princípios e prioridades estratégicas para nortear e aprimorar essa agenda no âmbito do ICMBio.
- Realização do Workshop de Encargos Acessórios de Responsabilidade Socioambiental, no Parque Nacional do Iguaçu, com o apoio da WWF-Brasil. Com o objetivo de aprofundar na discussão do tema e subsidiar a construção da normativa interna para execução do mecanismo presente nos contratos de concessão de serviços de apoio à visitação, com a participação de representantes do ICMBio e de diversas instituições (WWF, SFB, BNDES, SEMEIA e outras) com experiência em execução de recursos.

Concessão de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação federais

Em 2023, houve um avanço significativo na melhoria dos instrumentos e processos de fiscalização e monitoramento dos contratos de concessão em Unidades de Conservação (UCs) federais. Esses avanços são resultados diretos das ações delineadas pelo Programa de Gestão para Resultados (PGR), cujas diretrizes foram estabelecidas a partir de uma consultoria realizada em 2020. Principais Atividades Realizadas:

- Elaboração do Manual de Gestão dos Contratos de Concessão: documento que detalha as atividades dos subprocessos abrangidos pela fiscalização e gestão dos contratos, incluindo fiscalização geral, técnica e administrativa, bem como processos relacionados à apuração de irregularidades e sanções. Além disso, foram definidos modelos de relatórios e planos operacionais de fiscalização, fornecendo uma estrutura robusta para as ações de fiscalização e monitoramento.
- Aprimoramento da Minuta de Instrução Normativa que disciplina as normas e procedimentos relativos à gestão dos contratos de concessão. Esta normativa, específica para o âmbito do ICMBio, proporcionará um arcabouço claro e consistente para a gestão dos serviços de apoio à visitação em UCs federais.
- Oficina para Estruturação da Gestão de Contratos de Concessão de Serviços de Apoio à Visitação nas UC Federais, realizada entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro, na sede do ICMBio, teve como objetivo alinhar conceitos e pactuar fluxos e procedimentos com os gestores de contratos, um passo essencial para formalizar os procedimentos em documentos orientadores e para a estruturação da gestão das concessões no ICMBio.

Visitação Monitorada em unidades de conservação federais

Indicador Estratégico: Número de unidades de conservação com visitação monitorada (acumulado)	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
139	140 (resultado parcial)

Considerando que o fechamento do ciclo de monitoramento da visitação em unidades de conservação federais se encerra no primeiro trimestre do ano seguinte, ou seja, os dados consolidados para o ano-calendário de 2023 ficarão disponíveis a partir de abril de 2024, os resultados foram apresentados parcialmente, com 140 unidades de conservação monitoradas em 2023 até a primeira quinzena de janeiro.

Convém esclarecer que a perspectiva de fechamento dos dados apenas no trimestre seguinte está relacionada à necessidade de fechamento dos protocolos locais para cada uma das unidades de conservação monitoradas, o repasse dos resultados observados e, ainda, a validação das informações prestadas pelas UCs à sede do ICMBio e a consolidação das informações.

Já é possível aferir que o resultado parcial apresentado projeta o pleno cumprimento das metas estabelecidas para o ano, com estimativa de 141 unidades de conservação monitoradas para o ano em pauta, superando a meta estabelecida e o resultado do período anterior, quando 137 UC foram monitoradas em 2022.

Para além das metas estabelecidas, outras atividades apresentaram resultados no exercício de 2023:

Eixo planejamento

➤ Plano de Uso Público

Supervisão da elaboração do Plano de Uso Público para o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e da Floresta Nacional do Assungui, além da publicação do Plano de Uso Público do Parque Nacional de Brasília.

➤ Protocolo Operacional de Visitação

Foram desenvolvidos os Protocolos Operacionais da Visitação do Parque Nacional de Itatiaia, Parque Nacional da Tijuca e da Floresta Nacional Carajás.

➤ Instrumentos Normativos

- Portaria nº 4.144, de 7 de dezembro de 2023, que estabelece procedimentos e normas gerais para o uso de veículos automotores nas áreas de visitação localizadas em ambientes terrestres das unidades de conservação federais;
- Instrução Normativa nº 7/2023, de 19 de junho de 2023, estabelece normas e procedimentos sobre a realização da atividade de voo livre em unidades de conservação federais.

➤ Gestão de Segurança

- Realização de dois projetos-piloto para a elaboração de PGSV na Floresta Nacional de Brasília e Parque Nacional de Brasília.
- Oficina de Gestão da Segurança da Visitação oferecida para servidores do ICMBio, com apoio do Serviço Florestal e Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos, de forma a aprimorar as políticas de gestão de segurança da visitação no ICMBio, e viabilizar a execução dos dispostos na Portaria nº 1020/2022.
- Apoio ao processo de elaboração de 14 Protocolos de Gestão de Segurança da Visitação.

➤ Suporte à Coordenação de Planos de Manejo de Unidades de Conservação, atuando como especialistas no Uso Público nos processos de elaboração ou revisão de Plano de Manejo das seguintes UC:

- Parque Nacional do Alto Cariri
- Parque Nacional do Monte Roraima
- Parque Nacional dos Campos Ferruginosos
- Parque Nacional de Aparados da Serra
- Parque Nacional de Serra Geral

➤ Missão à África do Sul, no âmbito da Cooperação entre o Brasil e África do Sul (SANParks e ICMBio)

- Participação em visita técnica para compartilhamento de experiências e lições aprendidas em parques nacionais que são referência internacional na gestão de uso público

Eixo estruturação

➤ Interpretação ambiental:

- Assistência técnica em interpretação ambiental para unidades de conservação concessionadas;
- Acompanhamento técnico de consultoria para produtos diversos de interpretação ambiental para o Parque Nacional de Brasília;
- Capacitações para qualificação de condutores de visitantes em 4 UC (PN Jericoacoara, MONA Cagaras, PN Marinho de Fernando de Noronha, PN Pau Brasil);
- Curso Anfitrião interpretativo, com investimentos na qualificação de atendimento em UCs com concessão e UCs com comunidades ou sobreposição, valorizando o viés comunitário/indígena oferecidos para 8 UC (PN Itatiaia, PNM Fernando de Noronha, UC do extremo sul da Bahia (Pau Brasil, Descobrimento, Monte Pascoal, Abrolhos, Resex Cassuruba e Resex Corumbau);
- Apoio na elaboração do Programa de Interpretação Ambiental do PN de Iguaçu e PN Chapada dos Guimarães.

➤ Visitação com Objetivos Educacionais

- Projeto de Visitação com Objetivos Educacionais “Florestas Comestíveis” na Floresta Nacional de Ipanema;
- Projeto de Visitação com Objetivos Educacionais “Bosque Sensorial” no Parque Nacional do Itatiaia.

- Planejamento e qualificação de trilhas terrestres e infraestrutura para a visitação:
 - Edital de apoio institucional (diárias e passagens pela ACADEBio) para participação de servidores do ICMBio no 2º Congresso Brasileiro de Trilhas, viabilizando a participação de mais de 200 servidores no evento;
 - Suporte técnico ao planejamento e implementação da Trilha de Longo Curso “Caminho de Mambucaba” no Parque Nacional da Serra da Bocaina;
 - Recebimento do Prêmio Internacional "Advancing Trails" pela Rede Nacional de Trilhas em reconhecimento das contribuições de voluntários, profissionais e outros líderes que estão trabalhando para criar um sistema eficaz de trilhas em todo o mundo, que aconteceu durante o Encontro Internacional de Trilhas 2023 em Reno, Nevada, EUA.
 - Suporte técnico de projetos de trilhas em 15 unidades de conservação de diferentes biomas;
 - Foram realizadas 5 edições do curso de Planejamento e Manutenção de Trilhas Sustentáveis, com a participação de servidores de 16 unidades de conservação federais. Para servidores federais (efetivos e agentes temporários), com a participação de diversos parceiros, em especial, comunitários, condutores de visitantes, concessionários, gestores de UC de outras esferas de governo e voluntários da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso.
- Sinalização
 - Publicação da 3ª edição do Manual de Sinalização de Trilhas;
 - Planejamento de sinalização de entrada de trilha em 4 trilhas de longo curso;
- Agentes Temporários Ambientais
 - Articulação junto às UCs e, especialmente, à DIPLAN, culminando no aumento de 788% do efetivo autorizado pela DIPLAN de ATAs exclusivos da área temática de “apoio à gestão do uso público” (parte já contratada e parte em processo de contratação);
- Apoio com recursos BRSupply
 - Dez Unidades de Conservação tiveram projetos apoiados com recursos da BRSupply, para capacitação da comunidade local, sinalização, oficinas, participação de voluntariado em atividades de uso público;

Outros

- Apoio ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas – ICMBio/CECAV na capacitação sobre uso público em unidades de conservação para condutores de visitantes em Cavernas;
- Qualificação de condutores de visitantes em 04 (quatro) unidades de conservação:
 - Parque Nacional de Jericoacoara;
 - Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras;
 - Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha;
 - Parque Nacional do Pau Brasil.
- Curso Anfritrão Interpretativo, com investimentos na qualificação de atendimentos em unidades de conservação com concessão e unidades de conservação com comunidades ou sobreposição, valorizando o viés comunitário/indígena oferecido para 8 (oito) UC:
 - Parque Nacional de Itatiaia
 - Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha
 - Parque Nacional do Pau Brasil
 - Parque Nacional do Descobrimento
 - Parque Nacional Monte Pascoal
 - Parque Nacional Marinho dos Abrolhos
 - Reserva Extrativista Cassurubá
 - Reserva Extrativista Corumbau.
- Oficina de Turismo de Base Comunitária - TBC, que integrou servidores de diferentes diretorias técnicas do ICMBio, unidades de conservação, centros de pesquisa e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para alinhamentos e subsídios ao planejamento do TBC no Instituto.

- No final do exercício de 2023 foram celebrados 02 (dois) Acordos de Cooperação, são eles:
- ACT n° 05/2023, celebrado entre o Ministério do Turismo-MTur, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima-MMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio e a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo-EMBRATUR, que tem por objetivo “Desenvolver, promover e apoiar a comercialização do turismo ecológico, sustentável e responsável em Unidades de Conservação Federais como instrumentos de conservação da sociobiodiversidade, de integração sociocultural, de redução dos efeitos negativos relacionados às mudanças climáticas, de oportunização de experiências turísticas aos visitantes e consumidores turistas, nacionais e internacionais, de visitação e prática de atividades estruturadas e, por conseguinte, de geração de emprego e renda, em especial, para os povos e comunidades que vivem nessas Unidades de Conservação e seu entorno”;
 - ACT n° 07/2023, celebrado entre a Advocacia-Geral da União, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, objetivando a cooperação mútua para a implementação de ações voltadas ao desenvolvimento turístico e social/sociocultural e promoção da gestão ambiental integrada da região de Jericoacoara, com foco na implementação de um mosaico de unidades de conservação na região.

Objetivo Estratégico 7: Promover a conservação e o manejo de espécies com base em iniciativas que prezem os diversos usos sustentáveis da biodiversidade nacional.

Indicador Estratégico: Número de espécies e subespécies avaliadas no período.	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
300	(323) 1

A Avaliação do Risco de Extinção das Espécies da Fauna Brasileira é o processo técnico-científico que subsidia a atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A meta proposta inicialmente pela coordenação do processo de avaliação em 2022, à época exercida pelo Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado – CBC, era de que não fossem realizadas avaliações do risco de extinção de espécies em 2023 (Despacho Interlocutório CBC n.º 10667131, Processo 02070.001769/2021-80), com a justificativa de que, em 2022, foram encerradas as avaliações do 2º ciclo realizado pelo ICMBio, atingindo um total de quase 15 mil espécies e subespécies avaliadas entre 2016 e 2022. Ressaltamos que a meta de 2022 era de avaliar 1200 espécies e foram avaliadas 1523, sendo a meta superada em 323 espécies, resultado esse que supera o número de avaliações previsto para 2023 (13430921), consequentemente com o término do ciclo de avaliação, todas as espécies dos grupos da fauna previstos para a nova publicação da lista nacional de espécies da fauna ameaçadas de extinção foram concluídas. Com isso, as prioridades em 2023 foram voltadas às atividades de fechamento do ciclo de avaliações por meio da organização e encaminhamento de seus resultados, tendo consistido nas seguintes ações: i. realizar o lançamento da interface pública do SALVE; ii. realizar a validação dos resultados das espécies já avaliadas; e iii. preparar e encaminhar a proposta de atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, ações realizadas em 2023 e que serão descritas nos parágrafos a seguir. Entretanto, em discussões internas, os dirigentes decidiram ainda em 2022, fixar a meta em 300 espécies a serem avaliadas em 2023 (Arquivo SEI 11004712 - 2ª Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE/2022).

No entanto, cabe ressaltar que a meta de 2022 era de avaliar 1200 espécies e foram avaliadas 1523, sendo a meta superada em 323 espécies, resultado esse que supera o número de avaliações previsto para 2023. A única espécie avaliada em 2023 foi o tubarão-azul, *Prionace glauca*, por decisão da CONABio, que considerou que haveria novas informações disponíveis que não haviam sido utilizadas na avaliação recente da espécie e, assim, demandou do ICMBio que a espécie fosse reavaliada considerando esses dados.

No entanto, cabe ressaltar que a meta de 2022 eram de avaliar 1200 espécies e foram avaliadas 1523, sendo a meta superada em 323 espécies, resultado esse que supera o número de avaliações previsto para 2023. A única espécie avaliada em 2023 foi o tubarão-azul, *Prionace glauca*, por decisão da CONABio, que considerou que haveria novas informações disponíveis que não haviam sido utilizadas na avaliação recente da espécie e, assim, demandou do ICMBio que a espécie fosse reavaliada considerando esses dados.

Em 02/08/2023 foi realizado o lançamento da Interface Pública do Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade – SALVE (Figura 1) (<https://salve.icmbio.gov.br>; vídeo de lançamento - <https://salve.icmbio.gov.br/#/apresentacao-em-video>). Com isso, o ICMBio passou a contar com uma plataforma para disponibilizar à sociedade os dados utilizados na avaliação das espécies da fauna, seja no formato de fichas completas das espécies, que podem ser baixadas em formato pdf, ou de dados brutos, que podem ser baixados em formato de planilha. Esses dados podem ser utilizados com diversas finalidades, seja para o controle social das avaliações, permitindo a checagem das informações que levaram à categorização de cada espécie, com finalidade acadêmica ou para subsidiar a gestão ambiental, como, por exemplo, para o licenciamento de empreendimentos, a fiscalização de ilícitos, a gestão das unidades de conservação, dentre outras atividades.

Houve cobertura do evento pela imprensa, o que resultou em publicações de matérias em diversos meios de comunicação, como televisão e diversos jornais digitais de amplo alcance (por exemplo, no Jornal da Globo <https://globoplay.globo.com/v/11840538/>, a partir dos 24m30s, no Jornal Hoje em <https://globoplay.globo.com/v/11968906/>, no Jornal Estadão https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/fauna-brasileira-tem-364-especies-criticamente-em-perigo-de-extincao-veja-lista-nprm/?utm_source=estadao%3Awhatsapp&utm_medium=link&app_absent=0, na Plataforma G1 <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/08/02/icmbio-lanca-plataforma-que-reune-dados-de-5-mil-especies-da-fauna-brasileira.ghtml>, entre diversos outros).

Em outubro de 2023 foi encaminhada ao MMA uma nova proposta de atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção. Essa proposta complementa a proposta que subsidiou a Portaria MMA 148/2022, última atualização da Lista, completando as atualizações resultantes das avaliações realizadas no âmbito do 2º ciclo de avaliações realizadas pelo ICMBio. Ela contempla a atualização das categorias de 7.020 espécies e subespécies que tiveram suas avaliações validadas entre 01/06/2021 e agosto de 2023, que, somadas aos 7.836 táxons com avaliação validada entre 2016 e 31/05/2021, contemplam 14.856 espécies com avaliações validadas. Estima-se que, após apreciação da proposta pelos membros da CONABIO, conforme definido na Portaria MMA 162/2016, o MMA publique as portarias com as atualizações das listas ao longo de 2024.



Mesa de Lançamento do SALVE (crédito: Márcio Uehara Prado).

Indicador Estratégico: Percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação Nacional – PAN.

Meta 2023	
Previsto	Realizado
85%	84%

**Considerando as 1253 espécies da fauna ameaçadas de extinção Portaria MMA nº 300, de 13 de dezembro de 2022.*

Contextualização e Cenário Atual dos PANs

Os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) são instrumentos do Estado brasileiro para gestão e formulação de políticas públicas que definem objetivos e ações para melhorar a conservação das espécies ameaçadas. Os PANs estabelecem, de forma pactuada com a sociedade, medidas necessárias à reversão ou redução do risco de extinção a partir da identificação das principais ameaças que afetam as espécies e ambientes. Uma premissa fundamental dos PANs é a construção participativa, agregando parceiros representantes de diferentes setores, com múltiplas visões sobre a conservação da biodiversidade, tais como: universidades e instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, sociedade civil organizada, setor privado, representantes de povos e comunidades tradicionais e, quando pertinente, pessoas físicas (IN ICMBio n.º 21/2018, Art. 12. § 1º).

Atualmente, das 1.253 espécies ameaçadas constantes na Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), 1.054 espécies, entre as quais, uma categorizada como EW (Extinta na Natureza), estão contempladas em 45 PANs vigentes, o que representa 84% do total de espécies ameaçadas de extinção (Figura 28).



Figura 28 - Evolução dos PANs considerando a quantidade de espécies ameaçadas contempladas e quantidade de PANs, de 2009 a 2023.

A meta para 2023 foi inicialmente baseada nas 1.173 espécies da fauna ameaçadas de extinção, conforme as Portarias MMA n.º 444 e n.º 445, de 17 de dezembro de 2014. No entanto, o resultado atual considera as 1.253 espécies ameaçadas de extinção listadas na Portaria MMA n.º 300, de 13 de dezembro de 2022. A diferença no percentual entre a meta estabelecida (85%) e a meta aferida (84%) também se deve a ajustes nas espécies previstas para serem contempladas nos PANs durante a etapa de planejamento.

Em 2023, foram publicados quatro PANs: Fauna Aquática da Bacia do Rio São Francisco, Aves da Amazônia, Aves do Cerrado e Pantanal, e Aves da Mata Atlântica. Ao todo, foram realizadas oficinas para a elaboração de nove PANs, sete dos quais estão em tramitação ou em processo de validação para publicação. Além disso, também foram realizadas: 21 oficinas de monitoria; quatro reuniões para elaboração de indicadores e metas; uma oficina de avaliação de Meio Termo e nove oficinas de Monitoria e/ou Avaliação final. Com relação à rede de parceiros, é relevante destacar que mais de 300 instituições e quase 2.000 atores são colaboradores do Instituto na implementação de ações de conservação dos PANs. Essa ampla rede de colaboradores é crucial para o sucesso na elaboração e na implementação dos PANs.

A Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO) realizou, em 2023, uma chamada interna de implementação de ações de PAN, que aprovou 100 propostas dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (CNPC), das quais 46 foram iniciadas.

Tais resultados não seriam possíveis sem a capacidade técnica e o empenho dos CNPCs do ICMBio, não apenas na implementação, mas também na gestão dos PANs e na promoção do engajamento dos parceiros, sobretudo, com a retomada das atividades presenciais.

Os projetos externos e as parcerias foram fundamentais para a implementação dos planos, entre os quais se destacam o Projeto Estratégias de conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF-Terrestre), Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas

de Extinção (GEF Pró-Espécies), e Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar).

Capacitação, Aprimoramento da Ferramenta e Integrações

No âmbito das iniciativas de capacitação, foi ofertado o Curso *Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção: da concepção à gestão*, na modalidade EAD, contando com a participação de 46 colaboradores. Outra iniciativa apoiada pelo ICMBio foi o Curso de Facilitação Virtual realizado pelo MMA e pelo Projeto GEF Pró-Espécies, no qual o instituto forneceu subsídios técnicos para o desenvolvimento do curso.

Comunicação e Divulgação dos PANs

Para a estratégia de divulgação e transparência, pode-se destacar: a disponibilização dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos, a atualização e disponibilização do PowerBI de PANs (Figura 29) e a atualização contínua das páginas dos PANs no portal do ICMBio no ambiente gov.br. Além disso, os dados geoespaciais dos planos estão sendo padronizados e atualizados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).



Figura 29 - PowerBI dos PANs do ICMBio

A elaboração e publicação dos Sumários Executivos dos PANs é uma atividade definida na rotina de elaboração e acompanhamento dos PANs. Em 2023, foram publicados quatro sumários executivos: PAN Cavernas do Brasil, PAN Aves da Mata Atlântica, Aves Marinhas e Aves Limícolas Migratórias (Figura 4).

Este último com versões em português, inglês e espanhol.



Figura 30 - Capas dos Sumários executivos do PAN Cavernas do Brasil, PAN Aves da Mata Atlântica, Aves Marinhas e Aves Limícolas Migratórias



Outros resultados associados ao Objetivo Estratégico: Promover a conservação e o manejo de espécies com base em iniciativas que prezem os diversos usos sustentáveis da biodiversidade nacional.

Destacamos também resultados adicionais sobre manejo de espécies exóticas invasoras (EEI) em UC federais e os sobre os Planos de Redução de Impactos sobre a Biodiversidade - PRIM. A crescente preocupação com o impacto das EEI no ecossistema das UC tem despertado a necessidade de ações efetivas para conter e mitigar esses efeitos negativos. O ICMBio possui a atribuição de atuar na prevenção, controle e erradicação de EEI nas unidades de conservação federais e suas zonas de amortecimento. Essa atribuição é trazida pelo Decreto 11.193/2022 – que aprova a Estrutura Regimental do ICMBio – já constava, em sua íntegra, no Decreto 10.234/2020 (revogado em setembro de 2022), assim como no Decreto 8.974/2017 (revogado em maio de 2020) e no Decreto 7.515/2011 (revogado em julho de 2011). Portanto, há mais de 10 anos esse tema é apresentado como necessário de ser atuado no ICMBio, além de ser uma demanda antiga e autêntica das UC. Contudo, somente no final de 2022, houve avanço e um marco institucional em relação à temática, com a criação de uma estrutura na sede do Instituto para conduzir a gestão das EEI nas UC: a Divisão de Manejo de Espécies Exóticas Invasoras (DIMEEI). Assim, no seu primeiro ano de atuação (2023) diversos resultados importantes para o combate a essa ameaça.

Foram autorizados 16 projetos de manejo de EEI em UC federais, sendo 03 destes renovação e de autorização emitida anteriormente. Essas autorizações contemplam 15 UC, sendo que duas UC possuem mais de uma autorização. Sete desses projetos envolvem plantas exóticas invasoras (ex.: capins), cinco destinados ao manejo de mamíferos (ex.: javali), dois ao manejo de peixes (ex.: peixe-leão) e um para controle de invertebrado (caramujo-gigante-africano).

Outro resultado importante foi a publicação da 4ª versão do Guia de Orientação para o Manejo de Espécies Exóticas Invasoras em Unidades de Conservação Federais. O Guia informa e orienta gestores do ICMBio a lidar com invasões biológicas, que é uma das ameaças mais significativas à sociobiodiversidade e mais desafiadoras para a gestão de áreas protegidas. Assim como a primeira versão do guia, lançada em 2018, a sua revisão e atualização contou estreitamente com equipes gestoras das UC, Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e colaboradores externos ao Instituto que possuem experiência no manejo de EEI. Em sua nova versão, apresenta informações atualizadas de ações práticas de prevenção, controle, erradicação e monitoramento de espécies exóticas invasoras executadas nas UC federais.

Além do controle às EEI já estabelecidas na área, parte importante do manejo consiste em ações de prevenção, assim como de detecção precoce e resposta rápida, que é o combate enquanto a espécie ainda possui pequena população e está contida em uma área pequena. Para atuar nessa estratégia, o ICMBio priorizou 109 UC federais com base na alta probabilidade que estas áreas possuem de sofrer eventos de introduções de EEI, seja pela proximidade com vetores de introdução ou pela existência de EEI no entorno destas UC, tanto no ambiente terrestre quando no ambiente marinho, incluindo as ilhas. Em 2023, com apoio do projeto Gef Pró-Espécies, foi possível contratar 30 bolsistas para atuarem diretamente em 45 destas UC prioritárias na promoção de ações de prevenção, detecção precoce e resposta rápida de EEI, reduzindo ou impedindo o estabelecimento de propágulos de EEI ao interior das UC. Esses bolsistas foram essenciais para desenvolver a gestão relacionada às invasões biológicas nestas UC, estabelecendo procedimentos e envolvendo servidores e parceiros, colocando o combate às EEI como uma das linhas temáticas prioritárias para as UC.

Apesar desse manejo ser essencial para o mitigar os impactos causados por estas espécies, há ainda desconhecimento de parte da sociedade dos efeitos negativos que estas espécies causam e necessidade de combate. Nesse sentido, foi empenhado grandes esforços para elaboração e impressão de documentos de sensibilização ao manejo, como folders e cartazes sobre o coral-sol e peixe-leão, além de cartilhas e vídeos específicos para algumas UC (Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros/GO e Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras/RJ). Esses vídeos estão disponíveis no Canal do ICMBio no YouTube.

Quanto aos Planos de Redução de Impacto sobre a biodiversidade (PRIMs), podemos citar avanços importantes. Os PRIMs surgem da necessidade de conciliar a conservação da biodiversidade com atividades socioeconômicas. O PRIM é uma ferramenta voltada ao planejamento e gestão territorial, construída de forma participativa e alicerçada no conhecimento científico integrado, capaz de subsidiar a tomada de decisão de empreendedores, licenciadores e órgãos de controle para que possam evitar, mitigar e compensar os impactos negativos associados às atividades socioeconômicas. Isso, sem substituir qualquer etapa do rito tradicional de licenciamento. Com a adoção dessas soluções mais compatíveis de interesses, é esperado um menor custo ambiental para o respectivo empreendimento, por reduzir o risco de extinção de elementos da biodiversidade potencialmente impactados.

Em 2023 foi publicado e lançado o Plano de Redução de Impactos de Petróleo e Gás Natural sobre a biodiversidade Marinha e Costeira - PRIM PGMAR. PRIM-PGMAR foi desenvolvido pelo ICMBio diante das expectativas de expansão da exploração e produção de petróleo e gás natural marinho e costeiro (EPP&G) em águas brasileiras e o consequente aumento de seus impactos ambientais, sendo observada a necessidade de gerar cenários que auxiliem a compatibilização da conservação da biodiversidade com o desenvolvimento da indústria petrolífera offshore, sob a perspectiva do processo hierárquico de mitigação de impactos. A ferramenta identifica medidas objetivas de redução dos impactos e busca espaços geográficos onde se garanta a manutenção dos serviços ecossistêmicos e de populações viáveis de espécies, sem prejuízo para instalação e operação do setor petrolífero e sem a perda líquida de espécies sensíveis e ameaçadas de extinção.

O lançamento do PRIM PGMAR foi realizado em 2023 durante o evento: “Oceano e Clima: IPCC, ambientes vulneráveis e desafios”. O evento foi gravado e o lançamento do PRIM PGMAR está disponível no canal da COESP ICMBio no [YouTube](#).

Associado ao PRIM PGMAR o ICMBio está elaborando o Guia de Mitigação de Impactos Ambientais das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural Offshore sobre a Fauna Brasileira. O Guia é específico para a fauna sensível à EPP&G. Nele estão definidas e reunidas as alternativas de mitigação mais efetivas direcionadas a grupos funcionais, ao invés de espécies individuais. Este esforço busca fortalecer a etapa associada à mitigação e à compensação de impactos na perspectiva do Processo Hierárquico de Mitigação de Impactos (PHMI), contribuindo, em última instância, para a conservação das espécies-alvo. Em 2023 foi realizada uma oficina preparatória com objetivo de sistematizar e analisar, de forma participativa, as ações conservacionistas de mitigação e compensação de impactos ambientais associadas ao setor Upstream da indústria petrolífera marinha e costeira, a fim de avaliar a potencial efetividade na redução desses danos antrópicos sobre a fauna sensível, por meio das características ecológicas que as tornam mais vulneráveis à extinção.

Obtivemos avanços também na elaboração do PRIM Mineração, previsto para ser publicado em 2024. Em 2023 foi feita a modelagem para estimar a provisão de água, camada utilizada como um serviço ecossistêmico. O serviço ecossistêmico de provisão hídrica sazonal foi calculado a partir do modelo (SWY- Seasonal Water Yield), por meio do software InVEST (Integrated Valuation of Ecosystem Services and Tradeoffs), que utiliza modelagem para mapear e avaliar os bens e serviços prestados pela natureza à humanidade (SHARP et al., 2020). O segundo avanço importante do PRIM Mineração foi quanto a estimativa de degradação ambiental associada ao rompimento de barragens de mineração. Essa informação, associada ao mapa de sensibilidade das espécies, resulta no mapa bivariado de vulnerabilidade, que expressa a relação direta entre o aumento da vulnerabilidade diante do aumento da exposição potencial ao rompimento de barragens de mineração e do aumento de sensibilidade da biodiversidade e da geodiversidade, intrínsecas das áreas sujeitas ao rompimento de barragens.

Ainda, em 2023 reunimos esforços para a divulgação dos PRIMs. Além de apresentação de trabalhos em congressos, atualizamos a publicação que trata das diretrizes e metodologias gerais de todo e qualquer PRIM bem como publicamos dois sumários executivos (PRIM Hidrelétricas da Amazônia e PRIM PGMAR). Essas publicações fornecem, de forma concisa, os resultados de cada Plano e os mapas dos principais produtos obtidos.

Objetivo Estratégico 9: Promover o licenciamento ambiental federal como mecanismo de desenvolvimento sustentável do País.

Indicador Estratégico: Aumento do percentual de respostas nos processos de autorização para o licenciamento ambiental dentro do prazo.

Meta 2023	
Previsto	Realizado
24%	54%

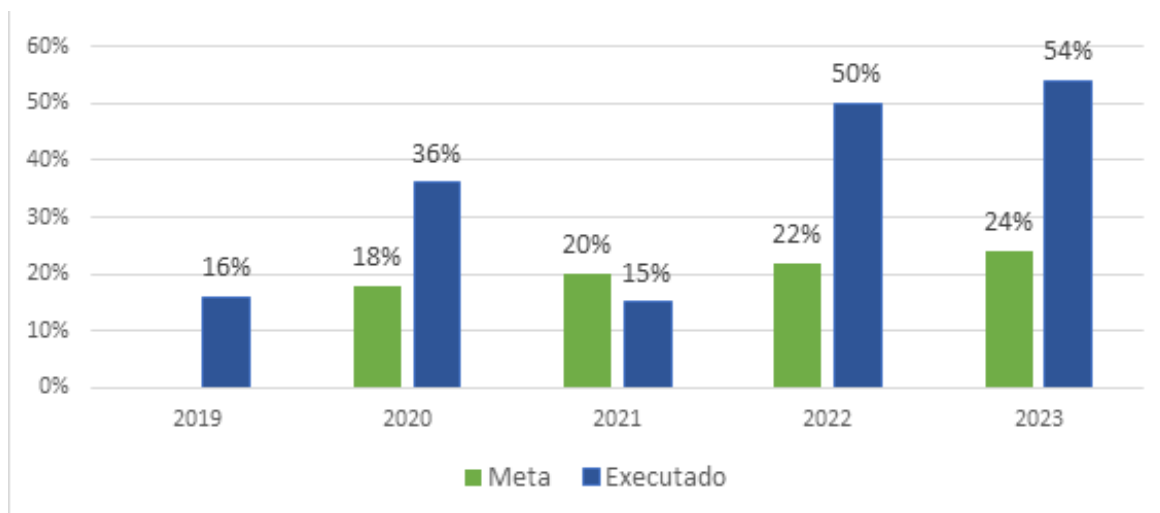


Figura 33 - Demandas atendidas no prazo

A Coordenação-Geral de Avaliação de Impactos – CGIMP e suas Coordenações de Manifestação para o Licenciamento Ambiental – Comali e de Gestão da Informação para o Licenciamento Ambiental – Coginf promovem, no contexto do Instituto Chico Mendes, os trâmites para a emissão das Autorizações para o Licenciamento Ambiental – ALA da Sede.

O procedimento de emissão de ALA é parte do licenciamento ambiental e visa mitigar os impactos ambientais dos empreendimentos que possam afetar unidades de conservação federais.

No ano de 2023, a meta de 24% representou um aumento gradual em relação ao ano anterior, que era de 22%. Isso se deve à influência de vários fatores no tempo de resposta. O resultado alcançado foi a emissão pontual de 54% das ALAs, contemplando 13 autorizações de um total de 13 (treze). É importante destacar que o número de autorizações varia anualmente devido a demandas externas, iniciadas mediante solicitação dos órgãos licenciadores. No entanto, é fundamental ressaltar que a resposta fornecida dentro do prazo legalmente estabelecido é um marcador de efetividade do processo e contribui para fortalecer a credibilidade na prestação de serviços à comunidade.

O prazo normativo estabelecido para manifestação no processo de licenciamento ambiental é de 60 (sessenta) dias, conforme determinado pela [Resolução Conama nº 428/2010](#) e pela [Instrução Normativa ICMBio nº 10/2020](#). Esse período, embora definido, revela-se exíguo dada a complexidade predominante na grande maioria das situações relacionadas ao tema. A dificuldade em cumprir o prazo de resposta nesse procedimento está principalmente vinculada à diversidade de setores envolvidos, visto que os processos tramitam pelo protocolo, CGIMP, UC, Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (Dibio), Gabinete da Presidência, entre outras instâncias possíveis, até a fase de assinatura e expedição da Autorização.

No corrente ano, houve, de forma ainda mais efetiva, a institucionalização e utilização frequente dos sistemas: Obtenção de Autorização para o Licenciamento Ambiental - ALA e o Sistema para Obtenção de Autorização para o Licenciamento Ambiental - Soala. Das 13 (treze) ALAs emitidas pela Sede, 12 (doze) foram emitidas utilizando os Sistemas. Em relação aos processos conduzidos pelas Gerências Regionais, houve um aumento significativo na utilização dos Sistemas para a condução de todo o fluxo processual, o que proporcionou maior padronização das análises.

É importante ressaltar que os Sistemas são utilizados não só por esta Coordenação-Geral, mas também por



todos os atores envolvidos no processo, como Pareceristas de NGIs e UCs e Gerências Regionais.

Os Sistemas ALA e Soala foram implementados em outubro de 2021 e, desde então, operam com a finalidade de conduzir o fluxo processual adequado aos processos de manifestação para o licenciamento ambiental. O Sistema ALA está hospedado na Plataforma da Cidadania Digital, no portal gov.br, e o Soala em servidor próprio do ICMBio, sendo os dois integrados entre si e ambos com o Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

O desenvolvimento dos Sistemas tomou como base o Protocolo de Avaliação de Impactos Ambientais, ferramenta construída internamente por atores envolvidos no processo visando a padronização dos parâmetros utilizados nas análises processuais, a melhoria e o controle do fluxo processual, a qualificação da Análise Técnica e a maior eficiência do procedimento de manifestação para o licenciamento ambiental. Assim, o Sistema ALA implementou a operação do fluxo processual das etapas de Análise Preliminar e Análise Normativa e o Soala foi projetado para a condução da Análise Técnica e da Análise de Conformidade.

O procedimento convencional dos processos de manifestação para o licenciamento ambiental segue as seguintes etapas: o processo é inicialmente recebido na CGIMP para uma pré-análise; em seguida, é encaminhado à(s) UC(s) afetada(s) pelo empreendimento para a elaboração do Parecer Técnico, para a qual é prevista uma resposta no prazo de 30 (trinta) dias; por fim, o processo retorna à CGIMP para a realização de uma Análise de Conformidade, seguida pelos encaminhamentos administrativos posteriores. Em situações excepcionais, contando-se com uma participação indireta da gestão da UC, os Pareceres Técnicos foram elaborados diretamente pela CGIMP, aglutinando-se a etapa de Análise de Conformidade. Esse ajuste resultou em uma redução no prazo de análise.

Adicionalmente, ressaltam-se algumas contribuições e ações geridas pela CGIMP que colaboraram para a melhoria do processo de manifestação para o licenciamento ambiental e a gestão de suas informações no ano de 2023:

- Capacitação de 83 alunos no Curso de Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental
- EaD e 36 no Curso de Manifestação para o Licenciamento Ambiental – Presencial;
- Condução das discussões para a revisão da Instrução Normativa ICMBio n.º 08/2021 referente ao procedimento de emissão de Anuência para Autorização de Supressão de Vegetação e de Autorização de Supressão de Vegetação;
- Contribuições Proposta de Orientação Jurídica Normativa (OJN) de regularização do licenciamento ambiental, que teve como tema central o tratamento de empreendimentos preexistentes ao ato de criação de unidades de conservação;
- Contribuições para a elaboração da Portaria PFE n.º 2/2023, que revisa a OJN n.º 07/2011, que teve como tema central as novas orientações sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental que afetem unidades de conservação federais;
- Atualização do banco de condições específicas, que auxilia os analistas e técnicos ambientais no momento de suas proposições de condições específicas, no caso de deferimento de pedidos de ALA;
- Levantamento de requisitos para o desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento de Condições Específicas – Coala e contratação de empresa para o seu desenvolvimento;
- Levantamento de requisitos para a implementação de melhorias nos Sistemas ALA e Soala visando contemplar sugestões técnicas dos analistas e técnicos ambientais do ICMBio, bem como das Gerências Regionais e da própria CGIMP;
- Atualização constante do [Painel de Gestão](#) de manifestação para o licenciamento ambiental.

Objetivo Estratégico 9: Promover o licenciamento ambiental federal como mecanismo de desenvolvimento sustentável do País.

Indicador Estratégico: Percentual de unidades de conservação federais com Planos de Manejo Integrado do Fogo.

Meta 2023	
Previsto	Realizado
50%	51%

Em relação a queimadas, o ICMBio tem adotado a abordagem do Manejo Integrado do Fogo e a cada ano mais UC adotam essa estratégia, elaborando os seus Planos de Manejo Integrado do Fogo - PMIFs. A quantidade de UC monitoradas passou de 92 em 2022 para 139 em 2023, um acréscimo de 50% em relação a 2022. A área manejada com fogo nas unidades de conservação federais em 2023 foi de 304.000 ha, muito semelhante ao ano anterior. Entretanto, o total de área em UC afetada por incêndios em 2023 foi de 658.454 ha, 25% inferior ao ano anterior, em que pese a influência do El Nino. Como demonstram os dados coletados (dados gerados pela DGEO e validados pela CMIF), conforme aumentam as ações de prevenção (área manejada com fogo) diminui a área afetada por incêndios.

No final do ano de 2023, 50% das UC que possuem brigadistas contratados estavam com Planos de Manejo Integrado do Fogo aprovados, cumprindo-se a meta estabelecida junto ao PPA do período 2020-2023. Esforços continuarão a ser despendidos para que essa quantidade de planejamentos aumente nos próximos anos.

Nos dois últimos anos, a quantidade de ações registradas de prevenção foram maiores que as ações de combate a incêndios. Em anos anteriores, esse quantitativo era inverso, ocorriam muito mais ações de combate, reforçando os resultados do esforço e investimento institucional em um melhor planejamento e em ações de prevenção. Do total de ações registradas e realizadas nos anos de 2022 e 2023, 55% foram preventivas. Isso vem sendo oportunizado pelo aumento do tempo de contratação dos brigadistas, constante aperfeiçoamento da capacitação de servidores e brigadistas com trilhas de aprendizagem, na efetividade do suprimento de equipamentos e ferramentas e utilização de diversos serviços que o Instituto tem contrato.

Outra ação do ICMBio relacionada ao combate a incêndios florestais foi a participação na Missão Humanitária de apoio ao combate dos incêndios que atingiram o Canadá em 2023. Foram enviados para participar da delegação brasileira 15 brigadistas e mais 5 servidores do Instituto. Ao todo, foram 104 especialistas em combate a incêndios florestais vinculados ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e da Força Nacional de Segurança Pública que atuaram nas florestas mais afetadas do Canadá. Para além do apoio no combate, para os especialistas do Instituto esta foi uma oportunidade de capacitação, de trocar experiências e fortalecer redes de apoio com brigadas do mundo todo.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 12: Implementar processos de formação e capacitação em temáticas ambientais e induzir práticas de responsabilidade ambiental em consonância com o desenvolvimento socioeconômico.

Indicador Estratégico: Aumento do percentual de respostas nos processos de autorização para o licenciamento ambiental dentro do prazo.	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
24%	54%

O Programa de Voluntariado do ICMBio tem o propósito de promover o engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade por meio da ação voluntária e do reconhecimento público dessa contribuição, de modo que as pessoas desenvolvam uma relação positiva com a natureza e com o ICMBio, contribuindo para a preservação do nosso patrimônio ambiental. O Voluntariado do ICMBio é uma oportunidade para cada um exercer sua cidadania e contribuir para um meio ambiente mais equilibrado e melhoria da qualidade de vida local.

O Programa de Voluntariado possibilita a participação de todas as unidades organizacionais do Instituto, abrangendo tanto as unidades de conservação, quanto os centros especializados, as coordenações regionais e a sede do ICMBio em Brasília. Para participar do programa de voluntariado, os interessados se inscrevem nas oportunidades ofertadas pelas unidades organizacionais do ICMBio. O número de vagas ofertadas funciona, portanto, como o principal indicador estratégico do Programa.

No ciclo 2022-2023, a meta institucional global do ICMBio para esse indicador era a oferta de 1.600 vagas de voluntariado. Para o Ciclo 2023-2024, a Portaria MMA 629/2023 fixou como meta institucional global do ICMBio para esse indicador a oferta de 2.000 vagas de voluntariado. Ao longo de 2023, foram ofertadas 5.185 vagas de voluntariado, com distribuição ao longo dos meses e nas diferentes unidades organizacionais, conforme representado nos gráficos abaixo. O destaque ficou com as 3.137 vagas ofertadas pelos Parques Nacionais.

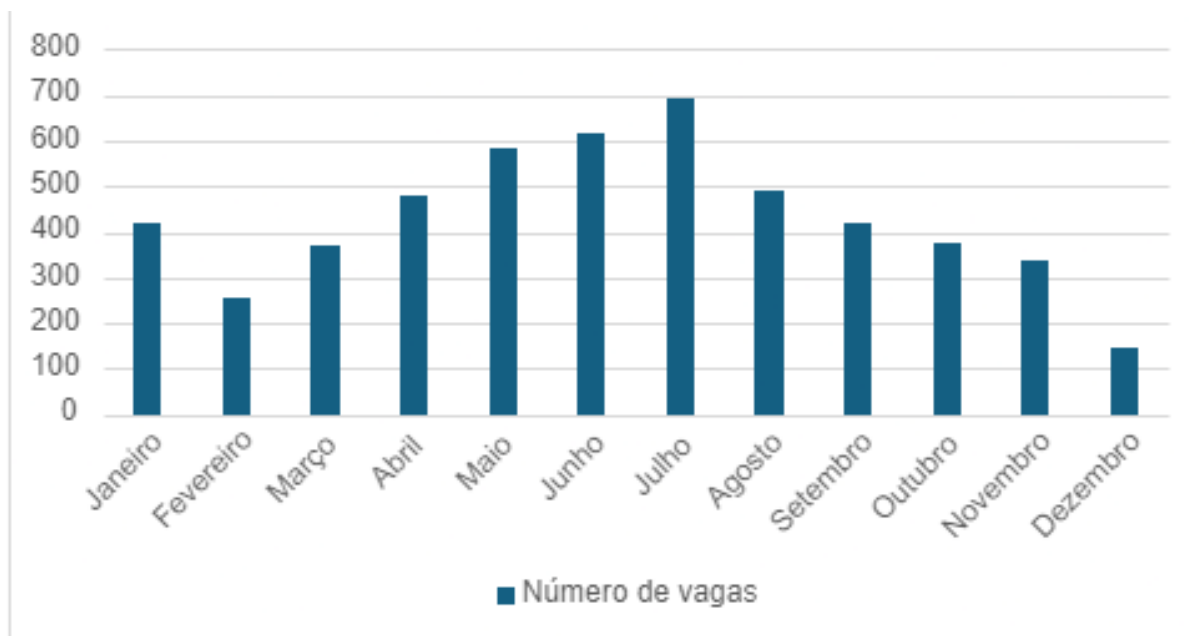


Figura 34 - Vagas de voluntariado ofertadas ao longo de 2023

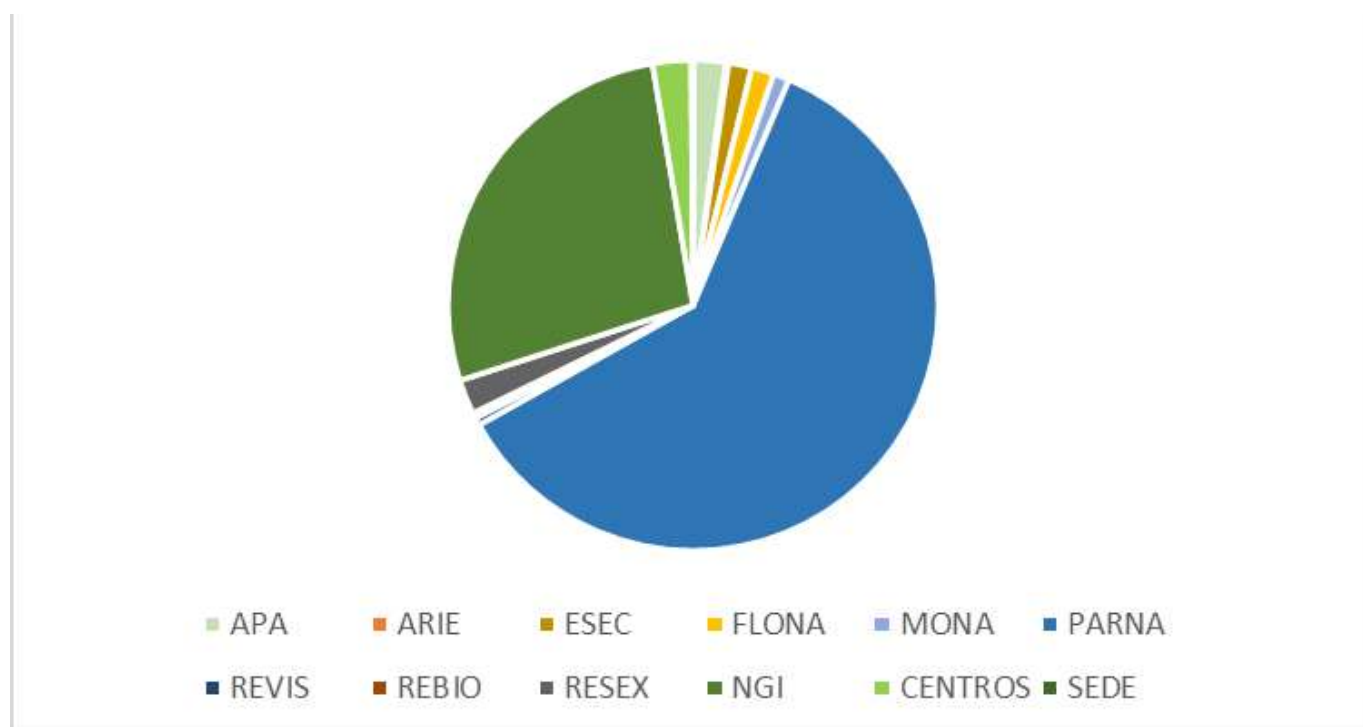


Figura 35 - Vagas ofertadas por tipo de UORG em 2023

Objetivo Estratégico 13: Aprimorar a regulação e a efetividade dos instrumentos de controle e fiscalização ambiental.

Indicador Estratégico: Número de ações de fiscalização ambiental executadas em unidades de conservação.

Meta 2023	
Previsto	Realizado
790	1048

Os dados das ações de fiscalização executadas foram coletados por meio dos Relatórios Consolidados de Ações Executadas em 2023. Esse é um documento de envio obrigatório pelas unidades de conservação federais ao término de cada ação de fiscalização, o qual tem por objetivo consolidar as informações de campo, tais como, efetivo empregado, autuações, apreensões, embargos, ocorrências, entre outros. Importante ressaltar que a Coordenação de Fiscalização continua recebendo as informações de ações de fiscalização executadas referente ao ano de 2023, portanto, o número de ações executadas e de participação de servidores do ICMBio ainda podem sofrer variação à medida que novos relatórios forem chegando, mantendo assim, a crescente observada nos anos anteriores.

Ademais, nota-se que, apesar do número de participações de agentes de fiscalização do ICMBio também configurar uma crescente (considerando que os números de 2023 ainda estão sendo encaminhados), faz-se importante salientar que dos 951 agentes de fiscalização ativos no ICMBio, apenas 368 participaram de ao menos uma ação de fiscalização ambiental no ano de 2023, com participação média de 28 dias por ano, cabendo para os próximos anos, a implementação de estratégias de recrutamento que garantam a participação de um número mais significativo de fiscais nas ações de fiscalização. No período entre 2019 e 2023, temos os dados apresentados abaixo (Fonte: Relatórios Consolidados de 2019 a 2023):

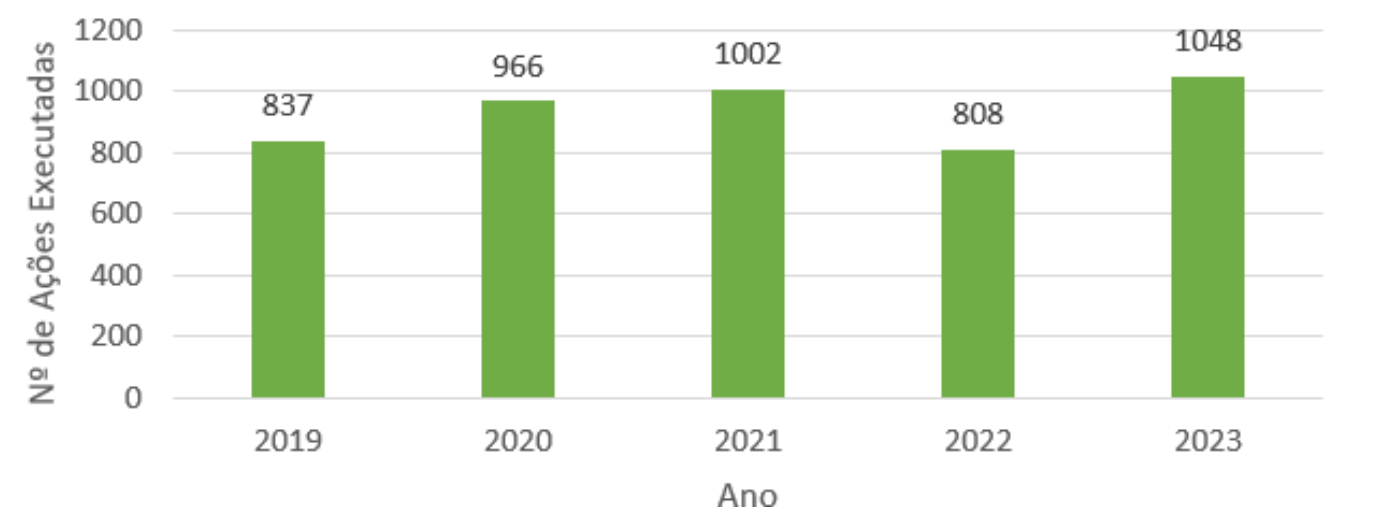


Figura 36 - Execução de Ações de Fiscalização em UCs Federais - 2019 a 2023

Por fim, observam-se que os números gerais demonstram o esforço e a capacidade organizacional do Instituto para a manutenção das ações, a participação e feedback das Unidades de Conservação, o comprometimento e parceria das Gerências Regionais e o empenho da fiscalização no combate aos ilícitos ambientais e proteção das unidades.



Tabela 6 – Fiscalização Ambiental do ICMBio de 2019 a 2023.

Dados das Fiscalizações					
Região	Ano	Número de ações e fiscalizações	Número de autos de infração	Quantidade de Embargos	Multa Simples - Valor Total
Brasil	2019	837	2.077	459	R\$ 253.355.296,00
	2020	966	2.141	630	R\$ 443.169.636,50
	2021	1.002	1.926	859	R\$ 450.220.265,00
	2022	808	1.607	786	R\$ 642.221.020,00
	2023	1.048	2.982	1.008	R\$ 537.769.562,00
TOTAL		4.661	10.733	3.742	R\$ 2.326.735.779,50

Fontes: Relatório Consolidado 2019 a 2023, em 22 de janeiro de 2023. Informações declaradas pelas Unidades de Conservação de ações de fiscalização executadas em 2023. .

PFIS 2023-2024

O Plano Simplificado de Fiscalização - PFIS, é uma planilha eletrônica que visa a sistematização dos principais fatores que colocam sob ameaça os recursos naturais das Unidades de Conservação, ferindo a legislação ambiental vigente e os meios para preveni-los e combatê-los. Tais dados servem como orientação da gestão quanto às atividades a serem executadas, conforme as estratégias de proteção e as prioridades da Unidade quanto à fiscalização ambiental.

O PFIS é elaborado/revisado por cada UC bianualmente, aprovados pela Gerência Regional e encaminhados à Coordenação de Fiscalização. A consolidação dos dados auxilia em uma análise contextual das pressões sofridas nas unidades, fortalecem o planejamento de ações que visem minimizar impactos futuros e indicam a necessidade de projetos específicos de proteção e estrutura para suporte à fiscalização. Para o ciclo 2023/2024, 291 Unidades de Conservação enviaram seus respectivos planos.

PLANAF 2024

O PLANAF é uma ferramenta de planejamento de ações de fiscalização que reúne os dados de planejamentos anuais das Unidades de Conservação Federais.

A criação desta ferramenta pela Coordenação de Fiscalização é uma tentativa de suprimir a falta de um sistema específico de planejamento, monitoramento e execução de ações de fiscalização, permitindo dentro de suas limitações, dar acesso às informações de planejamento de ações de fiscalização das Unidades de Conservação Federais, indo ao encontro com a diretriz institucional de tramitação de documentos por meio digital e ao processo de modernização da gestão de informação referente à fiscalização. Os principais objetivos são:

- Promover às Unidades de Conservação um mecanismo de planejamento de fiscalização simplificado, viabilizando o registro sistematizado das informações e o apoio financeiro/orçamentário às operações.
- Promover às Gerências Regionais uma centralização das demandas de fiscalização das Unidades de Conservação vinculadas em uma mesma plataforma, possibilitando o controle, a priorização, as alterações e a organização das informações de demandas de fiscalização.
- Promover à Coordenação de Fiscalização um mecanismo para o gerenciamento das informações das ações de fiscalização das Unidades de Conservação, no intuito de facilitar o monitoramento das operações planejadas e executadas, dar subsídio à tomada de decisão, solicitação de recursos e às respostas de expedientes.

Para o ano de 2024, foram cadastrados 1.671 planejamentos de ações de fiscalização, onde 964 planejamentos são do tipo rotina e 707 do tipo operação. O valor total de planejamento é de R\$ 50.011.313,18. 320 Unidades de Conservação enviaram pelo menos 1 planejamento para o ano de 2024.

Objetivo Estratégico 14: Gerar e disseminar dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos acerca do meio ambiente.

Indicador Estratégico: Percentual de implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade.

Meta 2023	
Previsto	Realizado
75%	80,11%

O Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do Instituto Chico Mendes - Programa Monitora caracteriza-se por ser de longa duração, voltado ao monitoramento do estado de conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos associados. Seus resultados subsidiam a avaliação da efetividade de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a adaptação às mudanças climáticas e o uso e manejo dos recursos naturais nas unidades de conservação (UCs).

Todo final de semestre, a Coordenação de Monitoramento da Biodiversidade (COMOB) em colaboração com os pontos focais dos Centros Nacionais de Pesquisa responsáveis por auxiliar as UCs na implementação dos protocolos de monitoramento, atualiza as informações gerenciais e calcula o Índice de Implementação do Programa Monitora (IIPM).

O índice leva em consideração o número de Unidades de Conservação que participam do Programa Monitora e seu nível de implementação e operação, e é categorizado em três níveis, a saber: IIPM < 50 indica um baixo nível de implementação do Programa Monitora, com menos de 30% do total de UCs participando do Programa e com a maioria delas com problemas na execução dos protocolos de monitoramento; 50 < IIPM < 75 indica nível de implementação; e IIPM > 75 indica um alto nível de implementação do programa, com mais de 30% do total de UCs federais participando do Programa e 90% delas em plena operação.

Em 2022, o IIPM era de 77,48% e hoje, com os dados atualizados em maio de 2023, o IIPM está em 80,11%, indicando que a maioria das UCs participantes do Programa Monitora conseguiu realizar as atividades de coleta de dados. É importante destacar que entre 2022 e 2023 não houve entrada de novas UCs, mas houve esforço de resgatar as UCs que por algum motivo estavam inoperantes em anos anteriores. Dentre as 113 UCs participantes:

- 95 (noventa e cinco) estão em plena operação, ou seja, realizando as amostragens, conforme planejado,
- 13 (treze) estão em implantação, com atividades de planejamento e implantação de estações amostrais,
- 5 (cinco) estão com algum problema na execução dos protocolos e requerem atenção especial no acompanhamento e retomada das atividades.

Sobre as UCs com problemas na execução, temos mapeado, junto aos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio (CNPcs) e com as equipes locais de gestão, os motivos da interrupção das atividades e pactuado, caso a caso, estratégias para retomar o Programa Monitora. Em geral, registramos problemas vinculados ao cenário climático desfavorável a atividades de campo ou a desestruturação das equipes locais envolvidas com a atividade de monitoramento.

A COMOB e os CNPcs têm envidado esforços no sentido de promover capacitações e oficinas, de modo a atender o crescente número de adesões de novas UCs, ao Programa Monitora, em diferentes ecossistemas, assim como para realizar a reciclagem de pontos focais de UCs já capacitadas. Com o intuito de manter a qualidade e a padronização das coletas de dados, em 2023 o Programa Monitora oportunizou 32 cursos, entre presenciais e virtuais, capacitando um total de 1.016 pessoas, que são apresentados a seguir.

1. Curso de Capacitação para uso do SISMonitora – Componente Florestal, entre os dias 07 e 09 de março, através da plataforma Teams com a participação de 62 cursistas e 05 alunos ouvintes;

2. Curso de Capacitação para uso do SISMonitora – Componente Manguezal, entre os dias 10 e 12 de maio, através da plataforma Teams, com participação de 27 cursistas;

3. XIX Curso de Capacitação do Programa de Monitoramento da Biodiversidade - Programa Monitora, componente Florestal, entre os dias 27 de janeiro e 09 de fevereiro, na ESEC do Jari, capacitando 37 pessoas;

4. I Curso de Análise de dados do Alvo Complementar Castanha-da-amazônia Programa Monitora – Componente Florestal, entre os dias 27 de fevereiro e 01 de março, na Embrapa Rondônia, capacitando 19 pessoas;

5. XX Curso de Capacitação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio

(Programa Monitora) – Subprograma Terrestre – Componente Florestal, entre os dias 10 e 27 de abril, na RESEX Cazumbá-Iracema, capacitando 23 pessoas no protocolo básico e 16 no protocolo avançado de plantas;

6. Curso de capacitação no Protocolo de Automonitoramento da Pesca Continental do subprograma Aquático Continental, entre os dias 19 e 21 de junho, no CEPAM, capacitando 21 pessoas;

7. 4º Curso de Capacitação para os protocolos do componente Igarapé do subprograma Aquático Continental do Programa Monitora, entre os dias 26 e 30 de junho, no CEPAM, capacitando 20 alunos;

8. XXI Curso de Capacitação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio (Programa Monitora) – Subprograma Terrestre – Componente Florestal, entre os dias 13 e 25 de novembro, na FLONA de Jamari, capacitando 43 pessoas;

9. Introdução à Conservação da Biodiversidade. Período de 17 de julho a 18 de agosto de 2023, na plataforma AVA do ICMBio, modalidade a distância, autoinstrucional. Processo Formativo 01. 100 cursistas. Coordenado pela COMOB. Carga Horária de 24h;

10. Fundamentos do Monitoramento da Biodiversidade - EAD. Período 30 de outubro a 05 de dezembro de 2023, na plataforma AVA do ICMBio, modalidade a distância, autoinstrucional. Processo Formativo 01. 100 cursistas. Coordenado pela COMOB. Carga Horária de 24h;

11. Curso Biodiversidade Marinha e Costeira- EAD. Período 16 de outubro a 08 de novembro de 2023, na plataforma AVA do ICMBio, modalidade a distância, autoinstrucional. Turma Piloto. Processo Formativo 1. 25 cursistas. Coordenado pela COMOB. Carga horária de 16h;

12. Monitoramento da Biodiversidade em Ambientes Campestres e Savânicos (Alvo Global) - EAD. Período 08 de maio a 30 de junho de 2023, modalidade a distância, com tutoria. Processo formativo 3. 25 cursistas. Coordenado pelo CBC. Carga horária de 40h;

13. Componente Igarapé/Riacho- Protocolos Básicos para Monitoramento dos Alvos Globais EAD. Período 03 a 28 de julho de 2023, na plataforma AVA do ICMBio, modalidade a distância, autoinstrucional. Turma Piloto. Processo Formativo 3. 25 cursistas. Coordenado pelo CEPAM. Carga Horária de 40h;

14. Componente Área Alagável - Protocolo básico para monitoramento do Alvo Global Pesca Continental – EAD. Período 06 de novembro a 05 de dezembro de 2023, na plataforma AVA do ICMBio, modalidade a distância, autoinstrucional. Turma Piloto. Processo formativo 3. 20 cursistas. Coordenado pelo CEPAM. Carga horária de 40h.





Além dos eventos conduzidos pela COMOB e CNPCs, foram realizados eventos locais, nas UCs onde os pontos focais coordenam a capacitação dos monitores da biodiversidade.

Os principais foram:

1. Curso de Protocolos Básicos - Componente Florestal - do Programa de Monitoramento In Situ da Biodiversidade – MONITORA, realizado na REBIO Jaru em abril, com 29 participantes;
2. Curso de capacitação e reciclagem dos protocolos básicos do Programa Monitora do ICMBio (componente Florestal), realizado na RESEX do Alto Tarauacá/AC, em maio, com 19 participantes;
3. Capacitação dos protocolos básicos do componente florestal e ODK, realizado no PARNA Jaú, em maio, com 19 capacitados;
4. Capacitação de monitores da Biodiversidade da REBIO Gurupi 2023 + 1ª coleta – componente florestal, realizado na REBIO Gurupi, em julho, com 12 participantes;
5. Capacitação de monitores do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade da FLONA Caxiuanã - componente florestal, realizado na FLONA Caxiuanã, em julho, com 23 participantes;
6. Capacitação local do Componente Campestre Savânico do Programa Monitora realizado no NGI ICMBio Mambai-GO, mês de abril, com 12 participantes;
7. Capacitação local do Componente Campestre Savânico do Programa Monitora, na ESEC Pirapitinga, em abril, com 12 participantes;
8. Capacitação local do Componente Campestre Savânico do Programa Monitora para a equipe de monitores do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em maio, com 13 participantes;
9. Capacitação dos Protocolos Básicos para os alvos do Componente Igarapé/Riacho do Programa Monitora, realizado em Carajás, em maio, com 25 participantes;
10. Capacitação de monitores e cadastro dos voluntários do monitoramento participativo de quelônios nos rios Jau e Unini, no contexto do Programa MONITORA, subprograma aquático continental, realizado nas Comunidades do PARNA Jaú, em julho, com 18 capacitados;
11. Curso Monitoramento Participativo de quelônios aquáticos - Programa Monitora – Subprograma Aquático Continental RESEX do Rio Unini, realizado nas Comunidades da RESEX Unini, em agosto, com 80 participantes;
12. Curso de capacitação do monitoramento de quelônios do Jaú no NGI Novo Airão, realizado na Base de Jaú, em setembro, com 22 participantes;
13. Curso de Capacitação de Monitores para coleta de dados do Protocolo de Automonitoramento da Pesca, Flona Tapajós e RESEX Tapajós-Arapiuns, realizado em Santarém/PA, em julho, com 67 cursistas;
14. Curso do Protocolo de Automonitoramento da Pesca Continental visando a implementação do automonitoramento da pesca do PARNA Anavilhanas nas comunidades da RDS Rio Negro, realizado nas Comunidades Tumbiras – RDS Rio Negro, em abril, com 30 participantes;
15. Capacitação dos servidores do ICMBio e de parceiros no âmbito do Componente Manguezal/ Programa Monitora/ICMBio, realizado em Bragança, em outubro, com 19 participantes;
16. Capacitação em Monitoramento de Manguezal do NGI Salgado Paraense + Uso do ODK, realizado na RESEX Marinha Mãe Grande Curuçá, em outubro, com 19 capacitados;
17. Capacitação de comunitários para monitoramento de Desova de Tartarugas Marinhas - Programa MONITORA, Subprograma Marinho e Costeiro, Protocolo Praia, realizado na RESEX Maracanã, em abril, com 23 capacitados;
18. Capacitação do Alvo Pesca e Biodiversidade Associada/Programa Monitora/ICMBio, realizado em Bragança/PA, em setembro, com 27 participantes;

É também papel da COMOB e CNPCs a atuação no planejamento e organização de oficinas para estruturação e avaliação de componentes, subprogramas e do Programa Monitora. Em 2023, avançamos com a estruturação de novos componentes no subprograma Marinho e Costeiro e ampliamos os espaços para discussão coletiva sobre a implementação do Programa Monitora, com a realização dos seguintes eventos:

Para a execução de atividades do Programa Monitora nas UCs, confecção de material, e moderação de oficinas organizados pela COMOB, a Coordenação conta com recursos da União, via execução direta ou em parceria com fundações de apoio, como a FUNDEP, e de projetos especiais, como ARPA, GEF Mar e GEF Terrestre.

Além do apoio financeiro, a COMOB coloca à disposição das UCs, sobretudo das que não possuem recursos próprios, materiais e equipamentos para garantir as atividades de monitoramento. Neste ano, a COMOB fez as seguintes entregas:

Além do apoio financeiro, a COMOB coloca à disposição das UCs, sobretudo das que não possuem recursos próprios, materiais e equipamentos para garantir as atividades de monitoramento. Neste ano, a COMOB fez as seguintes entregas:

Equipamentos	Quantidade	UCs/NGIs/Centros beneficiados
Bússolas	14	07
Trena Eletrônica	03	02
GPS	02	02
Paquímetro	04	01
Refratômetro	01	01
Clinômetro	03	02
Roçadeira	03	03
Materiais	Quantidade	UCs/NGIs/Centros beneficiadas
Uniformes(bonés, camisetas, coletes,sacochilas, camisas manga longa e camisas U.V)	714	26
Armadilhas de Borboletas	396	13
Plaquetas de árvores	3840	06
Plaqueta de trilha	2793	11
Bottons dos alvos	835	09
Guias de Identificação	105	07
Guias de Procedimento	125	6
Relatório Florestal	107	20

A fim de prover à sociedade o acesso às informações sobre a implementação e os resultados do monitoramento, nas mais variadas formas de divulgação, incluindo relatórios, redes sociais, o site da instituição, a COMOB mantém ativa a página do Programa Monitora no site do governo (<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/monitoramento>) e perfis nas redes sociais (@programamonitora_icmbio – Instagram; Programa Monitora – Spotify e @ProgramaMonitora – YouTube).

Até maio de 2023, a equipe de comunicação era composta por quatro voluntários sob supervisão da COMOB. Uma vez que a Coordenação optou por não lançar nova chamada para trabalhar com voluntários em 2023/2024, foi contratada uma bolsista para desenvolver estratégias de trabalho com comunicação e atualização das informações do Programa Monitora nas redes.

Ao longo do ano de 2023, o Programa Monitora entregou algumas publicações de suma importância a fim de disseminar dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos para a sociedade, a saber:

a. Programa Monitora. Guia de Implementação do Programa Monitora –2023.

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/monitoramento/conteudo/Materiais-de-Apoio/GuiaImplementaodoProgramaMonitora.pdf>

b. CEPAM. Programa Monitora: Subprograma Aquático Continental. 2023. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/monitoramento/conteudo/Materiais-de-Apoio/ProgramaMonitorasubprogramaaquaticocontinental.pdf>

c. CENAP. Tendências Populacionais de mamíferos e aves em UCs apoiadas pelo ARPA. 2023. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/monitoramento/conteudo/Materiais-de-Apoio/TendenciaspopulacionaisdemamferoseavesemUCsapoiadaspeloARPA.pdf>

d. MONITORA et. al. Social Participation in the Brazilian National Biodiversity Monitoring Program Leads to Multiple Socioenvironmental Outcomes. Citizen Science: Theory and Practice, 8(1): 32, pp. 1–15. DOI: <https://doi.org/10.5334/cstp.582>.

e. SILVA, H. J. H. et al. Curso remoto de Monitoramento participativo e ecossistêmico da pesca artesanal em unidades de conservação. In: Susy Rodrigues Simonetti, Henrique dos Santos Pereira, Danilo Egle Santos Barbosa (Org.). Autogestão e desenvolvimento territorial sustentável de áreas protegidas: diálogos, aprendizagens e resiliência. 1ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas - EDUA, 2023, v. 1, p. 84-107.

Entre essas publicações, destacamos o Guia de Implementação do Programa Monitora, que estabeleceu os fluxos processuais do Programa, desde a adesão das UCs até a validação e divulgação de resultados, como exemplifica a figura abaixo.



Figura 37 - Principais etapas do caminho a ser percorrido pela UC no Programa Monitora



O Sistema de gestão de dados do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Monitora (SISMonitora) é um sistema de banco de dados estruturado para recepcionar, armazenar, validar e disponibilizar os dados coletados pelo Programa Monitora. Esse sistema, que é uma das iniciativas estratégicas do ICMBio na Agenda Estratégica 2022/2023, foi homologado em agosto de 2022 e vem sendo, paulatinamente, disponibilizado para uso pelas UCs participantes do Monitora.

O Programa Monitora iniciou a coleta de dados de monitoramento da biodiversidade utilizando um aplicativo de licença livre, que envia os dados diretamente para o SISMonitora, onde são armazenados e posteriormente disponibilizados para a sociedade, substituindo, assim, formulários em papel. Das 113 UCs participantes do Programa Monitora, 29 utilizaram o aplicativo e o SISMonitora em 2023, contemplando mais de 60 mil registros sobre a biodiversidade brasileira, distribuídos entre os diferentes alvos do Programa Monitora.

Perspectivas para os próximos Exercícios

O Programa Monitora tem ocupado espaço importante na rotina das equipes de gestão de quase 1/3 das Unidades de Conservação Federais e, ano a ano, amplia o alcance de seus resultados, atingindo públicos de diferentes perfis e fortalecendo a instituição ao contribuir para o atingimento de seus objetivos e metas.

Para o próximo ano, esperamos consolidar os componentes Ilha, Ambiente Recifal e Praia do Subprograma Marinho e Costeiro. Além disso, alguns CNPCs estão testando novos protocolos de monitoramento no âmbito do componente Campestre e Savânico, com apoio do projeto GEF Terrestre. A depender do resultado dos testes, estes protocolos poderão ser incorporados ao Programa. Em 2024, está prevista a publicação de um novo relatório do Componente Florestal e a disponibilização de mais dados à sociedade brasileira.

Em um cenário futuro de consolidação de todos os componentes do Programa Monitora, somando os componentes Ilha, Ambiente Recifal e Praia aos componentes já estruturados: Florestal e Campestre e Savânico (subprograma Terrestre); Igarapé/Riacho e Área Alagável (subprograma Aquático Continental) e Manguezal e Margem Continental e Bacia Oceânica (subprograma Marinho e Costeiro). Espera-se que, no futuro, a maioria das Unidades de Conservação estejam participando do Programa.

Frente ao desafio de expandir o Programa sem perder a qualidade na implementação das atividades de monitoramento da biodiversidade, é papel do ICMBio garantir as estratégias necessárias para seguir fortalecendo a iniciativa e valorizando seus resultados para que as equipes envolvidas sigam motivadas na construção de uma série temporal de dados sobre a biodiversidade brasileira, dados estes que destacam o Brasil no cenário internacional de busca por estratégias para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Indicador Estratégico: Percentual de implementação anual do Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio.

Meta 2023	
Previsto	Realizado
100%	113%
Implementação do PEP ICMBio	

O Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio – PEP ICMBio foi instituído em 2018, com o objetivo de nortear o desenvolvimento de pesquisas para apoiar a conservação da biodiversidade no país, por meio de projetos que o Instituto Chico Mendes executa diretamente ou fomenta. O PEP ICMBio passou por uma avaliação e atualização ao longo de 2021 e 2022, tendo sido gerada, em 2023, uma versão atualizada, disponível em https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/pesquisa/venha-pesquisar-conosco/PEP_icmbio_Verso2023.pdf.

Dentro das estratégias institucionais conduzidas para a conservação nos biomas, o PEP ICMBio prevê, entre outros:

- Pesquisas prioritárias para a instituição;
- Produtos prioritários de gestão do conhecimento;
- Apoio administrativo-financeiro de fundações ao desenvolvimento de projetos de pesquisa com recursos próprios do ICMBio, de compensação ambiental e/ou no âmbito do Programa Institucional de Iniciação

Científica – PIBIC/ICMBio/CNPq;

- Publicações de artigos em periódicos científicos;
- Painéis de gestão para consulta da sociedade;
- Cursos de capacitação;
- Produtos de gestão do conhecimento; e
- Campanhas de comunicação e divulgação científica para a sociedade.

O ano de 2023 foi profícuo nas realizações em prol da pesquisa e gestão da informação no ICMBio.

Em junho, foram apresentados os resultados do Projeto "Avaliação do impacto do fogo sobre a biodiversidade do Pantanal" em uma oficina de dois dias, pelas equipes dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio que atuaram no bioma, em parceria com outras instituições. Os incêndios geraram grande mortandade de fauna e escassez de recursos utilizados pelas populações tradicionais e foi constatada a necessidade de restauração em diversas áreas atingidas pelos incêndios que ocorreram em 2020. Os impactos foram mais severos para répteis, anfíbios e peixes; porém, algumas espécies de aves e mamíferos sofreram com a perda de habitat e algumas com registro conhecido para o Pantanal não foram observadas nas expedições.



Figura 38 e 39 - Autoridades e participantes da Oficina de encerramento do projeto “Avaliação do impacto do fogo sobre a biodiversidade do Pantanal”



Figura 39 - XIV Seminário de Pesquisa de Pesquisa e XV Encontro de Iniciação do ICMBio

O ICMBio edita a revista científica Biodiversidade Brasileira (BioBrasil), cujo objetivo é fomentar a discussão e a disseminação de experiências em conservação e manejo, com foco em unidades de conservação e espécies ameaçadas. Trata de questões contemporâneas complexas, relacionadas a um amplo espectro de situações e contextos, cuja compreensão requer o envolvimento de diversas áreas do conhecimento. A revista pode ser acessada em <https://revistaelectronica.icmbio.gov.br/BioBR>. A BioBrasil recebeu 88 submissões em 2023 e publicou quatro edições, com um total de 39 artigos. Além disso, em 2023 a equipe da revista foi reforçada com a indicação de um novo Editor-chefe, o servidor Onildo Marini, uma estagiária e quatro voluntárias que atuam na divulgação da revista e que criaram e o perfil revista.biobrasil no Instagram, que postou 72 publicações e angariou 1.415 seguidores no seu primeiro ano. A revista oferece um curso EaD autoinstrucional de capacitação de avaliadores de artigos científicos, disponível na plataforma da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) que certificou 1.261 pessoas em 2023, sendo 662 servidores públicos.



Figura 40 - Capas das quatro edições da revista BioBrasil em 2023

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do ICMBio (PIBIC/ICMBio) ingressou no seu 15º ano. Ele possibilitou o desenvolvimento e conclusão de 42 projetos de Iniciação Científica (IC) do ciclo 2022/2023. Destes, 32 relatórios dos projetos desenvolvidos estão disponibilizados na página da comunidade PIBIC na plataforma virtual de aprendizagem do ICMBio (AVA-ICMBio - <https://ava.icmbio.gov.br/course/view.php?id=169>). Os 10 restantes serão publicados na forma de artigos científicos na Revista Biodiversidade Brasileira e, para não perder o ineditismo, serão conhecidos quando forem publicados nas edições de fluxo contínuo da Revista BioBrasil. Em setembro, 62 projetos aprovados iniciaram a execução no ciclo 2023/2024 do programa.

Além dos projetos com envolvimento de alunos de iniciação científica, foram desenvolvidos 20 projetos de pesquisa por centros e unidades de conservação que abordam temas do PEP- ICMBio. Somados a estes, há também 9 projetos conduzidos com recursos de projetos externos. No que diz respeito ao fomento à pesquisa utilizando recursos de compensação ambiental, a documentação para um convênio com a FAPESP, prevendo uma chamada de projetos de pesquisa nas unidades de conservação marinhas de São Paulo, foi finalizada e está no aguardo da assinatura pelos partícipes. Houve também o planejamento de ações para uso da integralidade dos recursos de compensação ambiental priorizados para pesquisa, sendo que a execução deste planejamento se dará ao longo de 2024.

Outra frente de ampliação das atividades científicas do Instituto foi a celebração de um termo aditivo ao Termo de Execução Descentralizada ICMBio/CNPq n.º 7/2022, de modo a abarcar atividades de pesquisa e monitoramento, além das atividades de manejo para conservação já previstas no “Projeto “Estratégias para a conservação da biodiversidade”, inicialmente celebrado para execução de atividades de interesse do ICMBio. Foram propostos e aprovados dois projetos com a previsão de atividades de pesquisa: 1. Sistemas de Gestão de Dados sobre Biodiversidade do Instituto Chico Mendes: fortalecimento de seu papel nas políticas ambientais do Brasil por meio do desenvolvimento de tecnologias inovadoras; e 2. Brasil biodiverso: pesquisa e monitoramento em prol da gestão das unidades de conservação federais, da conservação da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado. Esses dois projetos serão desenvolvidos ao longo de cinco anos, com apoio de Fundações (FEST e FACTO, ambas do Espírito Santo).

De 24 a 26 de outubro de 2023 foram realizados o XIV Seminário de Pesquisa e XV Encontro de Iniciação do ICMBio - A retomada da importância da pesquisa para a gestão ambiental pública. Após três anos consecutivos sendo realizado remotamente, o evento voltou a ocorrer na sede do ICMBio em Brasília (com transmissão online simultânea), contando com 375 inscritos, sendo registradas 176 participações presenciais e 182 remotas. Os vídeos do evento encontram-se disponibilizados no canal do ICMBio no YouTube, contando com 1,3 mil, 887 e 839 visualizações no 1º, 2º e 3º dia, respectivamente. Os anais foram disponibilizados na página da pesquisa no portal do ICMBio (https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/pesquisa/seminarios-de-pesquisa/anais_seminario_2023.pdf) Durante o encontro de iniciação científica foi realizada a avaliação final e conclusão de 42 trabalhos desenvolvidos durante o ciclo PIBIC/ICMBio 2022/2023; e foram premiados os

trabalhos com as melhores notas resultantes da avaliação.



Figura 41 - Participantes do XIV Seminário de Pesquisa de Pesquisa e XV Encontro de Iniciação do ICMBio

Em 2023, o Sistema de Autorização e Informação sobre Biodiversidade – Sisbio expediu 2.762 autorizações e foram realizados 4.399 atendimentos de pesquisadores por e-mail. Observa-se que o número de autorizações ainda é inferior ao de 2019, ano em que houve um recorde na expedição de documentos do Sisbio, seguido pelos anos de pandemia, quando houve um decréscimo.

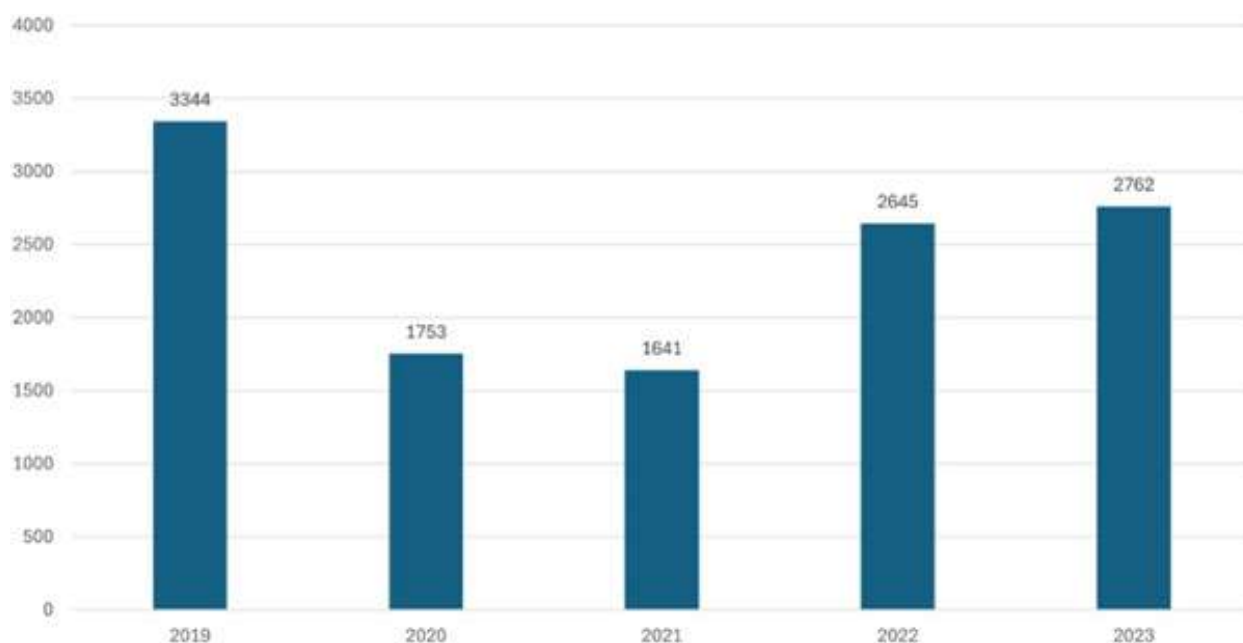


Figura 42 - Número de autorizações do Sisbio expedidas entre 2019 e 2023

O sistema passou a disponibilizar para seus usuários quantas e quais são as espécies ameaçadas dentro dos grupos taxonômicos selecionados para o pedido de autorização de atividades com finalidade científica, didática ou licenças permanentes. Com isso, tanto os pesquisadores, quanto os operadores do Sisbio no ICMBio não precisam consultar a lista oficial para saber quais espécies encontram-se ameaçadas em um pedido de autorização ou de licença permanente, agilizando as análises. Desenvolvemos um novo módulo do Sisbio para autorização de manejo da fauna ameaçada, que será testado e implementado ao longo de 2024.

Visando capacitar os usuários externos do Sisbio, o Curso “Sisbio – curso básico para pesquisadores” continuou disponibilizado pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/EVG. Em 2023, o curso teve 1706 inscrições; no entanto, ainda tem um baixo índice de aprovação/conclusão (29%). De modo a melhorar este percentual, o curso e as atividades avaliativas serão atualizados e simplificados em 2024. Em âmbito interno, o curso “Sisbio para Operadores foi oferecido entre maio e junho de 2023, com a participação de 70 servidores.

No âmbito da Iniciativa Estratégica “SISBIA - Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental”, as equipes do ICMBio e do IBAMA, após a publicação da Portaria Conjunta IBAMA/

[portaria-conjunta-n-7-de-25-de-novembro-de-2022-%20446736445](#)), concentraram-se em atividades de capacitação de 90 operadores do IBAMA e 20 usuários do sistema (grandes empresas que atuam na área de infraestrutura), além do desenvolvimento de melhorias para o seu lançamento, a ocorrer em meados de 2024.

Durante o ano, o gerenciamento do perfil Pesquisa ICMBio no Instagram: ([@pesquisa.icmbio](#)) possibilitou seu crescimento e consolidação como estratégia de divulgação científica e comunicação com o público interno (servidores do ICMBio e colaboradores) e externo (sociedade em geral). Até dezembro/2023, o perfil alcançou 25 mil seguidores e 301 publicações de conteúdos relativos às atividades, ações, iniciativas de pesquisa para a conservação e tem propiciado muitas interações e fomentado parcerias.

Perspectivas para os próximos Exercícios

O desenvolvimento dos dois projetos com apoio de Fundações deverá ampliar a capacidade institucional de realizar pesquisas e publicar seus resultados. Ao longo de 2024, o Instituto deve passar a integrar o Programa de Importações para Pesquisas do CNPq, barateando o custo dos equipamentos importados que o ICMBio usa em suas pesquisas, principalmente armadilhas fotográficas (câmeras-trap). A execução de projetos de pesquisa com recursos de compensação ambiental se dará em duas frentes: projetos com apoio de Fundações e lançamento de chamadas públicas de projetos em parcerias com as Fundações Públicas de Amparo dos estados ou com o CNPq. Por meio da execução de ações no âmbito do projeto GEF Terrestre, deve ser gerado material de capacitação para o Sisbio e encerrado o seu ciclo de desenvolvimento pré-lançamento ao público.

O lançamento oficial do Sisbio está previsto para meados de 2024. Já para o Sisbio, espera-se que nos próximos exercícios ele passe a ser utilizado pelos estados unificando o processo autorizativo de coleta de material zoológico ou de espécimes ameaçados de extinção ao nível nacional. O Sisbio deve passar a oferecer autorizações com finalidade de manejo para conservação, além das científicas, que já são disponibilizadas online. Para a revista BioBrasil, a perspectiva é de renovar o conselho editorial e diminuir o tempo de tramitação dos artigos durante o processo editorial.

Tabela 07 - Indicadores de implementação do PEP ICMBio

Ações	Meta para 2023	Monitoramento - dez 2022 (acumulado em 2023)	Percentual da meta anual cumprida - dez 2023
Número de projetos PIBIC realizados que contemplam eixos do PEP ICMBio	40	54	135%
Número de pesquisas apresentadas no Seminário que contemplam eixos do PEP ICMBio (excluindo as do PIBIC)	40	89	222,5%
Número de e-mails de atendimento a pesquisadores e operadores (Sisbio)	6.800	4399	65%
Número de autorizações Sisbio expedidas	1800	2762	153%
Número de publicações divulgando pesquisas ou iniciativas previstas no PEP ICMBio (Instagram, ICMBio em Foco, outros)	290	301	103%
Número de Planos estratégicos de Pesquisa de UCs elaborados e que contemplem eixos do PEP ICMBio	1	0	0
Média dos percentuais	-	-	*113%

* O indicador corresponde à média dos percentuais de seus componentes (ações voltadas à implementação do PEP ICMBio)

Como uma maneira de avaliar os serviços previstos no PEP-ICMBio, foram selecionados indicadores de sua implementação, descritos na tabela acima e esquematizados neste gráfico

Iniciativas Estratégicas

SIS-Monitora: Sistema de gestão de dados de biodiversidade do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (Programa Monitora)

O Sistema permite automatizar todo o processo de coleta de dados previstos no Programa Monitora, o que facilita a análise e apresentação de resultados para a tomada de decisão.

Principais Produtos ou Serviços Entregues

- 1 – Formulários de entrada de dados de monitoramento da biodiversidade criados e testados
- 2 – Metodologia criada para incorporar dados anteriores aos do Programa Monitora no sistema
- 3 – Primeira Versão do sistema desenvolvida

SISBIA: Sistema de Gestão de Dados de Biodiversidade para Avaliação de Impacto Ambiental O SISBIA visa a manter um registro único dos dados de biodiversidade levantados pelos estudos biológicos exigidos no licenciamento ambiental, o que amplia o conhecimento utilizado em vários processos do ICMBio

Principais Produtos ou Serviços Entregues

- 1 – Sistema desenvolvido e entregue
- 2 – Normas de uso e operação publicadas
- 3 – Melhorias implementadas para o sistema
- 4 – Capacitação de operadores do sistema no IBAMA e de representantes dos futuros usuários

4.2. GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS

Objetivo Estratégico 18: Promover uma gestão de pessoas focada na meritocracia, com desenvolvimento de competências e mobilidade atrelados aos bons resultados e à dedicação profissional

Força de Trabalho

Em 2023, houve a continuidade da nomeação dos aprovados do Concurso Público realizado em 2021, sendo reforçada pela autorização da nomeação de todo o cadastro reserva, representando o aumento efetivo de 88 novos servidores, sendo 56 do cargo de Analista Ambiental e 32 do cargo de Técnico Ambiental.

Outro ponto importante na temática foi a transformação, por meio de Medida Provisória posteriormente convertida na Lei n.º 14.724/2023, de 589 cargos efetivos de Técnico Administrativo em 260 cargos efetivos de Analista Administrativo.

Essa transformação foi essencial para fundamentar a nova solicitação de concurso público junto ao Ministério da Gestão de Inovação em Serviços Públicos – MGI, em que foi proposto todo o quantitativo de 887 cargos efetivos vagos, sendo 503 de Analista Ambiental e 384 de Analista Administrativo.

Ao longo de 2023, o ICMBio seguiu atuando de forma a reforçar a força de trabalho com objetivo de aumentar a presença física nas unidades e desenvolver e distribuir os agentes públicos em diferentes processos de trabalho. A Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGGP possui importante papel nessa iniciativa ao realizar gestões de forma a viabilizar a recepção de servidores de outros órgãos no Instituto. Para isso, são utilizados os instrumentos de movimentação para compor força de trabalho, cessão e redistribuição.

Tais movimentações representaram aumento no efetivo atual de servidores, chegando ao final de 2023, conforme a Figura 1.1 - Força de Trabalho Ativa por situação Funcional, com um total de 5.265 agentes públicos em exercício no ICMBio (dez/2023).



Figura 43 - Força de trabalho ativa por situação funcional

Agentes temporários ambientais – ATAs

Em atenção à diretriz do Instituto de aumentar a presença institucional de forma ampla nas unidades de conservação, o ano de 2023 representou o maior aumento na contratação de Agentes Temporários Ambientais – ATAs desde a institucionalização dessa força de trabalho em 2019. Ao longo do ano de 2023, foram 2.423 novas contratações, representando, em atividade, um total de 3.505 agentes temporários ambientais. A Figura 1.2 demonstra a série de contratação de ATAs.

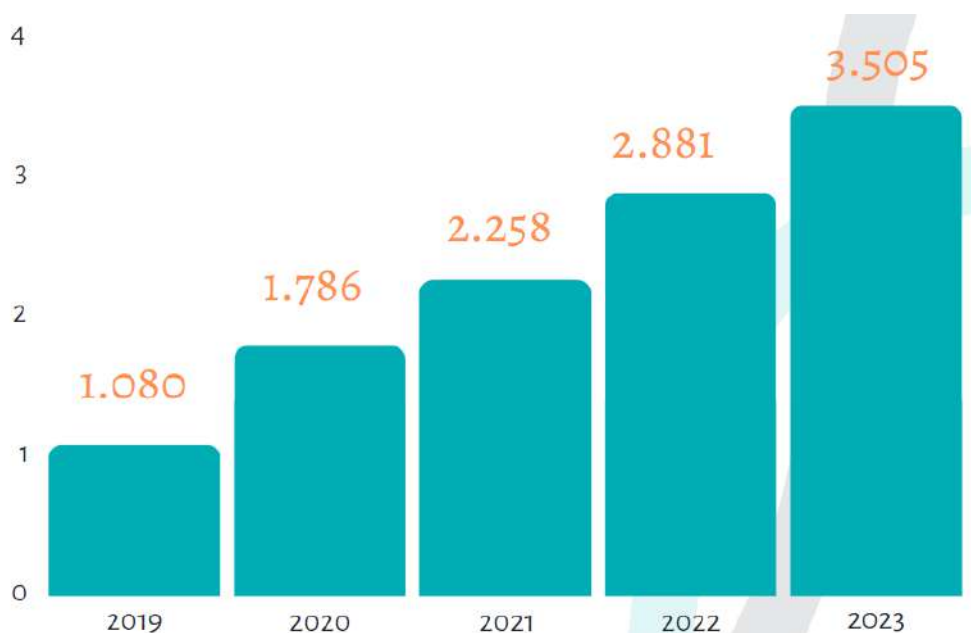


Figura 44 - Série histórica de contratação de ATAs 2019 a 2023

Estagiários

O Quadro quantitativo, Figura 1.3, visa demonstrar a composição do quadro de estagiários ativos do ICMBio no exercício de 2023.

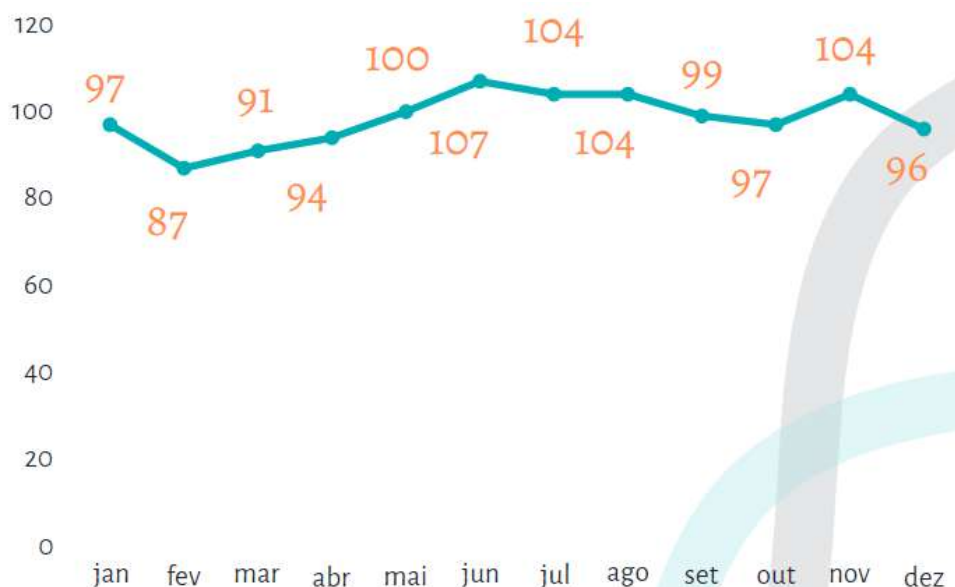


Figura 45 - Quantitativo de estagiários ativos 2023

Política de Governança de Pessoas – PGP

Por meio da Portaria ICMBio n.º 2927, de 21 de agosto de 2023, no Boletim de Serviços n.º 60, de 24 de agosto de 2023 (DOC SEI 15763430), foi definida a Política de Governança de Pessoas – PGP. Este instrumento tem como objetivo direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão de pessoas, visando assegurar que as diretrizes, processos, decisões e ações relacionadas à temática estejam alinhadas às necessidades do ICMBio, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos.

Em linhas gerais, a PGP visa também:

- estruturar os colegiados temáticos de gestão de pessoas;
- segregar as responsabilidades;
- melhorar o processo decisório; e
- gerenciar os potenciais riscos envolvidos.

Gestão por competências

O desenvolvimento dos servidores na Carreira de Especialista em Meio Ambiente ocorre por meio da progressão funcional/promoção, aplicada a todos os servidores ativos que ainda não alcançaram a última classe/padrão. São requisitos para concessão: interstício de um ano, avaliação de desempenho e capacitação, este apenas no caso da promoção. Considera-se a data de entrada em exercício no cargo para contagem do tempo, Figuras 1.5 e 1.6.

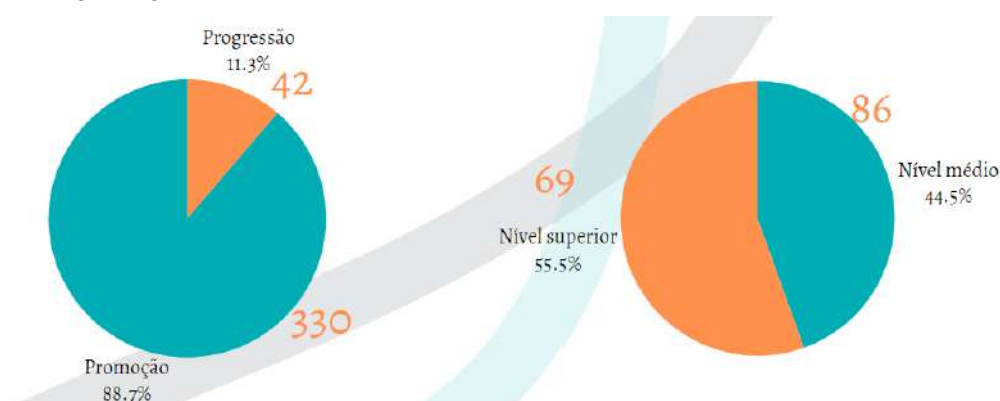


Figura 46 - Quantitativo de progressão/promoção 2023 e quantitativo de Gratificação de qualificação 2023



Concedida aos servidores de cargo efetivo de nível superior e intermediário, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, em retribuição à formação acadêmica e profissional, obtida mediante participação, com aproveitamento, em cursos regularmente instituídos de pós-graduação lato ou stricto sensu, graduação, especialização ou cursos de capacitação ou graduação profissional.

Em 2023, iniciou o 4º Ciclo da Gestão por Competências, com duração de dois anos. Nesse primeiro ano, focou-se na revisão das competências, com o intuito de 1) agrupar competências similares, evitando, assim, duplicidades e reduzindo a quantidade; 2) padronizar a redação do nome e descrição das competências; 3) reavaliar os seus graus de importância; 4) incluir competências já mapeadas, mas não cadastradas em sua unidade; 5) excluir alguma competência que não faz mais parte do mapa da unidade; assim como 6) incluir uma nova competência que ainda não foi mapeada.

No primeiro semestre, a revisão foi realizada pela equipe técnica, reduzindo as competências das gerências de 17 para 15 e mantendo as transversais 18. As competências técnicas foram agrupadas em 35 eixos temáticos e foram reduzidas de 1333 competências para 1059.

No segundo semestre, foi iniciada a segunda etapa da revisão. Em que cada unidade organizacional, por meio de uma planilha online, analisou o mapa de competências da sua unidade, solicitando alguma alteração, exclusão ou sugestão de alguma competência. De 359 unidades organizacionais, 136 realizaram a revisão.

Programa de Gestão de Desempenho – PGD

Indicador Estratégico - Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
100%	95%

Em julho de 2023 foi publicada a nova Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI n.º 24, que estabelece as novas orientações referentes à implementação e execução do Programa de Gestão e Desempenho – PGD, estabelecendo um prazo de 12 meses para cada órgão adequar seu regimento a essa nova IN.

A principal mudança no PGD é a promoção de uma gestão voltada para resultados. CGGP e CGOV estão estudando os melhores meios para implementar uma gestão para resultados e a publicação de uma nova portaria sobre o PGD. Assim, permanece válida a Portaria ICMBIO n.º 512 de 21 de junho de 2022, que institui no PGD no ICMBio na modalidade teletrabalho.

Atualmente, do total de 1753 servidores, 593 estão em teletrabalho, sendo 383 em regime parcial, 212 integral e 9 em integral no exterior.

CAPACITAÇÃO

Certificação junto ao MEC

O Instituto Chico Mendes, através de seu Centro de Formação em Gestão da Biodiversidade – ACADEBio, está em processo de credenciamento junto ao Ministério da Educação – MEC.

Este credenciamento é uma exigência do MEC para este novo momento que o Instituto pretende implementar quanto aos seus processos formativos, oferecer cursos de pós-graduação a partir de suas expertises. Toda instituição de ensino superior – IES precisa passar pelo credenciamento junto ao MEC para dar início a atividades educacionais dessa natureza. Trata-se de um ato regulatório do MEC para assegurar que todas as IES operantes em território nacional estejam alinhadas em critérios estruturais, organizacionais e pedagógicos, cumprindo, assim, os requisitos necessários à oferta de uma formação acadêmica de qualidade.

Desta forma, poderão ser realizados na ACADEBio cursos de pós-graduação que visem o aprimoramento do quadro de servidores do Instituto, bem como de instituições integrantes do Sisnama e pessoal oriundo de grupos sociais estratégicos nos territórios e de organizações parceiras."

Protocolo de intenções com a ENAP

Em novembro de 2023 foi formalizado, via assinatura de um Protocolo de Intenções, o interesse do ICMBio e da Enap em estabelecer as bases de uma cooperação técnica e operacional para a oferta de cursos à distância na EV. G para servidores públicos e cidadãos em temas relacionados ao governo e políticas públicas, com vistas ao fortalecimento da democracia e do serviço público.



Figura 47 – Logo ACADEBio

15.134 pessoas capacitadas em cursos em que o ICMBio é conteudista na plataforma da ENAP. Atualmente são 11 cursos hospedados na EV.G.

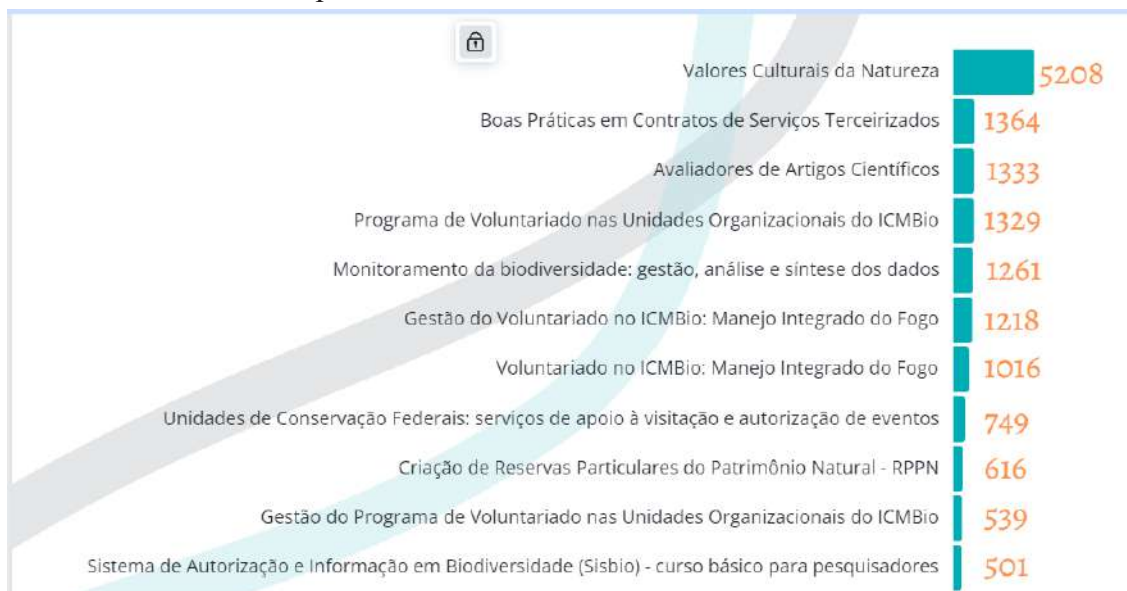


Figura 48 - Quantitativo de Pessoas Capacitadas ICMBio/ENAP

3.427 pessoas capacitadas em cursos promovidos/apoiados pela ACADEBIO em 123 eventos distintos.

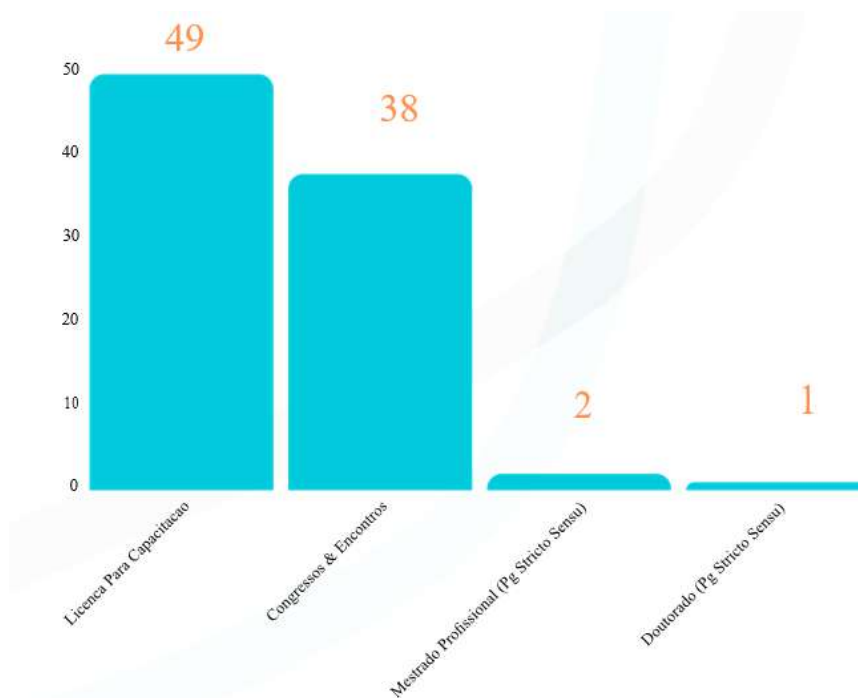


Figura 49 - Quantitativo de Pessoas Capacitadas em Demanda Espontânea

Valores investidos em Capacitação

Deslocamento (passagens)	Curso previsto no PDP	R\$ 1.284.689,23
Deslocamento (passagens)	Demanda Espontânea	R\$ 843.301,26
Deslocamento (diárias e auxílio descolamento)	Cursos previstos no PDP	R\$ 123.202,64
Deslocamento (diárias e auxílio descolamento)	Demanda Espontânea	R\$ 239.600,98
Inscrição em cursos de curta e média duração	Cursos previstos no PDP	R\$ 0,00
Inscrição em cursos de curta e média duração	Demanda Espontânea	R\$ 157.032,35
Contratos	Cursos previstos no PDP	R\$ 841.606,87
Contratos	Demanda Espontânea	R\$ 0,00
GECC	Cursos previstos no PDP	R\$ 1.216.595,30
R\$3.862.727,37		

Serviço de Qualidade de Vida no Trabalho – SEQVT

Em 2022, o Serviço de Qualidade de Vida no Trabalho foi criado a partir da nova estrutura do Instituto. Juntamente com o Serviço, foi estabelecido o arcabouço normativo da Qualidade de Vida. Ainda no ano de 2022, foi criado o Plano de Ação Anual Nacional – PAAN/QVT, que contemplava as ações do Serviço programadas para o segundo semestre de 2022 e para o ano de 2023. Ainda sob o contexto da criação do Serviço e das normas correlatas, ao longo do ano de 2023 foram realizadas diversas atividades previstas no PAAN 2022/2023, como rodas de conversa e atenção aos novos servidores provenientes do último concurso de 2022, atendimentos psicológicos, divulgação das pílulas de conteúdo sobre Qualidade de Vida no Trabalho, fomento e organização da atuação do Mediare dentre outras.

No ano de 2023 foi realizada a primeira oficina já com a Rede QVT oficialmente formada pelos membros previstos na Política de Qualidade de Vida e na Política de Gestão de Pessoas, tendo como resultado o planejamento do PAAN 2024 de modo conjunto e já prevendo ações descentralizadas.

As atividades do Mediare no ano de 2023 envolveram atendimento a 18 unidades organizacionais do ICMBio, em ações de desenvolvimento de equipes e mediações de conflitos. No âmbito desses atendimentos, além dos trabalhos em grupos, também foram realizadas escutas individuais aos membros das equipes, somando mais de 115 horas de escutas. A gestão dos conflitos nas equipes na maior parte dos casos envolveu dinâmicas coletivas de facilitação de diálogos e, em alguns casos, derivou para mediações entre pessoas em conflitos específicos, resultando em mais de 15 horas de mediações.

No campo dos processos formativos, o Mediare promoveu o Curso Prático para Mediadores Institucionais, com duração de 43 horas, dentro de uma estratégia de formação continuada dos mediadores do ICMBio, bem como o Curso de Gestão de Conflitos Interpessoais em Equipes, com carga horária de 50 horas, direcionado especialmente para lideranças, com foco no desenvolvimento de competências para a autogestão de conflitos. Foi ministrado, ainda, o Curso de Gestão das Emoções no Trabalho, com 20 horas de formação on-line, além do Mediare ter participado ativamente do processo de construção do Curso de Pós-Graduação em Manejo Integrado do Fogo, no qual também está previsto o desenvolvimento de competências socioemocionais abordadas pelo Mediare.

A estruturação do Mediare ganhou alicerces mais sólidos em 2023, com a publicação da Portaria n.º 98, de 13 de janeiro de 2023, que estabeleceu competências, conceitos, vinculação programática e a estrutura de funcionamento do Núcleo. Alicerces esses que se fortalecem com a interação próxima que vem ocorrendo com o Comitê de Governança e a sua integração cada vez mais orgânica com a Qualidade de Vida no Trabalho (SEQVT).

O Serviço seguiu responsável por analisar, orientar e dar os devidos encaminhamentos para concessão de licenças para tratamento de saúde do próprio servidor, interlocução com unidades SIASS para marcações de perícias médicas, contemplando licenças para acompanhamento de pessoa da família, licenças à gestante, à/ aos adotante e licenças paternidade, licenças por acidente em serviço, bem como por auxiliar as Gerências Regionais, Centros de Pesquisa e Unidades de Conservação no que tange aos procedimentos relacionados à recepção de atestados médicos e devidos encaminhamentos, assim como por analisar e orientar os servidores

no que tange aos auxílios transporte, natalidade, alimentação, assistência à pré- escola, assistência à saúde suplementar e demais benefícios aos quais os Servidores Públicos Civis da União fizeram jus.

Folha de Pagamento de Pessoal

A folha de pagamento de pessoal do ICMBio é composta em sua maioria por servidores efetivos, aposentados, pensionistas e agentes temporários ambientais, além das chefias sem vínculo. Mensalmente, há um investimento médio de cerca de **R\$ 38 milhões** nessa força de trabalho, o que representou em 2023 R\$ 459.847.612,08 milhões, assim distribuídos:

- Servidores efetivos e sem vínculo (cargo comissionado): **R\$ 253.935.379,60**
- Aposentados: **R\$ 108.306.119,31**
- Pensionistas: **R\$ 12.633.642,15**
- Agentes Temporários Ambientais: **R\$ 84.954.471,02**

Aposentadoria

A aposentadoria seguiu como importante benefício previdenciário concedido ao servidor público federal. No âmbito do ICMBio, foram efetivadas em 2023 o total de 21 (vinte e uma) aposentadorias, distribuídas entre as diversas modalidades: a pedido do servidor, por incapacidade permanente para o trabalho, compulsoriamente e aposentadorias especiais: por exposição a agentes nocivos à saúde e para pessoa com deficiência.

Adicionais de insalubridade e periculosidade

Em 2023, foi possível seguir com a ampliação da concessão dos adicionais ocupacionais aos servidores efetivos e temporários, garantindo assim a indenização devida à exposição ao calor e a agentes químicos, ao trabalho sob condições hiperbáricas e a atividades e operações perigosas com inflamáveis.

No referido ano, o ICMBio destinou R\$ 1.038.076,98 para o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores efetivos, comissionados e temporários, sendo R\$ 603.189,98 (58% do total) para servidores efetivos e sem vínculo (cargo comissionado) e R\$ 434.887,00 (42% do total) para Agentes Temporários Ambientais.

A grande maioria desse montante foi destinada ao adicional de insalubridade.

Quanto à concessão do adicional de periculosidade, foi realizada visita técnica nas unidades de conservação que compõem a Unidade Especial Avançada em Itaituba - UNA Itaituba, para avaliação da atuação dos servidores do ICMBio quanto aos riscos iminentes nas ações de trabalho que possam colocar em risco a sua integridade física ou à sua vida.

Essa ação foi conduzida pela diretora da DIPLAN, a Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas, duas peritas do Exército Brasileiro e agentes de fiscalização do ICMBio. Como resultado, houve a emissão e assinatura, por parte das peritas ambientais, do Laudo Técnico de Avaliação Ambiental, que relata as situações que evidenciam a concessão do adicional de periculosidade. Assim, por meio da alteração da Portaria ICMBio n.º 664/2017 por meio da Portaria n.º 4.300, de 20 de dezembro de 2023, publicada no Boletim de Serviços n.º 91, de 20 de dezembro de 2023 – Extra, foi autorizado o processamento do pagamento do adicional de periculosidade para os servidores do ICMBio sob duas formas e critérios, conforme figurara abaixo.

Permanente e automático:

Ser agente de fiscalização; possuir armamento acautelado e estar em situação regular na atividade de fiscalização

Habitual:

Mediante comprovação por ficha individual de Atividades - FIA específica de periculosidade em decorrência do desempenho de atividades de fiscalização por agentes sem armamento acautelado, bem como demais atividades desempenhadas por servidores do Instituto que evidenciem a existência de periculosidade

Figura 50 – Critérios para pagamento de adicional de periculosidade para servidores do ICMBio de acordo com a Portaria ICMBio n.º 664/2017 por meio da Portaria n.º 4.300, de 20 de dezembro de 2023, publicada no Boletim de Serviços n.º 91, de 20 de dezembro de 2023



Assessoria jurídica na gestão de pessoas

Consoante à Lei 8.112/1990 e demais diretrizes aplicáveis à Gestão de Pessoas, o ICMBio observa o conjunto de regras e princípios estabelecidos ou referendados pelo Governo Federal e órgãos de controle: Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU).

Assim, o ICMBio, Órgão Seccional do SIPEC, aplica as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho (SGPRT) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI. O MGI é o Órgão Central, coordenador de toda a rede SIPEC e responsável pela formulação de diretrizes, orientações normativas, coordenação, supervisão, controle e fiscalização de assuntos concernentes à Gestão de Pessoas do Poder Público Federal.

Dessa forma, são periodicamente realizados apontamentos pelos órgãos de controle e pela Auditoria Interna deste Instituto, solicitando esclarecimentos e adoção das providências cabíveis.

Dentre os apontamentos mais relevantes realizados pelo TCU e CGU em 2023, podemos citar a acumulação irregular de cargos e servidor/empregado mantido em folha de pagamento como inativo, apesar de o respectivo ato de aposentadoria/reforma ter sido julgado ilegal ou inepto.

A avaliação da conformidade nos processos de gestão de pessoas é realizada por meio de indicadores:

1. Monitoramento e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda;
2. Monitoramento e acompanhamento dos registros de informação no Sistema Integrado de Admissões e Concessões – SISAC e E-Pessoal, ambos do TCU;
3. Atendimento as determinações e recomendações dos Órgãos de Controle;
4. Monitoramento dos processos instruídos a título de Reposição ao Erário;
5. Monitoramento de concessões, licenças e benefícios;
6. Análise e manifestação das consultas e casos de conflito de interesse e nepotismo (SECi);
7. Análise e manifestação nas diversas ocorrências relacionadas às atividades dos Agentes Temporários Ambientais; e
8. Elaboração e análise de contratos de licitação nas áreas pertinentes a CGGP;
9. Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no SISAC e E-Pessoal, conforme Instrução Normativa TCU n.º 78, de 21/03/2018.
10. Foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, aposentados e beneficiários de pensão civil, nos termos da Orientação Normativa SGP/MP n.º 5, de 21/2/2013.

Por fim, a assessoria de Gestão de Pessoas atendeu diversas solicitações realizadas na Auditoria Interna, Corregedoria, DIPLAN, Comissão de Ética e no Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18/11/2011.

Cumprir informar que a Assessoria Jurídica da CGGP prestou subsídios à PFE/ICMBio para defesa da Autarquia em Ações Judiciais relacionadas a temática de pessoal e realizou o cumprimento de diversas Decisões Judiciais, que em sua maioria eram relativas ao adicional de insalubridade, percepção de periculosidade e descontos em folha.

Acrescenta-se ainda que dentre as medidas judiciais subsidiadas está o mandado de segurança como a ação de maior relevância, e para garantir o direito líquido e certo de seus impetrantes, essa assessoria respondeu à PFE com muita eficácia e presteza.

Times Volantes

Em 15 de setembro de 2023, foi publicada a Instrução Normativa ICMBio n.º 12, que estabeleceu os procedimentos gerais para a instituição e a utilização do time volante como instrumento de Política de Gestão de Pessoas. Seu objetivo foi substituir as ordens de serviços, portarias e atos semelhantes que alteravam a localidade do exercício ou unidade de vínculo de prestação das atividades pelo servidor.

O time volante é uma equipe composta por servidores constituída, por no máximo 24 meses, para atender a determinado objetivo de interesse institucional, cumprindo atividades pré-estabelecidas em portaria de pessoal individual, sob a coordenação da unidade organizacional interessada. Deve ser definida a modalidade de participação: integral (100% da jornada de trabalho) ou parcial (até 40%).

Com esse instrumento, os servidores permanecem em exercício nas suas unidades de lotação, podendo optar pela modalidade de teletrabalho, conforme determinação da coordenação do respectivo time. Até o fechamento deste Relatório de Gestão já foram publicadas 15 (quinze) portarias de time volante e 41 (quarenta e uma) portarias de pessoal individual.

Gestão da Informação

No ano de 2023, a CGGP consolidou todos os painéis de gestão da informação referentes à Gestão de Pessoas em apenas uma página.

Para ter acesso as diversas informações, o usuário basta clicar no endereço e escolher a temática de seu interesse para visualização dos dados:

- Força de Trabalho
- Agente Temporário Ambiental
- Educação Corporativa
- Competências
- Estágio
- Instrutores
- Remoção
- Teletrabalho e outros.

4.3. GESTÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E PATRIMÔNIO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 20: Promover o uso racional e sustentável dos bens e serviços, com foco na gestão eficiente dos gastos públicos

Indicador Estratégico: Percentual de veículos alienáveis do ICMBio, na Sede e nas unidades descentralizadas, leiloados.	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
55%	8,35%

Patrimônio

Com a publicação do certame no segundo semestre de 2023, dos 215 veículos levantados pelo ICMBio aptos para leilão, 33 veículos foram aceitos pela contratada responsável para publicação e continuidade do leilão.

Desse modo, em 2023, foram leiloados 33 veículos de um passivo de 395 veículos, alcançando um resultado de 8,35% dos veículos alienados, o que gerou uma arrecadação de R\$ 654.570,00 e possibilitou uma gestão mais eficiente dos bens móveis e a arrecadação de recursos ao erário, bem como a mitigação dos riscos de contaminação pelo armazenamento de veículos inservíveis nas unidades de conservação.

Quanto às ações de gestão patrimonial e gestão de suprimentos:

- Levantamento de bens patrimoniais das unidades descentralizadas do ICMBio, visando a implantação do SIADS, totalizando 59.938 itens.
- Inventário de bens patrimoniais da sede do ICMBio, visando a implantação do SIADS, totalizando 10.583 itens.
- Levantamento de bens considerados irrecuperáveis no total de 273 itens e realizado o processo de desfazimento deles.
- Realizados 146 eventos, totalizando o valor de R\$ 1.864.582,35
- Atendimento pelo Almoxarifado Virtual de 5.559 pedidos das unidades do ICMBio, totalizando R\$ 8.061.028,14

Quanto às ações realizadas no âmbito da gestão de frotas:

- Leiloados 33 veículos considerados antieconômicos, arrecadando R\$ 654.570,00
- Levantamento e classificação de veículos considerados antieconômicos, totalizando 232 unidades, aptos para leilão.

c) Atendimento às Unidades do ICMBio via Abastecimento da Frota de veículos, totalizando R\$ 11.034.038,45

d) Atendimento às Unidades do ICMBio via Manutenção da Frota de veículos totalizando R\$ 13.122.658,70

Contratação de Serviços

Quanto às ações realizadas para contratação de serviços no exercício de 2023:

a) Realização de pregão visando a contratação de empresa para operacionalizar “almoxarifado virtual” com valor previsto de R\$ 28.536.769,87

b) Realização de pregão visando a contratação de empresa especializada na manutenção de frota, valor total estimado de R\$ 19.525.790,80.

c) Realização de pregão visando a contratação de empresa especializada em abastecimento de frota, valor total estimado de R\$ 15.423.066,31.

d) Locação de 64 picapes 4x4 para a Amazônia Legal no valor anual de R\$ 8.114.697,72

Pregões realizados	29
Valor total homologado	R\$ 216.533,151,93

Quantidade de Dispensas de Licitações em razão do valor	12
Valor total homologado	R\$ 143.194,75

Quantidade das demais Dispensas de Licitações	2
Valor total homologado	R\$ 7.073.561,72

Inexigibilidades de licitações realizadas	11
Valor total homologado	R\$ 1.071.724,25

Convênios elaborados/assinados	5
Valor total desembolsado	R\$ 64.148,110,55

Aquisição de bens

Quanto às ações realizadas visando a aquisição de bens no exercício de 2023:

a) Ata de Registro de preços firmado em 2023 para aquisição de 22 botes infláveis no valor total de R\$ 18.700.000,00.

b) Aquisição de 11 tratores agrícolas no valor total de R\$ 5.500.000,00.

c) Aquisição de 112 picapes L200 4x4 no valor total de R\$ 5.500.000,00.

Obras e serviços de Engenharia

Quanto às ações realizadas no âmbito de gestão de projetos e obras de engenharia:

a) Realização de 57 obras e manutenções prediais, totalizando R\$ 31.402.575,00

Atividade de Protocolo

Quanto às ações realizadas no âmbito da gestão documental:

a) Processos Digitalizados pelo Arquivo Central totalizando: 882 processos.

b) Documentos digitalizados pelo Arquivo Central totalizando: 22.267 documentos.

c) Processos Classificados de Acordo com o Plano de Classificação da Tabela de Temporalidade do Arquivo Nacional, pelo Arquivo Central totalizando: 5.075 processos.

d) Avaliação de documentos a serem eliminados pelo arquivo central: 499 caixas arquivo padrão

e) Arquivamento físico de documentos pelo Arquivo Central: 4.067 documentos.



4.4. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO 19: Promover a transformação digital com foco na qualidade dos serviços de TI e na disponibilização de informações estratégicas

A transformação digital é um processo que visa adaptar as organizações às novas demandas e oportunidades da era digital, utilizando a tecnologia como um meio para gerar valor, inovação e competitividade.

A Estratégia de Governo Digital (EGD) é a grande norteadora das ações de transformação digital de todos os órgãos federais, com o objetivo de transformar o governo pelo Digital, oferecendo serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis e a um custo menor para o cidadão. Os princípios trazidos pela EGD para a visão de um governo digital são:

- Governo Centrado no cidadão;
- Governo Integrado;
- Governo Inteligente;
- Governo Confiável;
- Governo Transparente e aberto; e
- Governo Eficiente.

O Modelo de governança de Tecnologia da Informação do ICMBio tem como principal instância o Comitê de Governança Digital, composto pelo Presidente e Diretores do instituto. Dentre as ações executadas em 2023, citaremos as principais no tópico abaixo.

Principais iniciativas e resultados:

Aquisição de desktops, monitores e notebooks: a aquisição de 1.000 estações de trabalho, 1.000 monitores extras e 1.000 notebooks visa garantir a renovação de uma parte do parque computacional e atualizar os ativos das unidades de conservação.

- **Aquisição de disco e gavetas para o Storage:** proporcionou o aumento na capacidade de armazenamento e processamento de dados e informações do ICMBio, garantindo a qualidade e disponibilidade dos serviços.
- **Aquisição de desktops e notebooks avançados:** o Instituto é partícipe junto ao Ministério da Gestão nessa contratação - o objetivo é atender a demandas de processamentos avançados, como sistemas de georreferenciamento e imagens.
- **Contrato Multicloud/Serpro:** o contrato multicloud firmado entre o ICMBio e Serpro dá início à jornada de migração para nuvem, aumentando a capacidade de armazenamento e processamento das aplicações, garantindo qualidade, disponibilidade e escalabilidade dos recursos computacionais.
- **Contratação de licenças extras de Office 365 (E1):** a contratação de novos Analistas Temporários Ambientais trouxe a necessidade de incremento das licenças do instituto.
- **Estabilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI:** o SEI foi migrado para um ambiente estável e escalável via contrato Multicloud/SERPRO0, de forma a garantir a disponibilidade do sistema que apresentava problemas de instabilidade e lentidão.
- **Internalização do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI),** com o acompanhamento e implementação de medidas de segurança e privacidade de dados no âmbito do ICMBio.
- **Migração de links de conectividade:** em 2023 foram migrados 38 links de tecnologia satélite para terrestre. Essa troca é significativa, pois a otimização do link possibilita uma grande melhoria de execução nas unidades descentralizadas.
- **Reformulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI:** foi iniciada a elaboração do novo PDTI do ICMBio, orientado por temas, objetivos e resultados-chave.
- **Tablets para SisFamílias:** foram adquiridos 100 tablets para auxiliar no cadastro das famílias de populações tradicionais que se encontram em unidades de conservação de uso sustentável.

Execução Orçamentária

O total das despesas empenhadas apresentou um acréscimo de aproximadamente 11,83% em relação a 2023 em face de novos serviços e repactuações contratuais.

Tipo de Serviço	Valor Empenhado
Manutenção corretiva/Adaptativa e sustentação software	684,00
Equipamentos de TIC - servidores/storage	11.254,00
Material de TIC (permanente)	14.467,00
Equipamentos de TIC - ativos de rede	16.470,47
Instalação de equipamentos de TIC	59.259,00
Serviços técnicos profissionais de TIC	91.262,21
Equipamentos de TIC - impressoras	93.209,31
Telefonia fixa e móvel - pacote de comunicação de dados	128.689,95
Computação em nuvem - infraestrutura como serviço (IAAS)	152.680,44
Emissão de certificados digitais	173.051,06
Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	293.367,43
Comunicação de dados e redes em geral	395.543,02
Locação de softwares	2.526.014,44
Suporte a usuários de TIC	2.636.300,43
Locação de equipamentos de TIC - ativos de rede	2.762.001,99
Equipamentos de TIC - computadores	6.585.241,81
Suporte de infraestrutura de TIC	10.429.037,68
Total Geral	26.368.534,24

Quadro 03 – Despesas empenhadas



Figura 51 - Execução Orçamentária - Tipo de Serviço

Quadro – 04 – Tipos de despesa

Tipo de Despesa	Valor Empenhado
Despesas correntes	19.647.891,65
Investimentos	6.720.642,59
Total Geral	26.368.534,24

Contratações mais relevantes de recursos de Tecnologia da Informação

O contrato firmado com a empresa pública TELEBRÁS, que fornece os serviços de links de conectividade às unidades descentralizadas do ICMBio atingiu o valor aproximado de 10 milhões de reais. A aquisição de estações de trabalho e notebooks foi o contrato de aquisição mais relevante, possibilitando a aquisição de 1.000 estações de trabalho, 1.000 monitores extras e 1.000 notebooks.

Indicador Estratégico: Número de sistemas finalísticos desenvolvidos por ano.	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
4	2

A inexistência de contrato de prestação de serviços de desenvolvimento de software no Instituto desde meados de 2022 prejudicou a execução de novos projetos de desenvolvimento. Mesmo diante desse cenário, alguns projetos puderam ser entregues, tais como: a nova versão do SISfamílias, que trata da gestão socioambiental das famílias que vivem nas unidades de conservação federais, e o aplicativo do Monumento Natural das Ilhas Cagarras, que visa divulgar e valorizar a unidade de conservação marinha.

Indicador Estratégico: Percentual de ampliação da capacidade de armazenamento e processamento de dados do ICMBio	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
40%	40%

Em 2023 foram realizadas 2 ações estratégicas que garantiram a ampliação da capacidade de armazenamento e processamento de dados do ICMBio. A primeira delas foi a contratação Multicloud/Serpro que possibilitou a ampliação do ambiente e a estabilização do sistema SEI que apresentava condições críticas de disponibilidade. Também houve a aquisição de disco e gavetas para o storage principal, ampliando a capacidade de armazenamento do ambiente *on premise* do Instituto.

Indicador Estratégico: Número de entregáveis referentes à implementação do plano digital no MMA e vinculadas	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
3	2

O principal gargalo para a execução dos itens do Plano Digital pactuado é a inexistência de contrato de prestação de serviços de desenvolvimento de software no Instituto. A maioria dos itens pactuados pressupõe ações que envolvem migrações, integrações e desenvolvimento de sistemas de informação. A expectativa pela Intenção de Registro de Pregos n.º 17/2022, da Central de Compras do Ministério da Economia, inicialmente prevista para 1ª quinzena de março de 2023 foi frustrada com as constantes prorrogações do certame que só ocorreu em dezembro de 2023 e tem perspectiva de disponibilização da Ata de Registro de Preços em fevereiro de 2024. Em que pese a falta de empresa especializada, em 2023 foi disponibilizado o primeiro aplicativo na loja gov.br pelo ICMBio: Monumento Natural das Ilhas Cagarras. Também foram migrados 5 portais internos para o gov.br. Dessa forma, foram realizadas entregas em dois itens pactuados.

Principais desafios e ações

- Ampliar e estimular o uso de ferramentas lowcode: o uso de lowcode no ICMBio tem demonstrado um excelente custo-benefício no desenvolvimento de soluções não complexas, sugerindo o fomento do uso.
- Continuidade das ações do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI): a fim de elevar a maturidade e a resiliência do instituto, em termos de privacidade e segurança da informação.
- Retomada dos projetos de desenvolvimento de sistemas: após quase 2 anos da ausência de contrato de prestação de serviços de desenvolvimento de software no Instituto, há perspectiva de homologação de Ata de Registro de Preços - no processo conduzido pela Central de Compras do Ministério da Gestão - em fevereiro de 2024.
- Nuvem 3.0: contratação conjunta com o Ministério da Gestão - MGI - [visa a contratação de serviços de computação em nuvem através de um broker multicloud](#).
- Fortalecimento do quadro de pessoal de TI: um dos grandes desafios na atual Coordenação-Geral de TI é o diminuto quadro de colaboradores – é necessária a reavaliação e melhoria na estrutura de cargos/funções e da ampliação do quadro de pessoal de TI.
- Reformulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI: foi iniciada a elaboração do novo PDTI do ICMBio, orientado por temas, objetivos e resultados-chave.
- Satélites de baixa órbita: estudo de uso de satélites de baixa órbita em substituição dos links satelitais com banda Ka a fim de prover a melhoria das conexões nas unidades de conservação.
- Solução integrada de infraestrutura: implantação de solução a fim de manter o ambiente on-premise estável e disponível durante a jornada de migração para nuvem.

Indicador Estratégico: Quantidade de kits de auto de infração eletrônico distribuídos para os fiscais do ICMBio	
Meta 2023	
Previsto	Realizado
700	615

A utilização de aparelhos celulares e impressoras portáteis permite que os fiscais imprimam os autos de infração no local da ocorrência, agilizando o processo e evitando a necessidade de retornar ao escritório para concluir a documentação.

A utilização de tecnologia também permite a integração dos dados coletados com sistemas de gestão ambiental, facilitando o acompanhamento das infrações e o monitoramento da aplicação das penalidades.

Por fim, a transição para o uso de smartphones e impressoras portáteis reduziu significativamente o volume de papel utilizado, contribuindo para a redução do impacto ambiental e a otimização dos recursos, trazendo inovações e melhorias significativas no desempenho das atividades de fiscalização ambiental, proporcionando maior eficiência, agilidade e precisão nas autuações em campo.

4.5. GESTÃO DE RECURSOS EXTERNOS

Objetivo Estratégico 19: Promover a transformação digital com foco na qualidade dos serviços de TI e na disponibilização de informações estratégicas

Monitoramento e Avaliação da Gestão de Unidades de Conservação (DMAG – SAMGE)

Gestão da Informação e transparência:

- 11 painéis BI alimentados e/ou criados em 2023 no âmbito dos recursos externos;
- Painel de informações do Rappam;
- Contribuições ao SNUC e Sisnama;
- Curso Samge para 88 pessoas de diferentes órgãos do Sisnama.

Desenvolvimento tecnológico:

- Início do aprimoramento do sistema Samge;
- Aplicação da Interface de Planejamento Samge (IPS) para cerca de 140 unidades de conservação.

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmM5NGY3MDctOGVhMi00NmM5LWI3OGYtNmY5NG-M2NmZmNWNjIiwidCI6ImMxNGUyYjU2LWM1YmMtNDNiZC1hZDIjLTQwOGNmNmN-jMzU2MCJ9>

Parcerias:

- 138 em execução, das quais 58 iniciadas em 2023 e 31 monitoradas;
- IN 14/2022 em revisão;
- Funbio é o parceiro mais recorrente e com maior interação.



Figura 51 - Macroprocessos vinculados

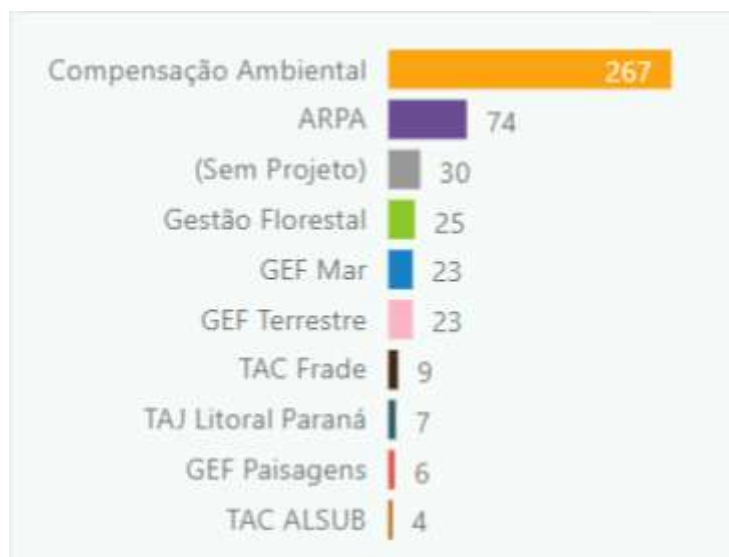


Figura 52 - Quantidade de UCs por projeto

Projetos de Captação Internacional

Tabela 08 - Projetos de Captação Internacional

Projeto	Maior execução em valor absoluto	UO/ Macroprocesso	Maior execução em %	UO / Macroprocesso
Arpa	R\$ 5,4 milhões	NGI Terra do Meio - Suporte Operacional	100%	Resex Rio Ouro Preto Suporte Operacional
GEF-Mar	R\$ 2,3 milhões	DIBIO - Espécies Ameaçadas, Monitora	100%	CGPT – Capacitação CGSAM - Gestão participativa APA Costa dos Corais - Suporte Operacional
GEF-Terrestre	R\$ 4 milhões	DIBIO - Espécies Ameaçadas	83%	NGI Ararinha Azul - Plano de Manejo
Gestão Florestal	R\$ 1,3 milhão	Flona Jamari - Implementação da UC	98%	Flona Crepori - Implementação da UC
Paisagens Sustentáveis (ASL)	R\$ 3.342.240,72	Restauração Ecológica/ Produção de Uso Sustentável	73%	FLONA Bom Futuro; RESEX Chico Mendes
Pró-Espécies	R\$ 2.704.319,91	Estratégias para Conservação de Espécies	100%	CGCON e CGPEQ – Bolsa de Pesquisa
BRA	R\$ 770.627,56	Consolidação Territorial, Pesquisa e Conservação da Biodiversidade	56% 32%	CGPT - Regularização Fundiária COMOB - Monitoramento
POP	Início execução 2024	Início execução 2024	Início execução 2024	Início execução 2024

Conversão de Multas:

- Instrução normativa revisada publicada em 29/12 – IN 06/2023;
- R\$ 72 milhões em projetos elaborados, 1% ou R\$ 713 mil com *reporte* de execução até o momento.
- Edital de projetos prorrogado para 12/2024.



Figura 52 - Power BI Conversão de Multas

Compensação Ambiental

Comissão Permanente de Compensação Ambiental – CPCAM

Em 2023, foram realizadas um total de **4 (quatro) reuniões** da CPCAM, sendo uma reunião ordinária e três reuniões extraordinárias. As memórias destas reuniões, assim como das demais reuniões da Comissão desde a instituição, estão registradas nos autos do processo 02070.004097/2020-83.

Das reuniões realizadas, foram elaboradas propostas, posteriormente aprovadas pelo CCAF, com a destinação e/ou realocação de recursos da ordem de **R\$ 324 milhões**.

Sobre a CPCAM, ressalta-se ainda quanto à alteração da composição dos membros titulares e suplentes, conforme a Portaria ICMBio n.º 3190, de 15 de setembro de 2023

Celebração de Termos de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA

Em 2023 foram celebrados 23 (vinte e três) Termos de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, sendo 21 (vinte e um) na modalidade de execução com depósito no Fundo de Compensação Ambiental – FCA e 2 (dois) na modalidade de execução direta.

Quadro 04 - Resumo do valor global distribuído por ação de aplicação

Ação	Valor (R\$)
Plano de Manejo	8.291.123,59
Implementação da UC	44.027.539,55
Regularização fundiária	71.985.102,50
Total Geral	124.303.765,64



Planejamentos Compensação Ambiental

Iniciativas estruturantes (Destinações)

Foi elaborado um plano de diretrizes para subsidiar a formulação das propostas de destinação e/ou realocação de recursos, composto por iniciativas estratégicas apresentadas pelas unidades organizacionais de cada uma das Diretorias que compõem a atual estrutura organizacional do Instituto Chico Mendes, assim como por demandas das unidades de conservação que foram consolidadas pelas respectivas Gerências Regionais.

Planejamento Anual de Execução – PAE 2024 do FCA

Processo de planejamento iniciado em julho de 2023 que contou com a participação direta de 138 unidades de conservação distribuídas por todo o território nacional, além das instâncias regionais e da sede do Instituto Chico Mendes.

O PAE 2024 totaliza um valor estimado de R\$ 178.065.493,86 (cento e setenta e oito milhões, sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos), sendo R\$ 70.440.463,15 em bens e 107.625.030,71 em serviços, beneficiando 176 unidades de conservação.

Planejamento Anual de Execução – PAE 2024 do FCA – Resumo Resultado

Ação de aplicação	Valor planejado (R\$)
Regularização Fundiária	44.893.050,00
Plano de Manejo	9.833.000,00
Implementação de UC	113.209.110,71
Pesquisa	10.130.333,15
Total planejado	178.065.493,86

Serviços planejados	Valor planejado (R\$)
Demarcação e sinalização	25.753.050,00
Obras ou Serviços comuns de Engenharia	17.783.312,58
Vistoria de imóveis	14.130.000,00
Gerenciamento de Frota	10.904.934,22
Convênio com Fundação de Amparo à Pesquisa	10.117.402,73
Eventos	8.453.140,77
Projetos de Engenharia	5.624.159,99
Levantamento de dados cartoriais	5.010.000,00
Passagens aéreas	4.736.230,42
Locação de embarcação	4.098.800,00
Locação de aeronaves	803.500,00
Locação de veículos	210.500,00
Total (Serviços)	107.625.030,71

Bens planejados	Valor planejado (R\$)
Veículos	40.614.848,88
Embarcações	9.606.957,00
Informática	6.704.565,00
Máquinas e Implementos	2.435.734,12
Armadilhas Fotográficas	1.921.500,00
Drones	1.920.000,00
Mobiliário	1.878.784,00
Material de consumo	1.830.471,15
Eletrodomésticos	1.575.328,00
Radiocomunicação	1.337.500,00
Eletrônicos	614.775,00
Total (Bens)	70.440.463,15

Novos aportes FCA em 2023

Em 2023, até outubro foram depositados R\$ 375.458.032,70 no FCA, conforme quadro abaixo:

Ação	Aporte (R\$)
Regularização fundiária	228.072.531,44
Plano de manejo	13.791.537,27
Implementação da UC	132.493.616,61
Criação de UC	73.488,25
Pesquisa	1.026.859,17
TOTAL	375.458.032,75

Valores executados pela compensação ambiental em 2023

Em R\$	FCA	OGU	Direta	Total
Regularização fundiária	38.365.255,49	-	20.222.010,63	58.587.266,12
Bens	1.600.836,50	-	-	1.600.836,50
Serviços	2.719.874,28	3.519.145,59	130.103,55	6.369.123,42
TOTAL	42.685.966,27	3.519.145,59	20.352.114,18	66.557.226,04

Detalhamento valores executados pela compensação ambiental em 2023

Regularização fundiária	UC	Executado (R\$)
FCA	4	38.365.255,49
Direta	1	20.222.010,63
TOTAL		58.587.266,12

Bens*	Quant.	UC	Executado (R\$)
Camionetes 4x4	4	4	1.243.704,00
Veículo compacto	1	1	344.724,00
Microtrator agrícola	1	1	12.408,50
TOTAL			1.600.836,50

Serviços	Modalidade	UC	Executado (R\$)
Locação de rádios	FCA	6	345.000,00
locação de aeronave		1	633.084,44
Projeto expos. Interpretativa		1	285.732,32
Diárias		24	1.038.065,71
Passagens aéreas		25	417.991,81
Aquisição de combustível	OGU	88	2.003.999,61
Manutenção de veículos		62	1.429.552,40
Obras		1	85.593,58
Obras	Direta	1	130.103,55
TOTAL			6.369.123,42

Novo modelo de execução dos recursos do FCA

No segundo semestre de 2023 foi reunido um Grupo de Trabalho envolvendo Caixa Econômica Federal e Instituto Chico Mendes visando aprimorar os processos do Fundo. Os resultados foram bastante promissores, sinalizando uma mudança de patamar na execução dos recursos do FCA a partir de 2024.

- a) Mudança no entendimento jurídico da CEF sobre o fundo
 - Permitir seleção de executor externo à Caixa que não seja uma instituição financeira oficial regional.
 - Alterar o enquadramento das contratações do FCA do regime administrativo para o concorrencial
- b) Manual de Compras e Contratações FCA
- c) Novo modelo de Contrato de Prestação de Serviços
- d) Pagamento de contratos ICMBio em caráter emergencial

Resumo de Projetos Captação Internacional e compensação ambiental:

Tabela 13 - Projetos Captação Internacional e compensação ambiental

Projetos Captação Internacional e compensação ambiental. Projeto	Doador	Agência Execu-tora	Nº de Unidades	Executado em 2023	Valor destinado ao ICMBio no ciclo de planejamento R\$	Desafio Execu-ção ICMBio 2024 (planejado) ³
Arpa	Múltiplos	FUNBIO	74	R\$ 36.016.197,36	R\$ 62.352.887,76 ¹	R\$ 80.605.751,26 ²
GEF-Mar	GEF	FUNBIO	22	R\$ 6.836.712,94	R\$ 17.407.148,50 ¹	R\$ 23.770.000,00 ²
GEF-Terrestre	GEF	FUNBIO	22	R\$ 17.117.166,71	40082795,80	R\$ 19.310.849,1 ²
Gestão Florestal	Governo Alemão	ICMBio	24	R\$ 6.949.150,41	R\$ 9.304.450,20	R\$ 13.465.00,00 ³
Paisagens Susten-táveis (ASL)	GEF	CI-Brasil	6	R\$ 4.855.152,96	R\$ 5.479.220,61	R\$ 25.965.125,00
Pró-Espécies	GEF	WWF-Brasil	11 Centros de Pesquisa	R\$ 2.704.319,91	R\$ 2.704.319,91	R\$ 2.014.956,00
POP	Múltiplos	FUNBIO	UNA Itaituba Ramsar Baixo Rio Negro	0,00	0,00	R\$ 15.616.000,00 ²
BRA	Múltiplos	PNUD	Encerrado	R\$ 770.627,56	R\$ 798.463,71	Encerrado
Compensação ambiental	-	Caixa		R\$ 66.567.226,42	-	R\$ 178.065.493,86 ²
Total				R\$ 141.843.544,26	R\$ 276.258.573,04	R\$ 358.813.175,22

Detalhamento de execução de recursos externos em 2023 por despesa específica

Projetos Captação Internacional e compensação ambiental
 * serviços de restauração florestal na Amazônia

Tabela 14 - Projetos Captação Internacional e compensação ambiental

Despesas Elegíveis	ARPA	GEF Mar	GEF Terrestre	Gestão Florestal	ASL	GEF Pró-Espécies	PNUD	TAJ Litoral	Compensação ambiental	TOTAL	%
Aquisição de terras									R\$ 58.587.266,12	R\$ 58.587.266,12	43,91%
Contratação de Serviços(P)	R\$ 10.047.541,14	R\$ 1.253.570,55	R\$ 3.575.509,07	R\$ 766.138,81	R\$ 6.696.320*		R\$ 320.982	R\$ 75.819,11	R\$ 1.263.816,76	R\$ 16.982.395,44	12,73%
Bens	R\$ 1.833.788,20	R\$ 1.316.591,56	R\$ 8.027.446,02	R\$ 5.469.496	R\$ -		R\$ -	R\$ 1.184.853,88	R\$ 1.600.836,50	R\$ 13.963.516,16	10,47%
Diárias	R\$ 6.212.835,81	R\$ 1.418.371,61	R\$ 1.047.694,00	R\$ 5.038	R\$ -		R\$ 298.505	R\$ 88.100,00	R\$ 1.038.065,71	R\$ 9.806.067,13	7,35%
Combustível	R\$ 4.053.072,84	R\$ 289.204,00	-	-	R\$ -		R\$ -	R\$ 33.750,01	R\$ 2.003.999,61	R\$ 6.380.026,46	4,78%
Manutenção	R\$ 3.113.904,63	-	-	-	R\$ -		R\$ -		R\$ 1.426.552,40	R\$ 4.540.457,03	3,40%
Bolsa de Pesquisa	R\$ 1.038.180	R\$ 827.328,59	R\$ 3.534.960,00	-	R\$ -	R\$ 2.704.319,91	R\$ -			R\$ 7.066.608,50	5,30%
Contratação Pessoa Física	R\$ 3.060.914,96	R\$ 724.969,27	R\$ 278.027,97	-						R\$ 4.063.932,20	3,05%
Passagem	R\$ 1.793.343,42	R\$ 758.961,00	R\$ 506.449,13	-	R\$ -		R\$ 151.139	R\$ 19.337,98	R\$ 417.991,81	R\$ 3.502.113,34	2,62%
Obra	R\$ 1.622.988,80	-	-	R\$ 843.789,53	R\$ -		R\$ -			R\$ 2.156.697,13	1,62%
Pequenos Gastos	R\$ 2.223.074,09	R\$ 164.821,86	R\$ 146.750,52	R\$ 87.339,42				R\$ 3.639,00		R\$ 2.625.634,89	1,97%
Alimentação	R\$ 2.043.743,48	R\$ 82.861,70	-	-				R\$ 21.000,01		R\$ 2.152.605,19	1,61%
não classificado				R\$ 1.070.932,60						R\$ 1.070.932,60	0,80%

5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ICMBio

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964, notas explicativas e a declaração do contador, encontram-se disponibilizados na página do ICMBio, conforme lista de hiperlinks informados na Tabela 1 – Localização Demonstrações Contábeis do ICMBio.

Quadro 09 - Localização Demonstrações Contábeis do ICMBio

Descrição	Localização (Link)
Balanco Orçamentário	https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/documento-2023/bgu_bo_anual.pdf
Balanco Financeiro	https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/documento-2023/bgu_bf_anual_orgao44207.pdf
Balanco Patrimonial	https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/documento-2023/bgu_bp_anual_orgao44207.pdf
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/documento-2023/bgu_dfc_anual_orgao44207.pdf
Demonstrações das Variações Patrimoniais	https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/documento-2023/bgu_dvp_anual_orgao44207.pdf
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/documento-2023/nota_explicativa_orgao_44207_2023_4t_.pdf
Declaração do Contador	https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/documento-2023/declaracao_anual_do_contador_2023.pdf

5.2. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Objetivo Estratégico 21: Promover uma gestão orçamentária e financeira alinhada ao planejamento estratégico integrado com as entidades vinculadas.

5.2.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.2.1.1 – BALANÇOS ORÇAMENTÁRIOS

No presente tópico serão demonstradas as receitas e despesas previstas e realizadas e o saldo apurado, correspondente ao excesso ou insuficiência de arrecadação, bem como as despesas por categorias, discriminando dotação inicial, atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

5.2.1.1.1. - Arrecadação

Receitas Totais

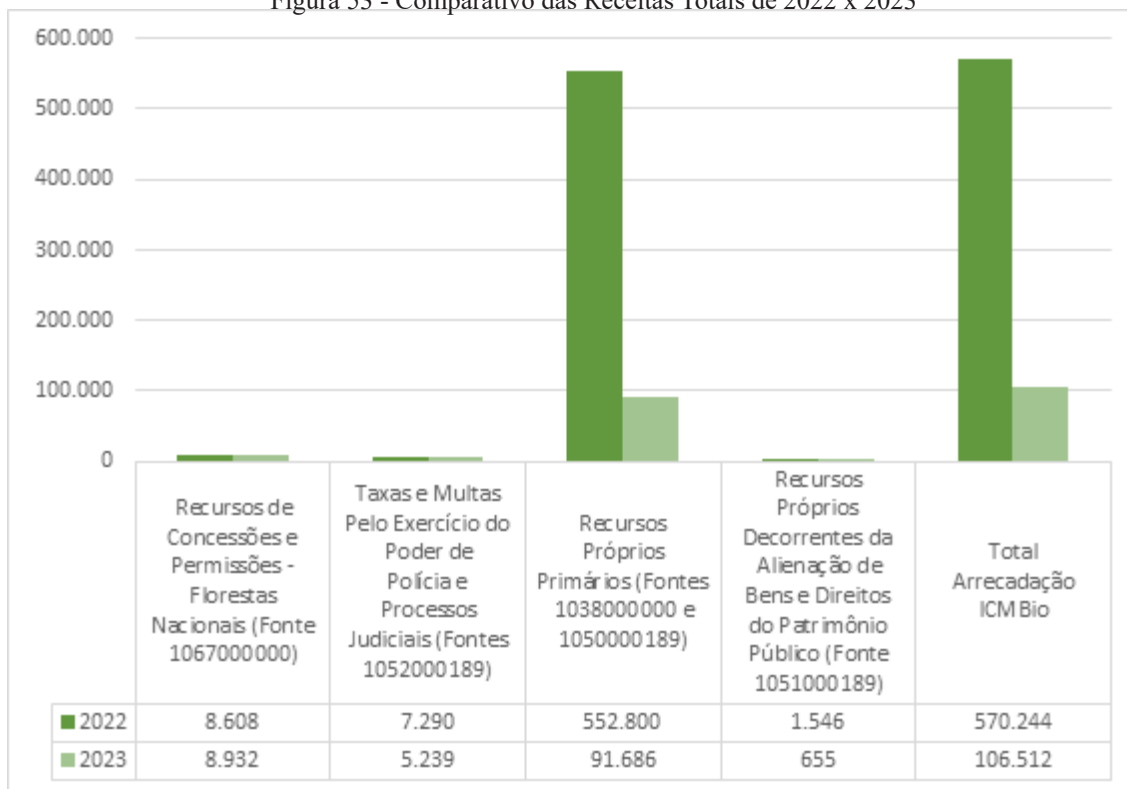
Na Tabela 16 – Receitas Totais (Exercícios 2023 e 2022) e Figura 53 - Comparativo das Receitas Totais

de 2022 x 2023 são demonstrados, de forma agrupada pelas principais receitas, os valores arrecadados nos exercícios de 2023 e 2022.

Tabela 16 - Receitas Totais (Exercícios 2023 e 2022)

Arrecadação por Fonte de Recurso	2023	2022	Variação % 2023/2022
Recursos de Concessões e Permissões - Florestas Nacionais (Fonte 1067000000)	8.932	8.608	3,76%
Taxas e Multas Pelo Exercício do Poder de Polícia e Processos Judiciais (Fontes 174 e 186)	5.239	7.290	-28,14%
Recursos Próprios Primários (Fontes 150 e 170)	91.686	552.800	-83,41%
Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público (Fonte 163)	655	1.546	-57,65%
Total Arrecadação ICMBio	106.512	570.244	-81,32%

Figura 53 - Comparativo das Receitas Totais de 2022 x 2023



→ R\$ mil

Considerando a significativa arrecadação de recursos no exercício de 2022, a qual representou a maior arrecadação histórica no âmbito do ICMBio, o comparativo com a arrecadação do exercício de 2023 tornou-se prejudicada. De todo modo, quando comparado aos últimos exercícios (excetuando-se o de 2020, em virtude da crise econômica provocada pela pandemia), verifica-se que as receitas se mantiveram próximas, havendo uma pequena redução do ano de 2023 tendo em vista a baixa arrecadação de receita das autorizações de licenciamentos ambientais, bem como da alteração do percentual de repasse dos valores das multas ambientais ao ICMBio, os quais serão esclarecidos em tópicos abaixo

Tabela 17 - Maiores Arrecadações – Exercícios 2023, 2021 e 2019

Maiores Arrecadações	2023	2021	2019
Concessões e permissões florestas nacionais (Fonte 1067000000)	8.932	7.701	3.813
Taxas, multas (Fonte 1052000189)	5.239	7.406	4.792
Recursos próprios primários (Fontes 1038000000 e 1050000189)	91.686	128.184	131.279
Recursos alienação de bens móveis Público (Fonte 1051000189)	655	985	-
Total	106.512	144.276	139.884

R\$ mil

As receitas de concessão e permissões nas FLONAS (fonte 1067000000) correspondente ao repasse de 40% ao ICMBio do excedente de arrecadação pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB, pertinente à cobrança das receitas oriundas dos preços da concessão florestal de unidades localizadas em Fonas criadas pela União, conforme preconiza o art. 39, §1º, inciso II da Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006. Representou 8,39% do total arrecadado no exercício de 2023. Comparado ao ano de 2022, houve um acréscimo de 3,76%.

Os recursos oriundos das multas ambientais (fonte 1052000189) representaram 4,92% do total arrecadado em 2023, com um decréscimo de -28,14% em relação ao exercício de 2022. Justifica-se pela alteração trazida pelo Decreto nº 11.373/2023 ao art. 13º do Decreto nº 6.514/2008, com o aumento do repasse da receita de multa ambiental ao Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, de 20% para 50%, com a consequente redução de arrecadação pelo ICMBio. Todavia, se comparado o montante total de receita de multas ambientais, o exercício de 2023 apresentou a arrecadação de R\$ 10.644.796,86, enquanto em 2022 foi arrecadado R\$ 9.573.425,98, representando um aumento de 11,19%.

Outro ponto importante a ser destacado refere-se ao aumento da arrecadação mediante a cobrança direta realizada pelo ICMBio, representando 72,27% (R\$ 7.692.572,97), enquanto 27,73% (R\$ 2.952.223,89) provêm de cobrança efetuada pela Advocacia Geral da União, mediante repasse dos pagamentos de débitos inscritos em Dívida Ativa da União. Em 2022, os percentuais representaram respectivamente 52% e 48%.

As receitas de recursos próprios (fontes 1038000000 e 1050000189), responsáveis pelas arrecadações decorrentes das concessões de serviços, áreas ou instalações em unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental, à recreação em contato com a natureza e as autorizações de supressão vegetal - ASV, representam as principais fontes de receita do ICMBio, responsável por expressivos 86,08% do total arrecadado em 2023, porém, com um decréscimo de -83,41% em relação ao exercício de 2022. A principal justificativa refere-se à celebração do contrato de concessão nº 001/2022 firmado entre o ICMBio e a concessionária URBIA CATARATAS S.A, com o repasse de outorga fixa no valor de R\$ 375.000.000,00, enquanto não houve novas concessões para o exercício de 2023. Entretanto, as receitas de Arrendamentos, Visitação em Unidades de Conservação e Concessão contabilizaram o montante de R\$ 83.098.133,62, enquanto a arrecadação de 2022, desconsiderando a citada outorga, contabilizou R\$ 71.650.603,40, acréscimo de 15,97% em 2023.

Outro fator importante a ser destacado refere-se à significativa redução de receita de licenciamento ambiental. Apesar da proximidade de arrecadação dos valores de avaliação e análise (R\$ 485.947,01 em 2023 e R\$ 631.138,14 em 2022), etapa anterior à concessão da autorização de supressão vegetal e respectivo pagamento indenizatório, em 2023 as receitas de licenciamento ambiental foram em torno de R\$ 6.720.271,28, enquanto a arrecadação de 2022 contabilizou R\$ 100.892.018,79.

Já os recursos decorrentes da alienação de bens e direitos do patrimônio público representam 0,61% do total arrecadado em 2023, com um decréscimo de 57,65% ao arrecadado no exercício de 2022.

Por fim, na Tabela 18 - Receitas (Principais Unidades Arrecadoras – 2022) são listadas as Unidades de Conservação que mais arrecadaram no exercício de 2023.

Tabela 18 - Receitas (Principais Unidades Arrecadoras – 2023)

Unidades de Conservação	2022
Parque Nacional da Tijuca - RJ	56.005
Parque Nacional do Iguaçu - PR	18.895
Floresta Nacional de Carajás - PA	4.398
Parque Nacional de Brasília - DF	3.354
Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha - PE	3.118
Floresta Nacional de Saracá-Taquera - PA	1.673
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros - GO	619
Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha - PE	547
Total	88.609

→ R\$ mil

5.2.1.1.2. - Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

Conforme Tabela 19 – Consolidado da Despesa Orçamentária e Financeira no exercício de 2022, Figura 54 - Execução Orçamentária da Despesa, e Gráfico 3 - Despesa Empenhada, Liquidada e Paga, são apresentados os valores executados no exercício de 2022.

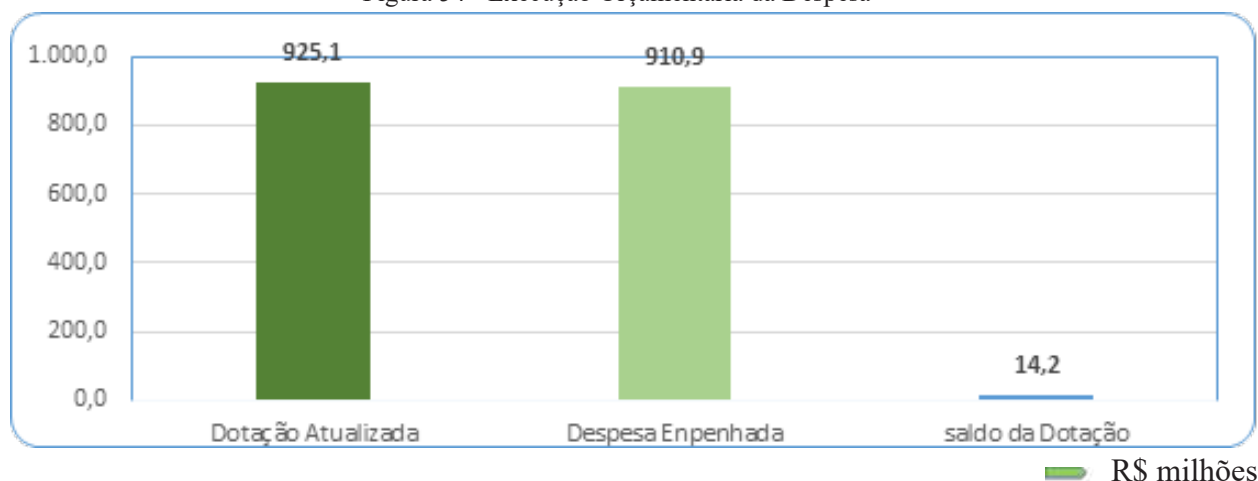
Tabela 19 – Consolidado da Despesa Orçamentária e Financeira no exercício 2023.

Despesa Orçamentária	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
Despesas correntes	875.236	861.048	827.025	779.166	14.187
Pessoal e encargos	449.857	436.970	436.744	404.051	12.886
Outras despesas	425.378	424.078	390.280	375.115	1.300
Despesa capital	49.878	49.870	26.050	26.050	8
Investimentos	49.817	49.808	25.988	25.988	8
Inversões Financeiras	61	61	61	61	-
Total	925.115	910.919	853.075	805.216	14.195

→ R\$ mil

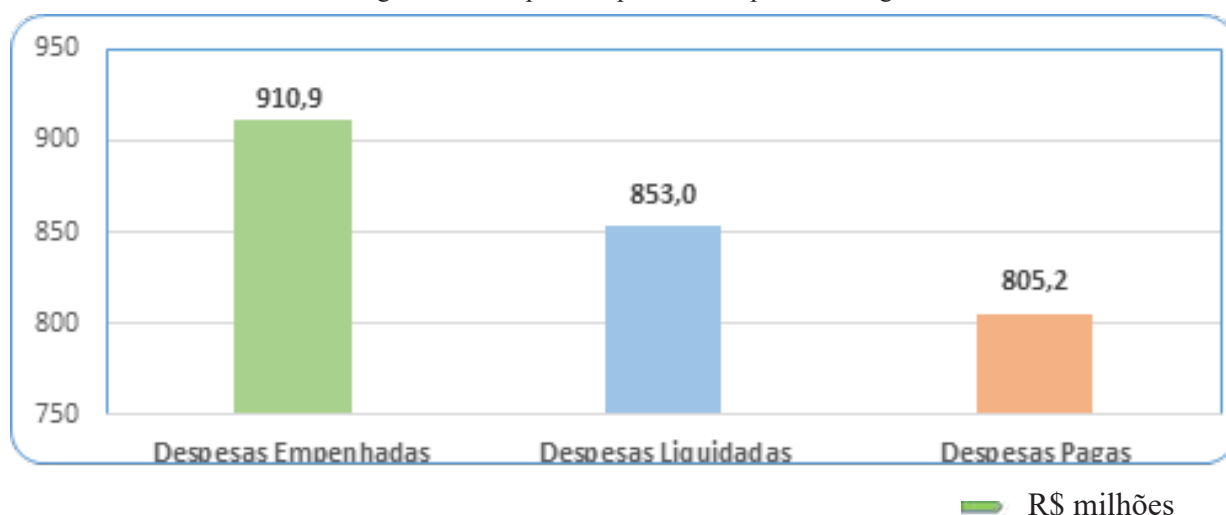
A dotação orçamentária consignada ao ICMBio no exercício de 2023 apresentou valor final de aproximadamente R\$ 14,2 milhões.

Figura 54 - Execução Orçamentária da Despesa



A despesa empenhada corresponde a R\$ 910,9 milhões, aproximadamente 98,4% da dotação atualizada de R\$ 925,1 milhões. Desta forma, o saldo da dotação orçamentária foi de R\$ 14,2 milhões.

Figura 55 – Despesa Empenhada, Liquidada e Paga



Das despesas empenhadas no valor de R\$ 910,9 milhões, R\$ 853,0 milhões foram liquidados e R\$ 805,2 milhões pagos.

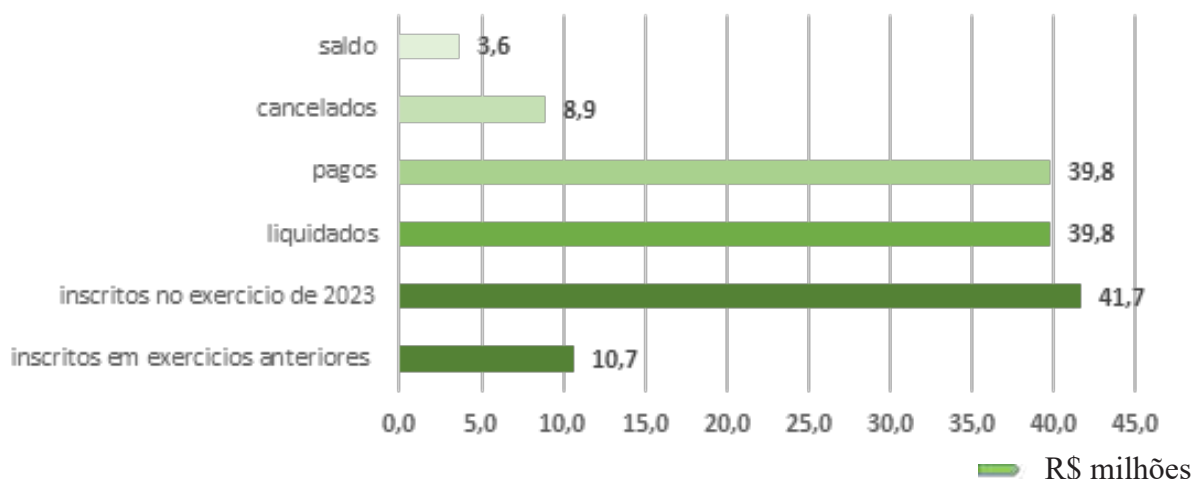
Restos a Pagar

Restos a pagar são as despesas empenhadas em determinado ano, mas não pagas até o fim do mesmo exercício orçamentário, em 31 de dezembro. Se a despesa foi empenhada e liquidada, isto é, de fato realizada, ela passa a ser inscrita como resto a pagar processado. Se não foi liquidada, vira resto a pagar não processado.

Evolução de Restos a Pagar não Processados em 2023

No início do exercício de 2023, o saldo inicial inscrito em contas orçamentárias de restos a pagar não processados foi de aproximadamente R\$ 52,4 milhões. A evolução no período está representada conforme Figura 56 – Evolução de Restos a Pagar não Processados.

Figura 56 – Evolução de Restos a Pagar não Processados



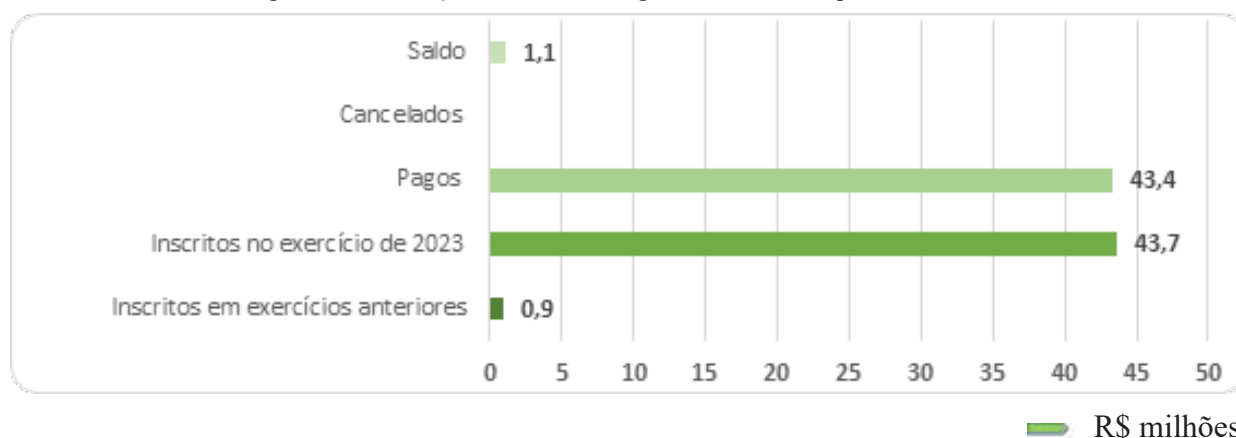
Atualmente, o saldo remanescente de restos a pagar não processados, a liquidar e a pagar é de aproximadamente R\$ 3,6 milhões.

Evolução de Restos a Pagar Processados Liquidados em 2023

Do mesmo modo, a evolução dos restos a pagar processados e dos não processados, que foram liquidados no período, encontra-se demonstrada no Gráfico 5 – Evolução de Restos a Pagar Processados liquidados em 2023.

Do mesmo modo, a evolução dos restos a pagar processados e dos não processados, que foram liquidados no período, encontra-se demonstrada no Figura 57 – Evolução de Restos a Pagar Processados liquidados em 2023.

Figura 57 – Evolução de Restos a Pagar Processados liquidados em 2023



O valor inscrito em exercícios anteriores, somado com os inscritos no final de 2023 perfazem, aproximadamente, um total de R\$ 44,6 milhões. Permanece um saldo a pagar de R\$ 1,1 milhões de restos a pagar processados.

Estoque de Restos a Pagar para o início do exercício de 2024

Para o início de 2024 permanecem inscritos os seguintes valores em restos a pagar: Permanecem inscritos os seguintes valores em restos a pagar: 3,6 milhões referentes a restos a pagar não processados, somados, ainda, aos restos a pagar processados, no valor de R\$ 1,1 milhões, perfazendo a totalidade de R\$ 4,7 milhões de acordo com o Gráfico 6 – Estoque Restos a Pagar para o início do exercício de 2024.

Figura 58 – Estoque de Restos a Pagar para o início do exercício de 2024



Para o exercício de 2024, conforme a série temporal, houve redução expressiva em restos a pagar, em comparação ao saldo inicial dos últimos exercícios.

5.2.2 - ANÁLISE CONTÁBIL

5.2.2.1.- BALANÇO PATRIMONIAL E FLUXO DE CAIXA

No Balanço Patrimonial estão representados a posição estática dos ativos e passivos do Instituto, o resultado do período e o acumulado, ao longo de vários exercícios da gestão patrimonial.

Na Tabela 6 – Resumo do Balanço Patrimonial por Grupo de Contas são consolidados os valores do Ativo e Passivo.

Tabela 19 - Resumo do Balanço Patrimonial por Grupo de Contas

Ativo	2023	%	Passivo + PL	2023	%
Ativo circulante	1.023,2	9,42	Passivo	66,8	0,56
Ativo não circulante	10.855,8	90,58	Patrimônio Líquido	11.812,2	99,44
Ativo total	11.879,0		Passivo + PL total	11.879,0	

→ R\$ milhões

O Balanço Patrimonial do ICMBio apresenta situação patrimonial líquida positiva, ou seja, os ativos excedem a soma das obrigações em aproximadamente R\$ 11,8 bilhões. A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos.

ATIVO

Ativo Circulante

Tabela 20- Caixa

CAIXA	2023	2022
Caixa	616,0	626,3
Limite de saque com vinculação de pagamento	577,8	594,2
Limite de saque comprometidos com ordem de pagamento	38,1	32,1

→ R\$ mil

O item caixa e equivalentes de caixa integram o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações do Instituto e para os quais não haja restrições para uso imediato. No acumulado até o encerramento do exercício de 2023 totalizaram R\$ 616,0 milhões, conforme Tabela 20 – Caixa. timento, conforme Demonstrações do Fluxo de Caixa.

A Tabela.21 - Movimentação dos Recursos Financeiros das Atividades Operacionais e de Investimentos demonstra os valores consolidados em conformidade com as Demonstrações do Fluxo de Caixa.

Tabela 21 - Movimentação dos Recursos Financeiros das Atividades Operacionais e de Investimentos

Caixa Inicial: 626,3				
Movimentação 2023				
Atividades Operacionais		Atividades de Investimentos		
Ingressos	Desembolsos	Ingressos	Desembolsos	Resultado líquido
1.879,8	(1.857,6)	0,6	(33,1)	(10,2)
Caixa Final: 616,0				

→ \$ milhões

Ingressos menores que os desembolsos demonstram um resultado financeiro negativo, ou seja, a soma total dos ingressos menos a soma dos desembolsos gerou resultado negativo de 10,2 milhões. O acompanhamento dos ingressos e desembolsos fornece indicativo quanto à paridade das contas públicas e à capacidade de expansão das despesas com recursos próprios.

- Créditos a Curto Prazo

Correspondem, em sua maioria, ao reconhecimento de créditos provenientes de autos de infração ambientais pelo exercício do poder de polícia do Instituto, aplicados por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

A Tabela 22 – Créditos a Curto Prazo e Estoques apresenta comparativo do período 2023 com o exercício de 2022.

Tabela 22 – Créditos a Curto Prazo e Estoques

Demais créditos e valores de curto prazo + Estoques	2023	2022
Demais créditos e valores de curto prazo	404,6	404,6
Adiantamento concedidos a pessoal, 13º salário, férias	8,2	8,2
Créditos administrativos diversos responsáveis	0,1	0,1
Créditos a receber	396,3	396,4
Créditos decorrentes de infrações ambientais	374,3	376,1
Adiantamentos termo de execução descentralizados	22,0	20,2
Ajustes para perdas	-	-
Estoques	2,5	2,5
Materiais de consumo	2,5	2,5

→ R\$ milhões

Ativo Não Circulante

Conforme demonstrado na Tabela 23 – Ativo Não Circulante.

Tabela 23 – Ativo Não Circulante

Ativo não circulante	2023	2022
Ativo não circulante	10.855,8	10.852,4
Ativo realizável a longo prazo	15,1	14,4
Imobilizado	10.838,5	10.835,7
Intangível Softwares	2,2	2,2

→ R\$ milhões

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, enquanto tiverem vida útil definida.

Bens móveis

Tabela 24 – Bens Móveis

Bens móveis	2023	2022
Bens móveis	195,9	164,7
Depreciação	66,2	58,3
Valor Contábil Líquido	129,7	106,4

→ R\$ milhões

No exercício 2023, os bens móveis do Instituto, registrados no SIAFI, totalizam R\$ 195,9 milhões e o valor contábil líquido, descontada a depreciação, de R\$ 66,2 milhões, corresponde a R\$ 129,7 milhões.

- Bens imóveis

Os bens imóveis do Órgão, registrados no Sistema de gerenciamento dos imóveis de uso especial - SPUNET e apropriados no SIAFI, totalizam em 2023 aproximadamente R\$ 10,7 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, destacando-se as relacionadas na Tabela 25 – Bens Imóveis, que apresenta comparativo entre 2023 e 2022.

Tabela 25 – Bens Imóveis

Bens imóveis	2023	2022
Bens imóveis	10.721,3	10.740,8
Bens de uso especial (parques, reservas, edificações)	10.521,5	10.543,1
Bens de uso especial não registrados	156,0	155,7
Bens imóveis em andamento, instalações e benfeitorias	39,3	41,8
Depreciação acumulada	(12,5)	(11,4)
Valor contábil líquido	10.708,8	10.729,2

→ R\$ milhões

Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do ICMBio são constituídos de parques, reservas e edificações.

Passivo

A Tabela 26 – Passivo Total apresenta comparativo entre os valores dos exercícios 2023 e 2022.

Tabela 26 – Passivo Total

Passivo Circulante	2023	2022
Passivo Circulante	66.868,5	62.960,8
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist.	34.946,0	31.982,6
Fornecedores e contas a pagar	3.074,8	8.367,4
Transferências fiscais	14.319,0	-
Demais obrigações a curto prazo	14.528,5	22.610,70

→ R\$ mil

Patrimônio Líquido

A “Tabela 27 – Patrimônio Líquido” apresenta comparativo entre os períodos de 2023 e 2022.

Tabela 27 – Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2023	2022
Patrimônio líquido	11.812,2	11.823,0
Resultado do exercício	(13,4)	583,6
Resultados de exercícios anteriores	11.823,0	11.202,8
Ajustes de exercícios anteriores	2,6	36,6

→ R\$ milhões

5.2.2.2 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

O resultado patrimonial do período é apurado por intermédio do confronto das variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Este demonstrativo equivale ao Demonstrativo de Resultado do exercício, evidenciado nos balanços das empresas de sociedade anônima.

A Tabela 28 – Variações Patrimoniais demonstra, de forma agrupada e comparativa, as variações patrimoniais acumuladas que repercutiram nos exercícios de 2023 e 2022.

Tabela 28 – Variações Patrimoniais

	2023	2022
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA	1.899,8	2.612,0
Exploração de bens, serviços e direitos	90,9	550,2
Transferências e delegações recebidas	1.772,7	1.932,8
Valorização de ativos e desinc.de passivos	24,9	122,3
Outras VPA	11,2	6,2
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD	1.913,3	2.028,4
Pessoal e encargos	431,7	383,7
Benefícios previdenciários e encargos	121,1	111,3
Uso de bens, serviços e consumo	313,6	214,5
Transferências e delegações concedidas	1.013,5	1.306,2
Desvalorização. de ativos e incorp.de passivos	29,5	6,0
Tributárias e Outras VPD	3,7	6,5
Resultado Patrimonial do Período	(13,4)	583,6

 R\$ milhões

O resultado apurado, superávit ou déficit, é agregado ao resultado acumulado, no balanço patrimonial, compondo o patrimônio líquido, aumentando ou diminuindo.

Outras informações correspondentes aos valores das Variações Aumentativas - VPA e Diminutivas - VPD e Resultado Patrimonial do Período constam das Notas Explicativas disponibilizadas na página do ICMBio.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

